

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**AS INFLUÊNCIAS DO ESTADO NA POLÍTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA NAS DÉCADAS
DE 1960 E 1970.**

**Cosme Luiz da Silva Conceição
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**AS INFLUÊNCIAS DO ESTADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL
BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.**

COSME LUIZ DA SILVA CONCEIÇÃO

Sob a Orientação da Professora Doutora
Celia Regina Otranto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em “Educação, Contextos contemporâneos e Demandas Populares”
Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais.

Seropédica, RJ
Julho 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744i Conceição, Cosme Luiz da Silva, 1980-
As influências do Estado na política educacional
brasileira nas décadas de 1960 e 1970 / Cosme Luiz da
Silva Conceição. - 2018.
109 f.

Orientador: Celia Regina Otranto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
(PPGEDuc), 2018.

1. Ditadura Empresarial-Militar. 2. Educação
Brasileira. 3. Conselho Federal de Educação. 4. Estado
Brasileiro. I. Otranto, Celia Regina, 1947-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) III.
Título.



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

COSME LUIZ DA SILVA CONCEIÇÃO

**“AS INFLUÊNCIAS DO ESTADO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NAS
DÉCADAS DE 1960 E 1970”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em 09/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Celia Regina Otranto

Prof.^(a). Dr.^(a). CELIA REGINA OTRANTO – UFRRJ – Orientador(a)

Angela Maria Souza Martins

Prof.^(a). Dr.^(a). ANGELA MARIA SOUZA MARTINS – UNIRIO

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Prof.^(a). Dr.^(a). RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA – UFRRJ

Seropédica (RJ)
Julho/2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a toda a classe trabalhadora que luta diariamente pela construção de um mundo onde as desigualdades sociais sejam superadas, um mundo onde nenhuma criança morra de fome enquanto tanta fartura seja produzida e concentrada nas mãos de uma minoria mesquinha e perversa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Dr. Celia Regina Otranto, minha orientadora, pela paciência e dedicação a tarefa de me orientar e pela liberdade que me foi dada para realizar esta pesquisa.

Ao Professor Dr. Rodrigo Lamosa por ter me apresentado Gramsci em suas aulas e por ter aceitado participar de minha banca de qualificação realizando apontamentos que foram importantes para a conclusão de meu trabalho

A Professora Dra. Ângela Maria Martins que ao participar de minha banca de qualificação, fez apontamentos importantes para a realização desta pesquisa.

Agradeço a minha turma de mestrado, com quem tive o prazer de conviver de maneira mais próxima por dois semestres e contribuíram significativamente para minha formação acadêmica. Aprendi muito com todos vocês.

Aos meus pais por todo apoio e atenção dedicado a mim ao longo da vida

Agradeço em especial a Vanessa Canuto Coelho, minha esposa e parceira na vida, essa é uma conquista de nós dois.

RESUMO

CONCEIÇÃO, Cosme Luiz da Silva. **As influências do Estado na política educacional brasileira nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A presente pesquisa investiga as mudanças ocorridas na educação brasileira nas décadas de 1960 e 1970, aprofundando análises a respeito do funcionamento do Estado brasileiro, na perspectiva do estado ampliado de Gramsci, evidenciando o papel dos intelectuais orgânicos que atuaram na formulação da política educacional, com destaque especial para os membros do Conselho Federal de Educação. Focaliza ainda as principais leis implantadas no país durante o regime ditatorial: Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971. Trata-se de uma pesquisa básica de análise qualitativa e de caráter explicativo e descritivo. Os procedimentos técnicos utilizados para o levantamento dos dados foram: a) pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material publicado em livros, artigos, teses e dissertações. b) pesquisa documental, elaborada a partir de fontes primárias e textos legais. Os caminhos para alcançar os objetivos seguem uma linha histórica e política, amparadas em reflexões críticas e dialéticas, que perpassam todo o texto. O método de análise adotado, em consonância com o quadro teórico apresentado, foi o materialista histórico e dialético. Amparados por essa metodologia, partimos do pressuposto que a realidade não se apresenta de modo imediato e que é necessário um esforço nos campos científico e filosófico para superar o senso comum. Das conclusões alcançadas no campo superestrutural, a questão que mais se destacou foi a construção, pelos governos ditatoriais, da doutrina de interdependência, também conhecida como doutrina de segurança nacional, que tinha como um dos seus objetivos o alinhamento político do Estado brasileiro ao governo dos Estados Unidos da América. Fundamentava sua escolha na conjuntura política mundial, tomando como base a chamada Guerra Fria. Na avaliação desta pesquisa, a doutrina de interdependência foi, em termos práticos, um conjunto de argumentos em defesa dos interesses dos capitalistas atuantes no Brasil, em especial dos interesses do imperialismo norte americano, tendo em vista que serviu de base para a defesa da atuação do capital internacional e associado no Brasil em detrimento a qualquer política nacional que pudesse, de alguma forma, abalar as taxas de acumulação dos capitalistas. A defesa da manutenção das taxas de acumulação do capital se constituiu na principal motivação do golpe de estado sofrido por João Goulart. Este estudo também buscou registrar o papel dos intelectuais orgânicos que compuseram o Conselho Federal de Educação no período ditatorial. Entre os diversos interesses defendidos pelos intelectuais orgânicos no Conselho, os que ficaram mais evidentes nesta pesquisa foram: a intenção de viabilizar uma privatização silenciosa do ensino de primeiro e segundo graus via manejo de financiamento público; a defesa de um projeto de país organizado em função da doutrina de interdependência em defesa dos interesses do capital internacional e associado; vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado; a construção de um consenso social em torno do argumento de que a educação profissional era a resposta às necessidades de desenvolvimento da nação. Todas elas, em termos práticos, acentuaram as desigualdades sociais ao empobrecer as classes trabalhadoras.

Palavras chave: Ditadura Empresarial-Militar, Educação Brasileira, Estado Brasileiro, Conselho Federal de Educação

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Cosme Luiz da Silva. **The influence of the State on Brazilian educational policy in the 1960s and 1970s.** Dissertation (Master in Education). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The present research investigates the changes that occurred in education in the 1960s and 1970s, with emphasis on the role of the intellectuals who work in the formulation of educational policy, a special highlight for members of the Federal Council of Education. Also focus on the main laws implemented during the dictatorship regime: Law No. 5,540, of November 28, 1968 and Law No. 5692, of August 11, 1971. This is a basic research of qualitative and qualitative analysis. explanatory and descriptive. The procedures used to collect the data were: a) bibliographic research, elaborated from material published in books, articles, theses and dissertations. b) documentary research, elaborated from primary sources and legal texts. The posts to reach the goals are a historical and political line, supported by critical and dialectical reflections, that permeate the whole text. The method of analysis adopted, in consonance with the theoretical framework, was the historical and dialectical materialist. Supported by this methodology, we assume that reality is not presented immediately and that an effort is needed in the scientific and philosophical fields to overcome common sense. The evidence obtained in the superstructural field, a problem that has been built by dictator governments, the doctrine of interdependence, also known as one of the legal requirements, United States of America. He based his choice on the world political scene, based on a so-called Cold War. The evaluation of this research, an instruction of interdependence was, in practical terms, a set of actions in the defense of the interests of the capitalists acting in Brazil, especially of the interests of the North American government, in view of the basic service for the defense of the situation. of international and associated capital in Brazil to the detriment of any national policy that may be somehow shaken as the rates of capitalist accumulation. The defense of the maintenance of the debt of the capital is constituted in the main motivation of the coup suffered by João Goulart. This study also sought to record the role of the organic intellectuals who composed the Federal Council of Education in the dictatorial period. Among the interests defended by the organic intellectuals in the Council, those that were most evident in this research were: the intention to make privatization of primary and primary education feasible through the management of public financing; the defense of a country project organized according to interdependence in defense of the interests of international and associated capital; linking higher education to market mechanisms; Building a social consensus around the argument of professional training was a response to the nation's developmental needs. All classes, in practical terms, accentuated as social inequalities by impoverishing as working classes.

Key words: Business-Military Dictatorship, Brazilian Education, Brazilian State, Federal Council of Education.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABI: Associação Brasileira de Imprensa;
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
CADE: Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior;
CFE: Conselho Federal de Educação;
CIESP: Centro de Indústrias do Estado de São Paulo;
CNI: Confederação Nacional da Indústria;
CNPq: Conselho Nacional de Pesquisas;
CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil;
DASP: Departamento Administrativo de Serviço Público;
ESG: Escola Superior de Guerra;
FEB: Força Expedicionária Brasileira;
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo;
IBECC: Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura;
INEP: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;
IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais;
ISEM: Instituto Superior de Estudos Brasileiros;
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira;
MEC: Ministério de Educação e Cultura;
MUT: Movimento de Unificação dos Trabalhadores;
PC: Partido Comunista;
PCB: Partido Comunista do Brasil;
PL: Partido Libertador;
PNE: Plano Nacional de Educação;
PP: Partido Progressista;
PR: Partido Republicano;
PRM: Partido Republicano Mineiro;
PRP: Partido de Representação Popular;
PSD: Partido Social Democrático;
PSP: Partido Social Progressista;
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro;
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SESI: Serviço Social da Indústria;
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito;
UDN: União Democrática Nacional;
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
USAID: United States Agency for International Development;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
Problema e justificativa	02
Objetivos	05
Metodologia	05
Organização do Estudo	06
CAPÍTULO I - AS RELAÇÃO DE PODER NO INTERIOR DO ESTADO	08
CAPÍTULO II - OS ANTECEDENTES DO GOLPE EMPRESARIAL MILITAR	15
2.1 Os fundamentos do Comunismo	16
2.2 O Comunismo	20
2.3 Trabalhismo e Populismo	22
2.4 Guerra Fria e Doutrina de Segurança Nacional	39
CAPÍTULO III - O GOLPE EMPRESARIAL MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	43
3.1 Contextualização histórica	44
3.2 O golpe empresarial militar e a educação	48
3.3 Os acordos MEC-USAID	52
3.4 O Conselho Federal de Educação	55
3.5 As reformas do ensino durante a ditadura militar	79
CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

Problema e Justificativa

Em 2013, o Brasil foi surpreendido por uma explosão de manifestações populares. A onda de protestos, que posteriormente ficou conhecido como as “jornadas de junho”, se iniciaram a partir de manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre, “cuja principal bandeira era a tarifa zero no transporte público” (MELITO, 2013). Os primeiros protestos foram motivados inicialmente pelo aumento da passagem de ônibus na cidade de São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 e que, após violenta repressão exercida pelas forças de segurança do estado de São Paulo aos atos, gerou mobilizações por todo o país, Como escreve Quero (2013) em depoimento colhido junto a Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) “Como o movimento é muito espontâneo, deriva de redes, não tem lideranças específicas (...). O passe livre foi o estopim. A violência da polícia foi o elemento que criou as condições para a adesão de grande maioria de pessoas”. A expressão “não é só por vinte centavos” se tornou fala comum entre os manifestantes, e a pauta, antes restrita a questão da mobilidade urbana, se ampliou para questões como a corrupção no sistema político e a falta de qualidade nos serviços públicos. Uma característica importante a respeito dos movimentos de junho de 2013, que se seguiram após os organizados pelo Movimento Passe Livre, é sua organização via redes sociais, que propiciou características muito particulares como a falta de lideranças e seu caráter “apartidário”. Marco Aurélio Nogueira, professor de ciência política da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e autor de *As ruas e a democracia* (NOGUEIRA, 2013), em entrevista feita por Fellet (2014) afirma que esse movimento "introduziu as manifestações na corrente sanguínea da sociedade”.

O ano de 2014 seria marcado por dois eventos que modificariam de maneira relevante o caráter de pauta difusa que caracterizou as manifestações de 2013, estabelecendo relações com pautas politicamente progressistas vinculadas a movimentos sociais dentro do espectro político alinhado à esquerda, e com pautas conservadoras e reacionárias alinhadas ao espectro político da direita: a Copa do Mundo de Futebol, que seria realizada entre 12 de junho e 13 de julho, um ano após as “jornadas de Junho” e, principalmente, as eleições presidenciais que seriam realizadas em outubro de 2014.

Os fatos apontados acima deram força a argumentos de direita pela volta da ditadura militar para manter a ordem no país e despertaram nossa curiosidade a respeito do tema. A

curiosidade foi aumentando com a ascensão de alguns políticos reacionários defensores da ditadura militar que se abateu sobre o Brasil entre os anos de 1964 a 1985, tendo como um dos principais exemplos o deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Jair Bolsonaro é atualmente membro do Partido Social Liberal (PSL), eleito pelo estado do Rio de Janeiro e defensor das práticas violentas utilizadas pelo estado durante a ditadura militar, a ponto de dedicar seu voto no processo de *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff a Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de Dilma durante a ditadura, descrito por Antonelli (2016) como o “Primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador e comandante de uma delegacia de polícia acusada de ser palco de mais de 40 assassinatos e de, pelo menos, 500 casos de torturas”.

Um exemplo marcante a respeito das manifestações de caráter reacionário está na realização de uma nova “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” realizada no dia 22 de março de 2014, em “comemoração” dos 50 anos da marcha original realizada em 19 de março de 1964 e que na época pedia a queda do então presidente João Goulart, fato que deu força ao golpe civil militar em 1 de abril de 1964. Na marcha de 2014, os manifestantes pediam uma nova “intervenção” dos militares no poder executivo semelhante ao ocorrido em 1964. O interessante é que nesta Marcha, com fortes características de ações de direita, também se juntaram participantes com históricas reivindicações da esquerda, passando a ideia de que o que os unia era a intervenção no poder público federal, exercido durante anos pelo Partido dos Trabalhadores.

Como exemplo, podemos destacar a reportagem a respeito da marcha de 2014 feita por Pinho e Santiago (2017) na qual os repórteres relatam o seguinte depoimento de um dos manifestantes: “A gente está cansado de viver num país em que a educação e outros serviços básicos não são no padrão Fifa”, sendo o referido “padrão Fifa” uma analogia ao alto padrão de qualidade que a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), instituição que regula o futebol internacional e que detém os direitos comerciais da Copa do mundo de futebol estabelece para as instalações e processos referentes ao megaevento. O depoimento se referia ao cansaço de viver em um país com educação pública ruim, partindo da leitura que a intervenção militar deveria ser feita no poder executivo federal.

Alegações deste tipo partindo de outras manifestações reacionárias geraram a curiosidade que move esta pesquisa: como era a educação pública durante a ditadura militar, ou seja, nos “anos de chumbo”? Como essa educação impactou nas camadas mais populares da sociedade na época?

Tendo nascido no ano de 1980 e vivido, mesmo por um breve momento, sob a égide da ditadura militar, nos fez vivenciar algumas das consequências do regime que ficaram mais evidentes durante e após o seu declínio. Dentre as descritas por Germano (1990), destacamos a desvalorização do salário mínimo, o sucateamento da saúde e da educação pública em benefício de investimentos na área privada, alta inflação e o alto desemprego. Aliado a isso, o convívio com diversos familiares em idade adulta com baixa escolarização, analfabetos e semianalfabetos, muitos destes tendo vivido a idade escolar abordada neste estudo, nos fez refletir e questionar sobre qual seria o nível de qualidade da educação pública no referido período histórico.

Germano (1990) aponta a relevância social da elaboração de estudos envolvendo o processo de escolarização do referido período histórico:

Somos da opinião que, à medida que o tempo passa e nos distanciamos daqueles “anos de chumbo”, a política educacional do período deva ser constantemente revista, não somente no sentido da produção de um conhecimento a respeito – que em si constitui um motivo plausível – mas, igualmente, no sentido de resistir a toda forma de autoritarismo passado e presente (GERMANO, 1990, p. 28).

Fundamentados em alguns destes estudos, a maioria com críticas severas ao período em que o Brasil foi dirigido pelos militares, várias questões foram surgindo e iluminando o caminho da pesquisa. Por que um grupo de pessoas, cada vez mais numeroso, clama pela volta dos chamados “anos de chumbo” para o enfrentamento dos problemas pelos quais o Brasil vem passando nos últimos anos, dentre os quais se inclui a baixa qualidade da educação? Por que um dos seus principais defensores já mencionado neste texto, o atual deputado Jair Bolsonaro é, na atualidade, candidato à presidência da república com este discurso e se apresenta atualmente muito bem nas pesquisas? Quais foram políticas educacionais implementadas na época e suas consequências para a sociedade brasileira?

A presente pesquisa investiga as mudanças ocorridas na educação brasileira nas décadas de 1960 e 1970, aprofundando análises a respeito do funcionamento do Estado brasileiro, na perspectiva do estado ampliado de Gramsci, evidenciando o papel dos intelectuais orgânicos que atuaram na formulação da política educacional, com destaque especial para os membros do Conselho Federal de Educação. Focaliza ainda as principais leis implantadas no país durante o regime ditatorial: Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971.

A proposta está identificada com os objetivos da linha de pesquisa “Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, uma vez que é uma investigação que envolve tanto as políticas públicas, no caso da época da ditadura militar que se iniciou em 1964, como as possíveis desigualdades sociais dela decorrentes. Buscamos averiguar como foi realizado o planejamento da reforma e a gestão do sistema público de ensino durante a ditadura empresarial militar.

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar o papel dos intelectuais, no interior do Estado, envolvidos com as mudanças ocorridas na educação brasileira, durante a ditadura empresarial militar.

Objetivos Específicos

Registrar o papel dos intelectuais orgânicos que compuseram o Conselho Federal de Educação no período ditatorial.

Explicitar o funcionamento do Estado brasileiro, na perspectiva de estado ampliado de Gramsci.

Apontar as principais relações de poder que permearam o Estado brasileiro no período em análise e suas implicações para a educação.

Destacar os antecedentes e as consequências do golpe empresarial-militar na sociedade brasileira.

Distinguir as diferenças básicas entre o comunismo, o populismo e o trabalhismo.

Evidenciar as principais consequências do golpe empresarial-militar para a educação brasileira.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa básica de análise qualitativa e de caráter explicativo e descritivo. Os procedimentos técnicos utilizados para o levantamento dos dados foram: a)

pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material publicado em livros, artigos, teses e dissertações. b) pesquisa documental, elaborada a partir de fontes primárias e textos legais. Os caminhos para alcançar os objetivos seguem uma linha histórica e política, amparadas em reflexões críticas e dialéticas, que perpassam todo o texto.

O método de análise adotado, em consonância com o quadro teórico apresentado, foi o materialista histórico e dialético. Amparados por essa metodologia, partimos do pressuposto que a realidade não se apresenta de modo imediato e que é necessário um esforço nos campos científico e filosófico para superar o senso comum.

Para atingir nossos objetivos, apresentamos uma retrospectiva histórica dos governos presidenciais anteriores ao golpe empresarial-militar, com o propósito de comprovar como esse caminho foi sendo pavimentado ao longo do tempo. Analisamos o papel do Estado no período ditatorial e as influências recebidas de dentro e fora do país, com destaque para os intelectuais orgânicos brasileiros e os Acordos entre Brasil e Estados Unidos da América, mais conhecidos como Acordos MEC-USAID. Na parte final, analisamos as políticas educacionais que deram base às reformas curriculares no Brasil e suas vinculações com os pressupostos pedagógicos que materializam a ação burguesa na Educação.

Organização do Estudo

O texto foi constituído por uma Introdução, três capítulos e as Conclusões. Na introdução constam: o tema e sua justificativa; os objetivos; metodologia; e organização do estudo. O primeiro capítulo intitulado “As relações de poder no interior do Estado” está destinado à apresentação das principais categorias de análise, fundamentadas, principalmente em Antonio Gramsci (1988, 1999, 2001, 2004, 2005, 2014).

O segundo capítulo busca expor os fatores estruturais e superestruturais que marcaram o Brasil do início do século XX e que foram relevantes para a construção do golpe de 1964. Apresenta as principais diferenças entre comunismo, populismo e trabalhismo. Os enfoques no que se refere a questão superestrutural foram a doutrina de segurança nacional, conhecida também como doutrina de interdependência, formulação ideológica que defende os interesses do capitalismo internacional e associado. Os principais autores que fundamentam as análises neste capítulo são Karl Marx, Friedrich Engels, René Dreifuss.

O terceiro capítulo busca explicitar o funcionamento do Estado brasileiro, na perspectiva de estado ampliado de Gramsci, no que tange a educação, e que interesses eram

defendidos pelos intelectuais orgânicos que atuaram na formulação das leis n° 5.540, de 28 de novembro de 1968 e n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, implantadas durante a ditadura empresarial militar. Está amparado nas análises de Antonio Gramsci, Dermeval Saviani, Otaísa Romanelli, José Willington Germano, Alexandre Lira, dentre outros.

Ao final, estão listadas as conclusões e a bibliografia referenciada no texto.

CAPÍTULO I

AS RELAÇÕES DE PODER NO INTERIOR DO ESTADO:

Este capítulo aprofunda o referencial teórico da pesquisa, com o objetivo de subsidiar as análises sobre o objeto do estudo, buscando referências nas categorias teóricas emanadas, principalmente, dos estudos de Antônio Gramsci.

Antônio Gramsci foi secretário geral do partido comunista da Itália e deputado do parlamento italiano, preso pelo fascismo em 8 de novembro de 1926, faleceu em 27 de abril de 1937. Conhecido como um *filósofo da práxis*, Gramsci construiu uma vasta obra sobre as mais variadas áreas do pensamento social enquanto esteve encarcerado como preso político do regime autoritário italiano, dentre as quais podemos destacar: a política, a sociologia e a pedagogia. Deixou uma produção com mais de 2500 páginas que se tornou uma das obras mais influentes, discutidas e comentadas no século XX. Devido à sua vasta produção intelectual, da qual destacamos a dedicada à formulação do conceito de uma escola que deveria ser construída pela classe trabalhadora para educar a classe trabalhadora, Gramsci fundamenta as principais categorias de análise para esta pesquisa. A primeira delas está relacionada à filosofia da práxis.

A filosofia da práxis não busca manter os simples na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência dos intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1999, p 103)

Segundo Gramsci, a *filosofia da práxis* busca a compreensão crítica de si mesmo para fundamentar uma elaboração superior da própria concepção do real, através de uma interpretação crítica da realidade. Procura levar as massas à superação do senso comum para alcançar o bom senso.

Uma filosofia da *práxis* só poderá apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (o mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ (e isso após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que ‘todos’ são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘critica’ uma atividade já existente) (GRAMSCI, 1999, p. 101)

Antes de continuar é pertinente esclarecer que Gramsci (1999) atribuiu a criação da filosofia da práxis a Karl Marx, ao qual se refere em seus escritos como o criador da filosofia da práxis. Segundo o tradutor e editor da obra para a língua portuguesa, Carlos Nelson Coutinho, este pode ter sido um artifício para escapar da censura do fascismo italiano, como pode ser observado na seguinte citação que integra o livro:

É notório, por outro lado, que o fundador da filosofia da práxis jamais chamou sua concepção de “materialismo” e que falando do materialismo francês, criticou-o, falando que acrítica deveria ser mais exaustiva. Assim, jamais usou a fórmula “dialética materialista”, mas sim “racional”, em contraposição a “mística”, o que dá ao termo “racional” uma significação bastante precisa. (GRAMSCI, 1999, p. 129)

Esta pesquisa tem como finalidade analisar a formulação e consequências das Leis nº 5540 de 1968 e a nº 5.692 de 1971, que reformou, respectivamente, a universidade brasileira e a educação básica no Brasil, denominada de ensino de 1º e 2º graus, durante o período que se iniciou em 1964 e se estendeu até 1985, tornando obrigatório o ensino profissionalizante no segundo grau. A iniciativa de se estudar uma lei partiu do entendimento de que toda formulação legal é elaborada com o objetivo de atender a uma demanda específica e tem como objetivo regular procedimentos dentro de uma determinada sociedade. Ou seja, esta formulação possui uma tendência de atender, ainda que com concessões a algum grupo subalterno, os anseios dos grupos dirigentes daquela sociedade contribuindo assim para construção e manutenção da hegemonia deste grupo.

Essa prática traz consequências que nem sempre são facilmente visíveis, mas influenciam diretamente a sociedade para qual se destinam, como definiu Gramsci (2014, p.28): “Se todo estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (...), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades)”. O direito, neste caso, é a lei que institui uma determinada ordem. Sendo assim, o estudo de políticas que direcionaram a formulação legal, e do próprio texto da lei, permitem a compreensão das disputas e contradições histórico-políticas presentes naquela sociedade. Estas relações entre formulação legal, estado e sociedade é descrito por Gramsci na seguinte passagem:

O estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima deste grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como

força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais do grupo subordinado e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem. (GRAMSCI, 2014, p. 42)

Para compreender a relevância desta contribuição para o presente trabalho, é preciso aprofundar melhor outros elementos da filosofia que Gramsci usa para embasar essa afirmação. Continuaremos, então, lançando mão dos conceitos por ele formulados e que fundamentarão as análises neste estudo. É importante salientar que a filosofia da práxis é formulada a partir de uma perspectiva unitária que estabelece uma relação dialética e indissociável entre teoria e prática, uma perspectiva que se mantém presente em diversos conceitos. Um deles é o conceito de *bloco histórico*.

Gramsci (2014, p, 27) define bloco histórico como “Unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Para entendê-lo melhor, precisamos aprofundar o conhecimento a respeito de *estrutura* e *superestrutura*. Gramsci as apresenta como uma relação de forças, na qual, no primeiro momento, são consideradas as relações e condições materiais existentes no contexto histórico-social, conforme descrito abaixo:

Uma relação de forças sociais estreitamente ligadas à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Esta relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com sua dada população urbana, etc. (GRAMSCI, 2014, p. 40-41)

O segundo momento desta relação dialética seria a relação de forças políticas definidas pelo grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançados pelos vários grupos sociais presentes em determinada sociedade. Este momento é diferenciado por Gramsci (2014) em três graus distintos: o primeiro grau seria o econômico-corporativo, tido pelo autor como o mais elementar, quando se sente a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organização, mas ainda não se sente a unidade do grupo social mais amplo, exemplificado pelo autor como o momento que “um comerciante sente que deve ser solidário com outro

comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não sente ainda solidário como o fabricante” (GRAMSCI, 2014, p 41). O segundo grau é o momento em que se atingem a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas essa solidariedade se restringindo ao campo meramente econômico, neste momento “se põem as questões de estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes”, quando se busca o direito de se participar da administração e da legislação, de reformá-las e modificá-las, mas respeitando os quadros fundamentais existentes. O terceiro grau é aquele no qual se adquire a consciência de que os interesses corporativos próprios superam o círculo corporativo de grupo meramente econômico e que para que esses se desenvolvam podem e devem se tornar interesses de outros grupos subordinados. É nesta fase que a superestrutura emerge da estrutura conforme definido pelo autor:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confronto e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além de unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões as quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal” criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2014, p. 41-42)

Em síntese, o conceito gramsciano de bloco histórico é um conceito histórico e analítico. Assim, para Gramsci, não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das ideias, não há, portanto, uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser analisada sem seu concreto desenvolvimento histórico.

Fundamentado em sua concepção de bloco histórico, Gramsci, apesar de apresentar as características da estrutura (as relações sociais de produção) e superestrutura (as ideias, os costumes, os comportamentos morais, a vontade humana), tende a considerar abstrata a distinção entre elas. Para o autor, na concretude histórica, há convergência entre os dois níveis, uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se desenvolve numa “unidade real”. Isso ocasiona uma dificuldade para identificar estaticamente, em cada momento concreto, a estrutura, até porque a estrutura entendida em si, separadamente do processo histórico, não existe, e mesmo que seja objetivamente identificável, trata-se de um movimento no interior da história, não de uma realidade externa à história e situada abaixo dela. Tomando como base os

conceitos gramscianos reconhecemos que, sendo este um estudo histórico-político, deve levar em conta as tendências de desenvolvimento da estrutura, mas analisando-as criticamente para identificar se elas realmente se concretizaram no espaço social.

Pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 2001, P. 21)

Em carta enviada a Tatiana Schucht, sua cunhada, em 7 de setembro de 1931, entre comentários a respeito de seus estudos, Gramsci traça algumas considerações a respeito do conceito de estado vulgarmente adotado e sua própria concepção de Estado:

...conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como igrejas, os sindicatos, as escolas, etc.) (GRAMSCI, 2005, p. 84)

O mesmo autor, em outra obra (GRAMSCI, 1988, p. 149) assinala que, “na noção geral de Estado, entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil. (Nesse sentido, poder-se-ia dizer, que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).” Desta forma, é possível, a partir das categorias de Gramsci compreender que a direção do estado é partilhada pela sociedade política que seria composta pelos quadros pertencentes a burocracia estatal, o governo e seus aparelhos coercitivos e a sociedade civil seriam os grupos organizados para além da sociedade política e que contribuem para a construção e manutenção da hegemonia. Este modelo de estado ampliado permite compreender as relações entre o que podemos chamar de estado estrito e os órgãos tidos como privados a fim de compreender como essas relações afetam a direção tomada pela direção estatal.

Neste ponto é pertinente abordar outra categoria importante para este estudo, o conceito de *hegemonia*. Para se compreender o conceito de hegemonia em Gramsci é necessária a compreensão de uma categoria que é peça fundamental do estabelecimento da hegemonia, que é a *ideologia* “desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em

todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 1999, p. 99). Assim, a ideologia é a base da formação dos partidos políticos e é a ferramenta com a qual o grupo dirigente de determinado partido utiliza o partido para conquista a adesão de grupos subalternos, afim de estabelecer a prática de determinada concepção de mundo na sociedade. A hegemonia seria, então, o controle que determinado grupo social consegue estabelecer sobre uma determinada sociedade através de uma atuação superestrutural que orienta o funcionamento da estrutura social.

Vale, ainda, destacar a citação da escola como aparelho privado de hegemonia, sendo o sistema de educação parte fundamental na disseminação da ideologia hegemônica para a conformação das classes subalternas, não só pela disseminação da ideologia às massas, mas também na formação de novos intelectuais a fim de consolidar essa hegemonia. É pertinente definir também o que são *intelectuais*. Na perspectiva gramsciana “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (...). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Segundo Gramsci (2001), a escola é o instrumento da formação de intelectuais dos mais diversos níveis, mas ele salienta que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre em um terreno democrático abstrato, mas seguindo processos históricos tradicionais muito concretos, que formam camadas sociais que, tradicionalmente, ‘produzem’ intelectuais. “A diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território ‘econômico’ e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 20). Gramsci afirma que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas mediatizada, em diversos níveis, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual são funcionários.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

O autor complementa, afirmando que esta definição amplia de maneira significativa o conceito de intelectual, mas que é uma ampliação necessária para permitir uma aproximação concreta com a realidade.

Gramsci (2001) divide a atividade intelectual em dois graus. No mais alto grau estão postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc. e no mais baixo grau estão os mais modestos “administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional e acumulada. O autor ainda faz distinção entre os intelectuais tradicionais, sendo estes pertencentes a classe de intelectuais anterior à formação do bloco histórico e os *intelectuais orgânicos*, produtos e produtores da nova hegemonia estabelecida. Ainda segundo o autor, se observa que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas e as ciências se mesclaram de tal modo na vida que cada atividade tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas que, por consequência, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinem nessas escolas.

Intelectual Orgânico na visão gramsciana, é o indivíduo comprometido com uma classe social, mesma que essa classe não seja a sua de origem. Seu compromisso envolve reflexão, construção teórica e construção da práxis. Suas principais características estão relacionadas à adesão ao grupo social ao qual se vincula. Existem intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, e intelectuais orgânicos da classe burguesa.

Os conceitos destacados neste capítulo foram escolhidos como categorias de análise, e se destinam a contribuir na compreensão das contradições existentes no jogo da política educacional.

CAPÍTULO II

OS ANTECEDENTES DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR

Esse capítulo busca expor os fatores estruturais e superestruturais que marcaram o Brasil do início do século XX e que foram relevantes para a construção do golpe de 1964. Os enfoques no que se refere a questão superestrutural foram a doutrina de segurança nacional, conhecida também como doutrina de interdependência, formulação ideológica que defende os interesses do capitalismo internacional e associado. O comunismo em função de sua relevância na guerra fria e o fato deste ter sido declarado como o inimigo a ser combatido pela doutrina de interdependência e o Populismo enquanto regime de governo buscando a conciliação de classes, privilegiando o capital enquanto permite algumas concessões à classe trabalhadora.

O golpe que chamamos aqui de empresarial-militar, devido à grande participação do empresariado, gerou a ditadura iniciada no ano de 1964, que teve como justificativa livrar o país do comunismo. Todas as ações eram justificadas pelo enfrentamento ao perigo do comunismo.

Diversos governos brasileiros anteriores ao golpe de 1964 foram acusados de comunistas por movimentos de oposição de origem burguesa, sendo este argumento um dos principais motivadores ideológicos que aglutinou diversos setores da classe média com o objetivo de atacar o governo João Goulart e apoiar o golpe empresarial-militar de 1964. Mas, afinal, havia mesmo esse perigo iminente do comunismo no Brasil? No que ele consistia na realidade?

Para responder a esta questão, cabe aqui destacar as diferenças entre o comunismo proposto por Karl Marx e Friedrich Engels e o modelo populista que originou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual João Goulart foi eleito vice-presidente em 3 de outubro de 1960 e, posteriormente, se tornou presidente com a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Buscamos, então, partir do senso comum e desenvolver as críticas amparadas nos fatos e nas contradições dele emanadas.

Nosso propósito neste item do estudo é estabelecer comparações entre o conceito do comunismo e a atuação política que caracterizou o Partido Trabalhista Brasileiro ao longo sua história, desde sua criação em 1945, durante o governo Getúlio Vargas, até o fim do mandato de João Goulart. Como referência do Comunismo, esse trabalho se utiliza do Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 2007), posteriormente batizado de Manifesto Comunista, por ser uma declaração pública de intenções e princípios que se tornou uma das

principais referências do tema. Foi elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels, os criadores da filosofia das práxis, também conhecida como materialismo histórico dialético. Para descrever o populismo, esta pesquisa dialoga com as obras “O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961 -1964” de Luiz Alberto Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2010) e “1964: A Conquista do estado” de René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981).

2.1 Os Fundamentos do Comunismo

O comunismo tem como base de sua formulação a luta de classe, que é definida por Marx e Engels da seguinte forma:

“Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta” (MARX E ENGELS, 2007, p. 45-46).

De acordo com Marx e Engels (2007), a moderna sociedade burguesa, surgiu das ruínas da sociedade feudal sem eliminar o antagonismo entre as classes, mas simplesmente estabelecendo novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta em substituição às antigas. A sociedade atual, cujos autores definem como “a época burguesa”, é caracterizada por uma simplificação do antagonismo entre as classes tendo em vista que forçou uma divisão da sociedade em duas grandes classes diretamente opostas entre si, com interesses antagônicos: a burguesia e o proletariado.

Os autores acima citados afirmam que “dos servos da idade média nasceram os moradores dos burgos das primeiras cidades; deles saíram os primeiros elementos da burguesia. (MARX, ENGELS, p 46). As grandes navegações haviam aberto um novo campo para a ação da burguesia nascente, A colonização da América e os mercados das índias Orientais e da China, além do intercambio entre as metrópoles e as colônias europeias, ampliaram os meios de troca e a variedade de mercadorias, fatos que impulsionaram o comércio e a indústria de uma forma sem precedente e a consequências desse impulso foi o desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição.

A crescente demanda fez com que o modelo de exploração feudal se tornasse insuficiente, dando lugar à manufatura. Os grandes mestres artesãos deram lugar à pequena burguesia industrial, fazendo com que a divisão entre as diversas corporações desaparecesse,

cedendo espaço para divisão do trabalho no interior de cada oficina. Porém, os mercados continuaram a crescer e, com isso, continuavam a aumentar suas necessidades, fazendo com que a manufatura se tornasse obsoleta, tendo como consequência deste fato o surgimento da tecnologia do vapor e a partir desta tecnologia toda uma maquinaria que revolucionou a produção industrial. A manufatura era suplantada pela indústria moderna e a média burguesia manufatureira foi perdendo espaço “aos industriais milionários, aos chefes de exércitos industriais inteiros, aos burgueses modernos” (MARX E ENGELS, 2007, p. 46).

Para Marx e Engels (2007) a burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. Cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia foi seguida por um processo político correspondente, primeiramente como classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais, depois como principal fundamento das monarquias, servindo de contrapeso da nobreza na monarquia corporativa ou absoluta, durante o período manufatureiro. Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno, possibilitando a conclusão de que “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX E ENGELS, 2007, p. 47).

Segundo Marx e Engels, a burguesia desempenhou um papel extremamente revolucionário na história, onde quer que tenha conquistado poder. Modificou todas as relações sociais, destituindo as relações preexistentes, fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade de comércio. A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, conseqüentemente, as relações de produção, levando a uma alteração de todas as relações sociais como é destacado no seguinte trecho:

A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época da burguesia de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas (...) são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado. (MARX E ENGELS, 2007, p. 48)

Nesse sentido, a burguesia possui uma necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos, impelindo a classe por todo o globo terrestre. A burguesia busca se estabelecer em toda parte, instalar-se em toda a parte, criar vínculo em toda parte e nesse movimento, retirou de baixo dos pés da indústria o terreno nacional. Destruiu as antigas

indústrias nacionais, que foram substituídas por novas indústrias, oriundas do mercado mundial, que empregam matérias primas das mais diversas regiões do globo e cujo produtos não são consumidos apenas no país em que estão instaladas, mas em todas as partes do mundo, gerando como consequência uma mudança de relacionamento entre as nações. “Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência entre as nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual” (MARX E ENGELS, 2007, p. 49).

Porém, essa mudança não é descentralizada tendo em vista que a burguesia suprime a dispersão dos meios de produção e da propriedade, centralizando os meios de produção e a propriedade na mão de poucos, tendo como consequência a centralização política. “Províncias independentes, ligadas entre si quase que só por laços confederativos, com interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação com um só governo, uma só legislação, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária” (MARX E ENGELS, 2007, p. 50).

Este trecho em particular, é bastante elucidativo para a pesquisa do modo a jogar luz sobre o comportamento e a atuação da burguesia estadunidense na América Latina durante a guerra fria e, em especial, após a revolução cubana, com a criação do programa Aliança Para o Progresso que deu origem à *United States Agency for International Development* (USAID) que posteriormente firmaria acordos com o Ministério da Educação (MEC) a fim de modificar todo o sistema de ensino nacional.

Segundo Marx e Engels, na mesma proporção que se desenvolveu o capital, desenvolveram-se a burguesia e o proletariado. Este último, representado pela classe dos operários modernos, a classe trabalhadora que vive do trabalho e que, no capitalismo, só encontra trabalho quando este aumenta o capital da burguesia. A classe trabalhadora é obrigada a se vender, e devido a isso, é exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a toda flutuação do mercado como qualquer outro artigo de comércio, como qualquer outra mercadoria. A divisão do trabalho e o desenvolvimento da maquinaria desqualificam o trabalho dos proletários, que perde todo seu caráter independente, tornando o trabalhador um trivial acessório da máquina, do qual se requisita a operação mais simples, mais fácil de aprender e mais monótona. Em consequência disso as despesas causadas pelo operário se reduzem quase que exclusivamente aos meios de sua própria subsistência e para a reprodução de sua classe social. O preço de uma mercadoria e, portanto, do trabalho, são iguais aos seus custos de

produção, desta forma, à medida que se aumenta a simplicidade do trabalho, diminui-se o salário.

Os conceitos acima descritos permitem uma reflexão mais aprofundada a respeito da dupla rede de formação escolar proporcionada pelo sistema capitalista onde a classe trabalhadora é conduzida à uma escola dedicada a uma escolarização mais precária, destinando essa massa a trabalhos mais simples e, portanto, com remuneração menor, garantindo assim a manutenção de um nicho da população em postos de trabalho precarizados e gerando um exército de reserva para esses postos. O modelo de produção moderno gerou todo um novo modelo de exploração como descrito na seguinte passagem:

Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizadas militarmente. Como simples soldado da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas são também, a cada dia e a cada hora, escravizados pela máquina, pelo capataz e sobretudo pelo singular burguês fabricando em pessoa. Tal despotismo é tão mais mesquinho, odioso e exasperador, quanto mais abertamente proclama ser o lucro seu objetivo último. (MARX E ENGELS, 2007, p. 52)

De acordo com os autores, as até então camadas médias, compostas por artesãos, camponeses, pequenos industriais, pequenos comerciantes que vivem de pequenas rendas são parte do proletariado. Um dos motivos para essa classificação é o fato de que o pequeno capital não permite o exercício da grande indústria e sucumbe na concorrência com os grandes capitalistas, outro motivo é que suas habilidades são desvalorizadas pelos novos métodos de produção. Partindo desta classificação entre os grupos, os autores afirmam que a condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a formação e a acumulação do capital. Essa riqueza, fruto do trabalho assalariado, é acumulada em mãos particulares, e todo esse processo é possibilitado pela opressão da classe trabalhadora. No entanto, para uma classe ser oprimida, é preciso que os opressores lhes assegurem ao menos condições para que possa se manter em sua categoria servil. No entanto, o operário moderno, não tem melhorado sua condição social com o progresso da indústria, pelo contrário, ele vê suas condições se deteriorarem abaixo das condições de existência de sua própria classe.

Segundo Marx e Engles (2007), esse processo seria a maior evidência da incapacidade da burguesia de sustentar o sistema capitalista já que as condições de degradação da classe trabalhadora forçariam essa classe a se organizar para defender seus interesses. No entanto, essa organização pode ser conservadora, buscando reformar o sistema a fim de, ao menos, garantir a sua existência da classe, ou atuando de maneira revolucionária, derrubando o sistema a fim

de criar um novo modelo de sociedade, que seria um governo centrado na classe trabalhadora: o comunismo.

2.2 O Comunismo.

Feita previamente a apresentação da luta de classes, cabe agora conceituar o comunismo. Para isso é importante apresentar o objetivo que Marx e Engels traçaram para os comunistas que, segundo os autores, deve ser o mesmo para todo o partido que represente o proletariado, a “constituição do proletário em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX E ENGELS, 2007, p. 59). Destacam que a conquista da democracia seria alcançada quando o proletário elevasse sua condição à classe dominante, partindo da lógica de como os trabalhadores representam a maioria absoluta da população, somente um governo gerido por essa classe seria verdadeiramente democrático.

É importante ressaltar que, no texto do Manifesto, Marx e Engels afirmam que, o caminho da implementação do comunismo passaria pelo estabelecimento, após a derrocada da burguesia, da ditadura do proletariado. Esse conceito pode gerar entendimento de que o regime não seria democrático. No entanto, neste caso, o termo ditadura é para definir um governo que governa de acordo com as vontades do grupo político ao qual pertence, desprezando os interesses de outros grupos políticos. Se levarmos esse conceito para dentro da luta de classes seria um governo que desprezaria os interesses da burguesia, seria, então, gerido pelos trabalhadores defendendo os trabalhadores, portanto seria democrático dentro de seu grupo social. Visto por outro grupo social poderia receber a conotação de ditadura.

É interessante definir que uma ditadura não necessariamente estabelece um ditador, uma figura que centraliza o poder político. A ditadura empresarial-militar brasileira é um ótimo exemplo de uma ditadura sem ditador, gerida de acordo com os interesses da classe social que a comandava, no caso a burguesia. A respeito desta questão de tomada de poder pelos trabalhadores vale destacar a seguinte passagem:

O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção. Então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um

é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX E ENGELS, 2007, p. 67)

Outro fato importante de se destacar é que “o comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar dos produtos sociais; o que faz é eliminar o poder de subjugar o trabalho alheio por meio dessa apropriação” (MARX E ENGELS, 2007, p. 62). Ou seja, o comunismo não busca condenar os indivíduos a uma vida sem posse de produtos culturais, mas sim acabar com a mais valia e o processo de acumulação capitalista a fim de socializar esses produtos. Para isso ser possível os autores afirmam que se faz necessário que o proletariado, organizado enquanto classe se torne o Estado, utilizando este domínio político para arrancar o capital da burguesia, centralizando todos os instrumentos de produção na mão do Estado dirigido pelos trabalhadores, a fim de que essa produção atenda a seus interesses de classe.

Partindo desta prerrogativa, o manifesto sugere uma série de medidas que devem ser executadas nos países mais avançados a fim de viabilizar a implantação do comunismo, uma lista de dez medidas que são úteis para esta pesquisa, a fim de ilustrar de maneira bem clara a atuação do regime comunista.

1.Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do estado. 2. Imposto fortemente progressivo. 3. Abolição do direito de herança. 4.Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes. 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo. 6. Centralização dos meios de transporte nas mãos do Estado. 7.Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção; cultivo e melhoramento das terras segundo um plano comum. 8. **Trabalho obrigatório igual para todos** (*grifo meu*); constituição de exércitos industriais, especialmente para a agricultura. 9.Unificação dos serviços agrícola e industrial; medidas tendentes a eliminar gradualmente as diferenças entre cidade e campo. 10. **Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual** (*grifo meu*). Combinação da educação com a produção material, etc. (MARX E ENGELS, 2007, p. 66-67)

Antes de debater o trecho citado acima, é importante ratificar que, dentro do regime comunista o Estado é sinônimo de “proletariado organizado como classe dominante” (MARX E ENGELS, 2007, p. 66) e para comentar essa lista de orientações faremos essa troca de sinônimos a fim de facilitar o entendimento. Os quatro primeiros itens dizem respeito à propriedade privada da burguesia; à expropriação da propriedade rural e emprego da renda da terra nas despesas da classe trabalhadora; ao imposto fortemente progressivo com o objetivo de fazer quem tem mais pagar mais; à abolição do direito da herança e confisco da propriedade de emigrados e rebeldes, frutos da burguesia derrotada pela revolução. Têm, portanto, o claro

objetivo de transformar a propriedade privada burguesa em bem comum a fim de atender às demandas coletivas do proletariado.

Os itens de cinco a nove, que versam sobre a construção de um banco estatal para monopolizar as questões de crédito; a centralização dos meios de transporte nas mãos do estado; e a organização do sistema laboral, têm por objetivo dar o controle da economia nacional à classe trabalhadora tanto em seu aspecto bancário, financeiro, quanto em relação à logística de transporte e de produção de produtos. Vale destacar a obrigatoriedade do trabalho como um sinônimo de pleno emprego levando em consideração o objetivo do regime de dar dignidade e conforto aos trabalhadores, que são os gerenciadores do estado democrático de sua classe.

O Manifesto deixa bem evidente que o objetivo final do regime é distribuir a riqueza produzida pelo estado entre os trabalhadores, que são os produtores desta riqueza. Essa é a principal diferença entre o conceito de estado burguês e o estado comunista. Essa concepção de Estado também prega a necessidade de haver uma escola pública gratuita e universal para todas as crianças garantindo oportunidades iguais e retirando-as do trabalho infantil.

2.3 Trabalhismo e populismo

Partiremos agora para uma descrição do surgimento do comunismo, do trabalhismo e do populismo no Brasil com o objetivo de fazer um comparativo estabelecendo semelhanças e divergências entre essas correntes políticas. Você, leitor, pode estar se perguntando do porque toda essa explanação a respeito de correntes políticas dentro de um trabalho que busca debater alterações no sistema de ensino. No nosso caso as razões são, a princípio, duas. A primeira diz respeito ao fato de que um sistema de educação é uma política de estado, desta forma é importante entender a orientação política em que se baseia o funcionamento do estado para que se possa entender os fins que o sistema de educação almeja. A segunda se refere ao fato das Reformas Educacionais, foco deste estudo, terem ocorrido após um golpe de estado, que foi legitimado sob o argumento de conter uma revolução comunista no Brasil, atuando como uma revolução preventiva. Sendo assim, é pertinente buscar descrever o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro e do próprio trabalhismo nacional a fim de esclarecer a natureza falaciosa deste argumento.

De acordo com Dreifuss (1981) até 1930 o estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agrocomercial. Oligarquia, aqui, é definida como o círculo restrito das classes

dominantes da República Velha, formado por capitalistas com interesses comerciais exportadores, latifundiários e elementos da burguesia agrária, na qual predominavam as elites rurais do Nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores. Esta oligarquia formou um bloco de poder de interesses agrários e comerciais importadores, dentro de um contexto neocolonial e sob a tutela política ideológica desse bloco de poder oligárquico. Não podemos deixar aqui de destacar a influência da supremacia comercial britânica do final do século XIX, quando começou a se formar a burguesia industrial brasileira.

Dreifuss (1981) afirma em sua obra que, durante a década de 1920, se desenvolveram novos centros econômicos regionais, tendo como exemplo o agrário Rio Grande do Sul e os industriais estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o autor, o sistema bancário concentrou-se, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro, na época capital da república, e Minas Gerais. A consequência dessas mudanças econômicas foi um deslocamento do poder político agrário e comercial do Nordeste para a região Sudeste do país, migrando das tradicionais elites agrárias para novos grupos urbanos. Essas mudanças abriram caminho para o surgimento de figuras políticas como as de Getúlio Vargas, João Daudt d'Oliveira e Oswaldo Aranha no Rio Grande do Sul; Vicente Galliez Valentim Bouças e Ary Frederico Torres no Rio de Janeiro; Roberto Simonsen e Teodoro Quartim Barbosa em São Paulo e Evaldo Lódi em Minas Gerais, empresários e políticos que marcaram uma era. De acordo com o autor, algum desses empresários, seus filhos e outros parentes estariam na liderança do golpe de 1964. Daí vem nossa menção ao golpe como empresarial-militar.

O desenvolvimento industrial e a urbanização desorganizaram a frágil estrutura do estado oligárquico. No fim da década de 1920, isso ficou mais evidente com a assinatura de um delicado acordo entre os governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo, conhecido como “política do café com leite”, porque São Paulo produzia café e Minas Gerais leite. Esse acordo teve o objetivo de controle da situação política, se utilizando de uma intervenção repressora, uma vez que os governadores dos dois Estados “agiram como ‘partidos’, acima e além dos próprios partidos” (DREIFUSS, 1981, p. 39). Esta atuação política foi avaliada por Dreifuss como uma modalidade de “Bonapartismo Civil”, sendo o Bonapartismo conceituado “em relação à reestabilização do equilíbrio político ameaçado, isto é, a supremacia das classes governantes através da intervenção política a qual reprime o movimento político” (idem).

O bloco de poder da burguesia agrária buscou opor-se ao desafio da burguesia industrial para superar a crise da oligarquia, em especial dos setores cafeeiros. A crise da oligarquia permitiu que, de maneira cada vez mais contundente, a burguesia industrial apoiada por outros

grupos sociais, principalmente as classes sociais médias influenciasse as políticas do Estado. A burguesia industrial formou um bloco de poder disposto a redefinir as relações de poder dentro do Estado brasileiro, mudança facilitada por pressões, decorrentes da crise capitalista de 1929, que se abateram sobre a economia oligárquica.

Mesmo com as mudanças descritas, Dreifuss (1981) afirma que, a burguesia emergente não destruiu, nem política e tampouco financeiramente, as antigas elites agrárias para impor sua presença no Estado e sim assimilou, em grande parte, seus valores tradicionais. A consequência disso foi que, enquanto a burguesia industrial conseguia uma identidade política frente ao bloco oligárquico, também conseguia estabelecer um compromisso de classe no poder com os interesses agrários, principalmente com os setores agroexportadores. Para o autor, essa dupla ação é a base para que a atuação da burguesia seja entendida porque essa ligação entre burguesia industrial e oligarquia rural traria importantes consequências históricas, originando um “estado de compromisso”, institucionalizado pela constituição de 1934. O governo de Getúlio Vargas teve que atuar dentro de uma complicada trama de conciliações entre interesses conflitantes tendo em vista que nenhum dos grupos que participavam do poder, as classes médias, os setores agroexportadores, a indústria e os interesses bancários, nenhum deles foi capaz de estabelecer sua hegemonia política e de representar seus interesses particulares como interesses gerais da nação. O equilíbrio instável entre os grupos dominantes e a incapacidade de algum desses grupos de assumir o controle do estado em benefício próprio, enquanto se estabelecia como representante do conjunto dos interesses econômicos privados, constituíram elementos típicos da política da década, representada na crise de hegemonia política que foi marcada pela revolução de 1930.

Apesar do estado de compromisso estabelecido entre burguesia industrial e oligarquia rural agroexportadora, Dreifuss (1981) destaca que essa coexistência não foi harmoniosa, marcando o período com uma série de crises contínuas a partir de 1932, que pavimentaram o caminho para o estabelecimento do Estado Novo, em 1937. As dissidências das classes dominantes articuladas politicamente em seu interior eram inaceitáveis para a burguesia industrial, que estava então afirmando seu poder econômico. Como exemplos dessas dissidências, podemos destacar a revolução de 1932 e o movimento fascista do integralismo da metade da década de trinta que impregnou a ideologia nacionalista daquele período. Isso para além do fato do surgimento de reações organizadas por parte das classes subordinadas como o levante comunista de 1935, a Frente Nacionalista Negra e a criação da Aliança Nacional Libertadora. Esta última, fundada também em 1935, logo após a criação de frentes populares na

Europa, tornou-se a primeira organização política nacional das classes populares, que eram consideradas ameaças a serem reprimidas. Os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional além de impor e administrar sacrifícios regionais e de classes necessários para a consolidação da sociedade industrial.

O “estado de compromisso” construído no início da década de 1930 foi remodelado a partir das experiências de um novo estado, reflexo das formas corporativas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio, dando origem ao Estado Novo. “O estado novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês” (DREIFUSS, 1981, p. 22). Legitimado por noções militares de ordem nacional e de progresso, o Estado Novo concentrou as energias nacionais e mobilizou recursos a fim de alavancar a industrialização. Sob a proteção do Estado Novo, proprietários de terras e industriais se tornaram aliados, porém, sem dissolver seus interesses corporativos, fato que fez surgir um relacionamento marcado por conflitos e tensões. Foi essa característica conflituosa que tornou possível, até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do estado do Estado Novo assumisse um papel de intermediário, favorecendo a interferência das forças armadas na vida política da nação.

Dreifuss (1981) aponta que quatro fenômenos marcaram a interdependência dos setores industriais e agrários: 1) a demanda por produtos industriais originada por setores agroexportadores, 2) a maioria dos insumos necessários à industrialização foram adquiridos em território estrangeiro, mas fruto das receitas obtidas das exportações; 3) os setores agrários eram produtores de matéria prima da insipiente indústria nacional e para empresas agroindustriais em desenvolvimento; 4) houve um certo grau de interpenetração entre setores agrários e industriais fruto de laços familiares ou de empresas interligadas. O autor ainda salienta que o bloco de poder empresarial operava nos espaços econômico e político abertos pelo declínio dos interesses comerciais e industriais britânicos em contraposição aos interesses rivais estadunidenses e alemães. Afirma que este esforço de industrialização foi fortalecido pelo relativo pouco interesse internacional no Brasil devido aos anos de depressão e ao envolvimento desses interesses industriais no esforço bélico da segunda guerra mundial, fazendo com que a indústria nacional assumisse um caráter de “substituição de importações”.

O primeiro estágio da nacionalização formal da economia ocorreu sob a proteção do Estado Novo com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento de controle nacional sobre setores estratégicos da economia como a mineração, aço e petróleo. O Estado se tornou um produtor de bens e serviços de infraestrutura, servindo de base para o

desenvolvimento industrial privado no Brasil, além de estender essa contribuição ao criar uma série de mecanismos destinados a reorganizar a economia, priorizando o processo de expansão capitalista e transferindo os recursos de outras áreas para a indústria. Outro estímulo apontado foi a vital transformação do consumo, não ligado à atividade produtiva dos proprietários de terra no país, consumo que foi transformado em capital de giro nos centros industriais devido à estrutura bancária expandida de maneira significativa no início da década de 1940. Desta forma, a reestruturação do sistema político promovido durante o Estado Novo envolveu novas formas de articulação e domínio de classe.

A ideologia e ação do bloco de poder industrial-financeiro dominante foram significativamente influenciadas pelo pensamento corporativista que entendia a formação socioeconômica como uma rede de grupos econômicos e políticos “funcionais” resultante de uma divisão de trabalho necessária. De acordo com o autor, esse grupo do poder redefiniu os canais de acesso ao centro do poder ao estabelecer uma série de mecanismos para a formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão, mecanismos institucionalizados contra os interesses agrários substituídos em função da industrialização.

Neste período foram criadas ou reativadas quatro categorias de órgãos com o objetivo de apoiar a expansão industrial: institutos destinados a regular o consumo e a produção nos setores agrários e extrativos; organismos destinados a incentivar a indústria privada, como a Comissão de Similares, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Eram os industriais que dirigiam agências-chave de tomada de decisão como a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, entidades que visavam a implementação de expansão ou inspeção de serviços básicos de infra estrutura para a industrialização, tendo como exemplos a Comissão do Vale do Rio Doce, Conselho de Água e Energia, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Comissão do Plano Rodoviário Nacional e o Conselho Nacional de Rodovias e, por fim, organismos destinados a participar diretamente na atividade produtora, tendo como exemplo a metalurgia e siderurgia. A indústria expressava suas demandas sem intermediação política devido a sua introdução direta no aparelho estatal, o executivo havia se tornado o foco dos interesses da industrialização, aberto às demandas da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio (DREIFUSS, 1981).

É interessante notar que entre 1930 e 1945, fim do Estado Novo, foram criadas diversas organizações de classe em defesa de interesses da burguesia tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Confederação Industrial do Brasil, o Conselho Nacional

de Indústrias e diversas Associações Comerciais em vários estados brasileiros, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Neste cenário o setor agrário, após perder seu protagonismo, se comunicava com o aparelho estatal através dos institutos e conselhos de representação dos produtores rurais. Neste período foi criado o Conselho Nacional de Economia que foi dominado pelos industriais, que receberam vantagens exclusivas até 1946.

O Estado Novo também estabeleceu um processo de nacionalização da formulação das diretrizes políticas, com o objetivo de subordinar as lideranças regionais e introduzir reformas administrativas a fim de modernizar o aparelho estatal e controlar o capital estrangeiro em favor de empreendimentos locais. Ao lançar o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) em 1938, reformulou drasticamente a burocracia estatal, fato que foi uma importante medida na centralização da administração pública e, por consequência, afetou a prática do clientelismo e do patronato ao retirar o controle burocrático da oligarquia regional, transferindo efetivamente, mas não exclusivamente, a prática de patronato para o governo central. O fato deu margem à burguesia industrial, atuando no executivo através de seus aparelhos privados, de lançar mão de práticas paternalista e cartoriais. O papel do Estado Novo na industrialização proporcionou a inserção de profissionais das classes médias e de militares, junto com os empresários, no aparelho administrativo do estado.

Dreifuss (1981) afirma que, em nome da “paz social” o Estado Novo interveio na regulamentação da força de trabalho através da promulgação das leis trabalhistas, estabelecendo assim requisitos básicos do processo de acumulação. O salário mínimo estabelecido em 1939 nivelou o salário da força de trabalho urbano a seu grau mais baixo possível da escala social, o nível da subsistência. De acordo com o autor um importante efeito da instituição do salário mínimo foi a cooptação das classes trabalhadoras, enquanto o Estado era projetado e percebido como protetor dos pobres, percepção centrada na figura paternalista de Getúlio Vargas. Mudanças substanciais ocorreram ao se aproximar do fim da segunda guerra mundial. A condição de vida das classes trabalhadoras se tornou precária ao longo da década de 1940, gerando agitação da classe que fez surgir outras organizações sociais para além dos sindicatos controlados, que haviam centralizado as reivindicações de classe durante anos. Novos sindicatos independentes foram criados nos Estados mais industrializados do país, contornando a estrutura de controle do ministro do trabalho e justiça, Alexandre Marcondes Filho. Os exemplos dos sindicatos nacionais que surgiram nesse período são o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O ressurgimento da esquerda em meados da década de quarenta, após de ter sido atingida

violentemente pelo Estado Novo e o crescimento do partido comunista junto a organizações embrionárias das classes trabalhadoras foi recebido pela classe burguesa como uma séria ameaça aos seus interesses e fora de seu controle. Esse temor motivou as associações empresariais a convocar convenções e congressos nacionais a fim de pensar seu papel no período pós-guerra. Dentre estes eventos se destacou a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis em maio de 1945, conferência convocada pela Federação de Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria. O evento que foi presidido por Roberto Simonsen, contou com a presença de cerca de seiscentas associações rurais, comerciais e industriais de todo o território nacional e, após 5 dias de convenção, apresentaram uma Carta Econômica.

Dreifuss (1981) desenvolve uma pontual análise acerca da interpretação sobre a burguesia nacional surgida sob a proteção do Estado Novo, que, segundo o autor, foi inicialmente assumida pelo Partido Comunista e abraçada posteriormente por intelectuais nacionalistas, em especial os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nesta avaliação existiram dois grupos burgueses diferentes: uma parcela tida como “entreguista” e ligada diretamente ao capital transnacional e uma burguesia “nacionalista” que era considerada, por esses intelectuais, como uma potencial aliada das classes trabalhadoras e dos setores das classes médias que se opunham ao imperialismo, porém, para o autor, essa confrontação entre burguesia nacionalista e entreguista se baseava em uma avaliação equivocada da questão, enxergando um antagonismo estrutural onde na verdade havia apenas conflitos conjunturais, pois, mesmo mostrando uma dualidade de tendências em seu crescimento, uma de associação direta a interesses multinacionais e outra de ligações indiretas para obter o *know-how* estrangeiro, mantinham uma motivação que as unificava, o capital associado e dependente.

De acordo com Dreifuss (1981), os empresários nacionais, na convenção de 1945, adotaram várias demandas populares como slogans políticos dirigidos às classes médias e trabalhadoras, a fim de aplacar as demandas emergentes das classes subalternas, tendo em vista que vinha se tornando claro para as classes dominantes que as novas formas de governo teriam que substituir as medidas coercitivas do Estado Novo. Entre os slogans propagados estavam: “luta contra a pobreza”, “democracia econômica”, “aumento da renda nacional” e “justiça social” usados como uma maneira de cooptar os movimentos populares absorvendo suas lideranças, buscando esvaziar o descontentamento popular através de uma burocratização de suas demandas ao se utilizar de instrumentos de repressão pacífica como os fornecidos pelo

Estado patrimonial e cartorial. A onda antifascista desencadeou uma reação das classes médias contra o autoritarismo do Estado Novo, afetando de maneira significativa o comportamento das classes médias, que apresentava, por vezes, interesses e aspirações antagônicas. O antagonismo ficou mais evidente no início da segunda guerra mundial, quando o governo brasileiro, de início, oscilava entre a neutralidade e uma posição pró-Eixo – aliança militar liderada pela Alemanha Nazista. Porém, ainda que alguns dos oficiais superiores mostrassem simpatia pela Alemanha, tendo como exemplo os Generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, o governo brasileiro declarou-se a favor dos aliados dos Estados Unidos e enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa, participando de campanha na Itália, sob o comando dos Estados Unidos, tendo como resultado desta campanha um estreitamento de relação entre militares brasileiros e estadunidenses, criando vínculos de amizade que se intensificaram, nas décadas seguintes. Muitos desses militares foram enviados aos Estados Unidos da América e retornaram com novas ideias sobre o desenvolvimento industrial e organização política do país. Estes oficiais se tornaram oposição a Getúlio Vargas por considerá-lo o chefe de um regime neofacista, e lideraram grupos que conspiravam contra o regime. Este esforço de oposição culminou com a criação da Frente Democrática composta por um amplo leque de posições ideológicas, que se apresentou como uma iniciativa política alternativa ao regime vigente. Esse trecho é importante para entender como a segunda guerra mundial é um fator importante no alinhamento político brasileiro na política das Américas, tendo em vista que essas alianças entre intelectuais das forças armadas brasileiras e estadunidenses será de muita importância na adesão do país à uma política identificada com os ideais estadunidenses dentro do contexto da Guerra Fria.

O próprio Vargas percebeu a necessidade de mudança e tentou deslocar a base sócio-política do regime para um alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial em uma tentativa, segundo Dreifuss (1981), de construir um sistema político trabalhista de centro esquerda com tendências nacionalistas. Para as eleições 1945, Vargas estimulou a criação de dois partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), baseada na máquina sindical de Marcondes Filho, e o Partido Social Democrático (PSD), que não possuía similaridade com os partidos europeus de nome similar e tinha como base os interventores estaduais, os industriais de São Paulo e os chefes das oligarquias regionais. Para o pleito, a oposição e centro-direita criaram a União Democrática Nacional (UDN) tendo como base um conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e contrárias a Vargas, posição política que posteriormente ficou conhecida como antipopulista. A UDN teve como base política as classes médias lideradas por empresários, políticos e profissionais liberais. No final

do Estado Novo, Getúlio Vargas buscou construir uma nova base de poder atraindo a classe trabalhadora e o partido comunista. Para isso concedeu anistia política e implementou reformas sócio econômicas, além de permitir uma maior participação política da população. Vargas lançava bases para uma nova constituição política de governo para inaugurar um novo regime.

Em um cenário de surgimento de novas forças socioeconômicas e de novas demandas sociopolíticas, foi necessário a construção de um novo modelo de administração estatal a fim de gerar um consenso social, para isso foram integrados o corporativismo associativo, o autoritarismo do Estado Novo e a limitada convergência das classes dirigentes foram integrados e sintetizados numa fórmula nacional desenvolvimentista, que ficou conhecida pelo termo genérico de populismo. Segundo Dreifuss (idem), o populismo buscou estabelecer uma hegemonia burguesa a partir de meados da década de 1940. Esta conceituação de populismo é um dos pontos fundamentais das reflexões que esta pesquisa busca desenvolver sobre esse período histórico. Conforme descrito anteriormente, o comunismo e o populismo apresentam uma divergência essencial já que o populismo é fruto de uma recomposição burguesa a fim de construir uma nova hegemonia da classe burguesa e não uma hegemonia do proletariado, ainda que o populismo possa a vir a fazer concessões às classes trabalhadoras. Também é importante pontuar que existem divergências conceituais entre os dois autores usados como base desta contextualização histórica. Enquanto Dreifuss classifica essa iniciativa Varguista como populismo, Bandeira conceitua como trabalhismo, baseando este conceito principalmente nos avanços da legislação trabalhista durante os governos de Vargas, entretanto, esta pesquisa acompanha a interpretação de Dreifuss a respeito destes avanços, entendendo que são medidas que buscam uma conformação das classes trabalhadoras.

No fim do Estado Novo, o populismo foi uma ferramenta do Executivo em busca de estabelecer um esquema de limitada mobilização das massas urbanas a fim de influenciar a política nacional. Esse esforço de limitação foi baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB, dois partidos que, apesar de seus apelos programáticos imprecisos, eram efetivas máquinas de domínio ideológico e controle social: o primeiro como partido do poder e o segundo como legitimador do modelo vigente. Esse período marcou, após anos do autoritarismo do Estado Novo, o ressurgimento do político profissional e a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no reativado congresso nacional. Um ponto importante a se destacar é que toda a posição privilegiada que os industriais haviam conquistado no Executivo foi preservada, ainda que controlada pelo congresso.

Essa movimentação política de Vargas acendeu um sinal de alerta nas classes dominantes e foi recebida sob suspeita pelas classes médias devido ao fato que a estratégia adotada tinha como consequência um aumento do apelo carismático de Getúlio Vargas junto as classes trabalhadoras, podendo evidenciar seu comando do estado como intermediário político. A limitada mobilização política das classes trabalhadoras era vista com temor pelas classes dominantes, já que essa mobilização poderia dar a Vargas o apoio necessário para estabelecer novamente um Executivo relativamente independente, uma configuração que era repudiada por industriais e oligarcas. Vargas buscava estabelecer a economia nacionalista, estatizante e distributiva, contrariando setores da burguesia, empenhados em fortalecer suas ligações com interesses multinacionais em busca de capital e tecnologia. Antes da estratégia de Vargas ser consolidada, ele foi deposto pelo Exército sobre a vanguarda de oficiais da FEB, que contava com o apoio dos industriais locais, a oligarquia, as classes médias e o capital multinacional que renovara seu interesse pelo Brasil. Vargas foi deposto, e o sistema político partidário por ele fomentado foi incorporado pelo empresariado, porém, a transição entre o Estado Novo e um modelo populista de governo não foi estabelecida devido ao fato da elite política e econômica que comandava o Estado Novo ter se mantido no poder após a destituição de Vargas. Foi justamente essa elite que conduziu as primeiras eleições pós Estado Novo. Dreifuss (1981, p.28) ainda salienta que o continuísmo político ficou marcado na constituição de 1946, que “deixou praticamente intacto o marco institucional do Estado Novo”.

As eleições presidenciais tiveram como vencedor o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que concorreu pelo PSD em aliança com o PTB, o segundo lugar foi ocupado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN e Iedo Fiúza em terceiro lugar concorrendo pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que obteve um quantitativo de votos, após o período de ilegalidade durante o Estado Novo, semelhantes ao do PTB. Dutra havia sido Ministro da Guerra durante o Estado Novo e teve sua candidatura apoiada pelo próprio Getúlio Vargas. Apesar de se assumir enquanto democracia liberal, o Governo de Dutra carregou muitas características do Estado Novo, entre elas a posição privilegiada dos industriais dentro do Executivo e o autoritarismo nas relações entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras. Porém, houve mudanças, sendo a principal delas o estabelecimento do Legislativo enquanto foro de atuação política. Dutra foi eleito com base nas máquinas do PSD e do PTB e apoio de Vargas, mas logo mostrou posição política diferente de seu antecessor, principalmente no que tangia ao nacionalismo e à participação das classes trabalhadoras na política nacional. Dutra elevou a ministro figuras de destaque da UDN e teve um governo fortemente influenciado pelo

empresariado, fato que fez o governo favorecer o liberalismo econômico e defender um forte controle político das classes trabalhadoras. De acordo com Dreifuss (1981) a diretriz econômica do governo de Dutra favoreceu as empresas privadas, desativando organizações estatais. Dutra e UDN estudavam a possibilidade de estreitar relações com os Estados Unidos que trouxe como consequência a reabertura da economia ao capital estrangeiro em condições favoráveis. Foi nesta conjuntura, com o apoio de Dutra, que foi inaugurada a Escola Superior de Guerra (ESG) que foi ocupada por oficiais antipopulistas e pró UDN e a Comissão mista Brasil-Estados Unidos que tinha como objetivo estudar a economia brasileira com o objetivo de traçar um plano de ação. É pertinente salientar que muitas das iniciativas estabelecidas durante o governo de Eurico Gaspar Dutra são embriões do golpe de 1964, um exemplo disso é a Escola Superior de Guerra que se tornou um importante aparelho privado de hegemonia que contribuiu de maneira decisiva na construção do golpe empresarial-militar.

Para Dreifuss (1981), o bloco de poder oligárquico-empresarial que apoiava o governo Dutra e buscava o consentimento político das classes subordinadas enquanto tentava impor um consenso entre frações subalternas das classes dominantes, fez uso de táticas paternalistas. Em 1945 e 1946 a FIESP e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), se engajaram em esforços de apaziguar as crescentes demandas das classes trabalhadoras. As duas instituições estabeleceram Comissões de Eficiência e Bem-Estar Social, com o objetivo de prestar serviços paternalistas, como a venda de alimentos e artigos de vestuário a preço de custo. Essas instituições também construíram a Comissão de Reações com o Público, destinada a modificar as demandas dos trabalhadores através de um serviço de relações públicas e doutrinação em defesa dos interesses da indústria privada de São Paulo. Essas iniciativas foram o embrião do Serviço Social da Indústria (SESI), criado via decreto presidencial em 1946, após pressões pessoais de Roberto Simonsen e Morvan Dias Figueiredo, líderes da FIESP e Confederação Nacional da Indústria (CNI). Um dos objetivos implícitos no SESI seria o de, a longo prazo, combater o ressurgimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras, além o fato de construir no operariado urbano uma base ideológica e comportamento político alinhado a uma sociedade industrial capitalista. Após meses de esforços do empresariado, Morvan de Figueiredo tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, assumindo assim, os mecanismos de controle dos trabalhadores e possibilitando a implantação de uma agenda em defesa dos interesses capitalistas. No entanto, essa iniciativa sofreu resistência das organizações das classes trabalhadoras. Os sintomas desta disputa coincidiram com uma demonstração de força do Partido Comunista (PC) nas eleições estaduais de 1947 onde o PC confirmou sua

posição como quarto maior partido em voto popular e o terceiro partido mais votado em São Paulo, ficando à frente da UDN, além de conseguir uma maioria nas eleições para a Câmara Municipal na capital Federal. De acordo com o autor, a frágil sociedade civil decorrente do Estado Novo não possuía uma estrutura apropriada para conter as classes trabalhadoras, tornando difícil a institucionalização pós regime, muito pelo fato do PTB não se mostrar ideologicamente e organizacionalmente um adversário ao Partido Comunista. Sabendo deste fato, a burguesia se organizou e, por pedido do governo, o Partido Comunista foi declarado ilegal, por decisão judicial ainda em 1947. Dutra também dissolveu a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e interveio nas atividades de quatrocentos sindicatos sob a justificativa de terem ligações com o ilegal Partido Comunista. Esse ataque à expressão autônoma das classes trabalhadoras resultou em medidas autoritárias dentro do sistema político e do regime populista, ainda assim foi possível construir algum consentimento e consenso a partir do argumento de igualdade democrática entre todos os cidadãos, com exceção dos estigmatizados como “comunistas”. Neste processo, os analfabetos eram totalmente excluídos do processo eleitoral, enquanto os trabalhadores rurais eram tutelados pelos coronéis e vítimas de práticas clientelistas gerando um “populismo que sustentava uma igualdade democrática urbana, por sinal muito seletiva” (DREIFUSS, 1981, p. 30).

As eleições de 1950 foram marcadas pela ilegalidade do Partido Comunista e os sindicatos sob intervenção. Getúlio Vargas foi candidato pelo PTB em aliança com o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros Dreifuss (1981) afirma que Barros era um protótipo de chefe populista oriundo do estado de São Paulo, onde o PSP exercia controle sobre os trabalhadores. Em oposição à Vargas, foi candidato pela UDN o Brigadeiro Eduardo Gomes, com o apoio de Plínio Salgado, antigo líder integralista, então líder do Partido de Representação Popular (PRP). Vargas fez campanha pelo país respeitando um conteúdo programático, ainda que a ênfase da exposição de seu conteúdo variasse de acordo com os interesses da plateia. Estavam presentes em seu programa uma retomada da industrialização nacionalista com o apoio do estado, o ataque à inflação e a ausência de progresso real nos salários dos trabalhadores urbanos. Prometeu uma campanha de proteção aos trabalhadores através de medidas de bem-estar social, mas sua campanha evitou abordar questões ligadas ao trabalhador rural e à reforma agrária, sendo esta escolha motivada pela busca de Vargas por angariar apoio do PSD, estratégia que aproximou Vargas de Juscelino Kubitschek, jovem político em ascensão e então candidato ao governo de Minas Gerais pelo PSD. A aliança gerou o apoio mútuo para as respectivas campanhas visando cargos no executivo, fazendo com que Vargas conseguisse votos

pessebistas. Vargas possuía um compromisso com a industrialização nacionalista e com o direito do Brasil de possuir e desenvolver a indústria ligada ao petróleo e outros recursos minerais, porém, não buscava romper com o capital internacional, deixando claro que aceitaria investimentos estrangeiros em sua administração, indicando assim que não buscava criar atrito com os interesses burgueses fortalecidos durante o governo de Dutra. Vargas buscou se aliar ao governo estadunidense e a investidores privados na tentativa de estabelecer um programa de desenvolvimento semelhante ao Plano Marshal, porém, negou apoio ao governo dos Estados Unidos em sua investida militar na Coreia, em contraposição ao apoio insinuado pelo Marechal Dutra. Getúlio venceu a eleição com uma ampla maioria de votos tendo como base um bloco populista que se estendia de norte a sul do Brasil, agrupando políticos dos mais variados partidos abrangendo os interesses de empresários locais, agrários especialmente do sul do país e das classes trabalhadoras urbanas, fato que fez com que o ministério de Vargas fosse heterogêneo e, ao contrário do que era esperado, deixou o PTB com apenas um ministério – o do trabalho. Para Dreifuss (1981), o Ministério do Trabalho tinha como objetivo legitimar o PTB, ao passo que este contribuía para a manipulação das classes trabalhadoras. Por outro lado, ao deixar a maioria dos ministérios a cargo do PSD, deixava claro que este era o partido do poder. Como desdobramento, o governo adotou uma série de diretrizes políticas mais conservadoras que as prometidas em campanha, também com a intenção de apaziguar militares.

O Congresso Nacional ficou politicamente mais importante durante a segunda administração com o governo Vargas se tornando um foco de articulação de interesses ao lado do Executivo, sendo o Congresso o local no qual as diferentes frações das classes dominantes possuíam a possibilidade de compartilhar do governo junto ao bloco de poder hegemônico, fazendo deste espaço uma instituição regulada por conciliações e alianças já que exercia um certo grau de controle sobre as medidas políticas adotadas pelo Executivo. Segundo Dreifuss (1981), o regime populista de convergência de classes faz com que o controle do Executivo se tornasse questão política central e as lutas pela participação neste controle favoreciam uma intensa personalização da vida política, personalização essa que se tornaria o pivô de várias crises do período. O congresso possuía duplo papel, agregava e canalizava pressões populares através da aliança PTB/PSD, enquanto também representava os interesses das classes de proprietários de terra e, apesar de estabelecer o que o autor classificou como uma supremacia industrial-financeira (DREIFUSS, 1981, p. 31), construída pelo empresariado durante a década de quarenta, não se traduziu em uma hegemonia nacional política e ideológica.

De acordo com Dreifuss (1981), o segundo governo Vargas foi dividido em três períodos. A primeira fase que se estendeu até meados de 1953 foi caracterizada pela busca por ajuda financeira dos Estados Unidos, por uma política contra a inflação e uma forte presença empresarial. Essa fase findou devido ao fracasso de sua tentativa de controlar a inflação uma vez que a ajuda econômica externa não se concretizou, agravado pela pressão conjunta de sindicalistas e diversos grupos nacionalistas. Essa derrota forçou o governo a reconfigurar seu ministério, em meados de 1953, inaugurando a segunda fase na qual Vargas recorreu às classes trabalhadoras como grupo de pressão nomeando João Goulart (Jango), então um jovem militante do PTB do Rio Grande do Sul, como Ministro do Trabalho, Jango assumiu o cargo com um enfoque muito mais radical do que o anterior, e a segunda fase ficou caracterizada por uma intensa polarização política ideológica em torno dos assuntos nacionais e trabalhistas enquanto crescia a oposição dos militares à Vargas. Em fevereiro de 1954, foi divulgado um Memorando dos Coronéis assinado por um grupo de mais de oitenta oficiais, que culminou com a demissão de Goulart e do Ministro da Guerra o General Estillac Leal, que era nacionalista e aliado de Vargas. A terceira fase foi caracterizada por forte pressão militar apoiada por empresários e pelo governo dos Estados Unidos. Esta disputa pelo poder se refletiu no Congresso Nacional, onde o governo se valeu de diversas manobras defensivas, que foram intensamente atacadas, tanto no Congresso quanto na imprensa por figuras políticas agressivas como Carlos Lacerda da UDN do Rio de Janeiro. Esse período culminou com o suicídio de Vargas em 1954.

O suicídio de Vargas provocou uma mudança radical nas diretrizes econômicas. Durante o mandato de Café Filho, sobre a orientação do Ministro das Finanças Eugênio Gudin, o governo abandonou a estratégia da industrialização nacionalista, adotando uma diretriz que favorecia explicitamente as corporações multinacionais que cooperassem com a importação de equipamentos industriais para a produção de bens considerados elementares para a administração. O governo Café Filho instituiu, em 1955, a Instrução nº 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que permitiu às empresas multinacionais importar equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas, isentando essas da cobertura cambial necessária à importação de maquinário, um privilégio que não foi estendido às empresas nacionais. O governo Café Filho foi apoiado por uma aliança de centro direita formada por empresários, políticos da UDN e do Partido Social Progressista (PSP) e buscava a contenção das classes trabalhadoras em benefício do capital internacional. Apesar de seus esforços, Café Filho não conseguiu se manter no poder, sendo derrotado nas eleições

presidenciais seguintes por uma aliança formada por políticos do PTB, PSD, sindicalistas e empresários contrários às diretrizes econômicas do seu governo. Essa aliança de oposição ao governo foi aglutinada na chapa liderada por Juscelino Kubitscheck e João Goulart, uma coligação de forças sociais, expressando o desejo por um processo de desenvolvimento nacional tendo como base a expansão da indústria do Brasil

Dreifuss (1981) salienta que João Goulart baseou sua campanha na proposta de continuidade dos aspectos mais estatizantes e nacionalistas que estavam contidos na segunda administração de Vargas. Kubitscheck, por sua vez, baseou sua campanha em um ambicioso programa de desenvolvimento e planejamento. Porém, quando eleito, implantou uma política desenvolvimentista que mudou drasticamente o modelo de acumulação, com a realização do Plano de Metas marcado pelo slogan “cinquenta anos em cinco”. As políticas desenvolvimentistas de Kubitscheck visaram o desenvolvimento da indústria de proa que eram insipientes como a indústria automobilística, naval e a de produtos químicos, proporcionando uma matriz econômica que favoreceu o desenvolvimento de uma burguesia nacional associada ao capital internacional. Essa política de desenvolvimento impulsionou transformações na estrutura socioeconômica do Brasil, sofisticando o mercado interno com o crescimento das empresas e a expansão da indústria básica, ampliando a urbanização e concentração metropolitana, fato que contribuiu para intensificar as desigualdades sociais e regionais.

O processo de industrialização dirigido por Kubitscheck fez surgir problemas político-institucionais sérios, pois, à medida que o Executivo se envolvia em uma política de modernização, o Congresso consolidava uma presença política conservadora aos interesses da indústria, representados pelo Executivo, gerando uma lentidão administrativa imprópria à articulação dos interesses multinacionais e associados. Para combater essa questão Kubitscheck implementou, junto ao Plano de Metas, uma ampla gama de organismo de consultoria e planejamento, além de comissões de trabalhos que ficaram conhecidas como os Grupos Executivos, formando assim uma “administração paralela” ao Executivo tradicional. Essa administração paralela, formada por diretores de empresas privadas, empresários “técnicos” e oficiais militares, propiciou que os interesses multinacionais ignorassem os canais tradicionais na formulação de diretrizes políticas, contornado as estruturas de representação do regime populista, permitindo assim que se evitasse mecanismos de controle e autoridade como o representado pelo Congresso Nacional. As críticas poderiam ser dirigidas aos interesses multinacionais e associados por parlamentares de oposição tendo em vista que as agências envolvidas na administração paralela operavam sob sigilo administrativo, tendo como

argumento para isso a cobertura ideológica de uma “racionalidade técnica” e “perícia apolítica”. De acordo com Dreifuss (1981), havia uma falha no esquema tendo em vista que a eficiência da administração paralela dependia da boa vontade que o Executivo demonstrasse ao seu funcionamento, fazendo-se necessário que os interesses multinacionais e associados conseguissem ocupar postos burocráticos na administração estatal, para assim, conseguir o comando do Estado.

O Plano de Metas foi a base do que Dreifuss considerou como segundo estágio da “nacionalização formal” da economia com o estado se transformando em produtor de bens e serviços importantes para a infraestrutura enquanto controlava indiretamente substanciais mecanismos da política econômica. Mesmo com expressiva presença do Estado na economia, este não orientava a estrutura de produção, sendo o próprio capital internacional, por ter penetrado nos setores dinâmicos da economia, que controlava o processo de expansão capitalista. A intervenção do Estado na economia para além da alocação de recursos públicos para atividades privadas era amplamente condenada pelos grandes empresários, sendo a considerável influência do Estado na economia vista com receio por parte do empresariado que temia por uma crescente interferência nos negócios, defendendo assim a necessidade absoluta da posse privada dos meios de produção, bandeira que era também defendida pelos militares.

O desenvolvimentismo de Kubitscheck causou transformações na divisão social do trabalho quando criou uma enorme classe trabalhadora industrial urbana, além da expansão dos setores comerciais e de prestação de serviços e a formação de novos segmentos de trabalhadores assalariados. De acordo com Dreifuss (1981), o populismo serviu para reproduzir ideologicamente a ideia de estado neutro e benevolente, mito que, segundo o autor, seria destruído no início da década de sessenta.

O populismo foi ferramenta utilizada pelas classes dominantes em uma tentativa de abafar o aparecimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras, se valendo do autoritarismo como, por exemplo, mantendo o Partido Comunista na ilegalidade e restringindo o sindicalismo autônomo. Porém, o impulso industrializante de Kubitscheck continuava a aumentar, com velocidade, o número e a concentração das classes trabalhadoras nos grandes centros urbanos o que, de acordo com Dreifuss, modificou os contornos políticos e estabeleceu o embrião da crise do populismo, fato que fez com que, no final da década de 1950, a luta de classe se acentuasse dentro da corrupta estrutura política institucional. A urbanização e o desenvolvimento industrial transformaram a consciência coletiva das classes trabalhadoras, enfraquecendo o domínio ideológico que as classes dominantes tinham sobre as subalternas,

fato este aliado ao surgimento das ligas camponesas que mobilizaram os trabalhadores rurais, instigando as primeiras tentativas de sindicalização das massas de trabalhadores rurais. O final da década de 1950 testemunhou o florescer da atividade sindical e de organizações da classe trabalhadora, uma intensa mobilização estudantil e o surgimento de debates no interior das Forças Armadas no sentido de politizar a questão do nacionalismo com um viés distributivo. As classes trabalhadoras tiveram de ser reconhecidas como forças políticas legítimas pelas classes dominantes, trazendo como consequência a concretização da noção de segurança militar interna, durante o governo Kubitscheck. O fato foi corroborado na fala do presidente na Escola Superior de Guerra (ESG), incentivando que a ESG “se dedicasse ao estudo do potencial ameaça subversiva de forças sociais desencadeadas pela modernização contra a ordem vigente” (DREIFUSS, 1981, p. 36). É possível pontuar, como características deste período, o crescimento do aparelho repressivo do Estado, sua organização e, principalmente, a mudança ideológica e operacional das forças armadas no sentido de dedicar-se a uma estratégia de contra-insurreição e o uso de intermitentes de medidas coercitivas e hostilidade interna.

O fim da administração de Kubitscheck foi marcado por um evidente esgotamento de seu modelo de desenvolvimento, constatação está marcada por uma ostensiva política de adiamento de problemas adotada pelo governo, buscando transferir para a próxima administração os problemas sem solução que vinham se acumulando. Segundo Dreifuss (1981), esse adiamento estratégico construiu uma trégua com os setores rurais reacionários, enquanto permitia um crescente desequilíbrio entre os sistemas industrial urbano e o agrícola, fato que aumentava as desigualdades regionais, favorecendo o crescimento econômico do centro sul, à custa do resto do país. O início da década de 1960 foi marcado pelo desafio de duas forças sociais antagônicas ao modelo populista de domínio. Essas forças estavam representadas pelos interesses multinacionais e associados e pelas classes trabalhadoras industriais, ambos frutos do desenvolvimentismo de Kubitscheck. Segundo o autor, as duas forças, ainda que opostas, descortinavam o mito da neutralidade do Estado populista de Kubitscheck. Os interesses multinacionais e associados viam-se em proeminência econômica ao fim do governo Kubitscheck e início da administração de Jânio Quadros, utilizando-se de uma administração paralela para evitar os controles do Congresso e das pressões populares enquanto esses interesses eram endossados pelas ideias antipopulistas e antipopulares da Escola Superior de Guerra. Paralelo a isso, as classes trabalhadoras industriais, enquanto parte das classes populares, utilizaram o Congresso como uma plataforma para a expressão de seus interesses em oposição aos interesses da burguesia. As crescentes demandas nacionalistas e reformistas

pressionando o Executivo, tornou imperativo para a burguesia ter o comando político da administração do Estado, que foi parcialmente conquistado com a ascensão de Jânio Quadros ao poder. Janio, sob grande pressão, buscou resolver as contradições do regime através de uma tentativa de “bonapartismo civil”. Depois de sete meses como presidente, não aguentou a pressão e renunciou. João Goulart, o vice-presidente, foi conduzido ao poder liderando um bloco nacional reformista que contrariava os interesses multinacionais e associados.

2.4 Guerra Fria e a Doutrina de Segurança Nacional.

Uma questão política global fundamental para a compreensão do período histórico aqui estudado é a guerra fria que se desenvolve após o fim da segunda guerra mundial, onde o mundo se dividiu em dois blocos político-econômicos antagônicos liderados pelos Estados Unidos da América e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que aqui será referenciado como União Soviética. Este contexto deu origem ao *National War College*, nos Estados Unidos, em 1948, que serviu de modelo para a Escola Superior de Guerra brasileira nascida em 1949. Compreender essa divisão geopolítica é importante para que se entenda a natureza da influência estadunidense que se estabelece no Brasil a fim de defender os interesses da burguesia internacional. Para fundamentar esta seção, faremos uso da obra de Demerval Saviani (2010), na qual o pesquisador traça o perfil de um intelectual orgânico fundamental na fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) e na construção na doutrina de interdependência que transformaria o modo de operação das forças armadas brasileiras – o intelectual em questão é o general Golbery do Couto e Silva.

Golbery do Couto e Silva foi natural do Rio Grande do Sul, fez curso secundário no Ginásio Lemos Júnior, na cidade de Rio Grande. Após a conclusão do secundário, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro que era destinada a preparação de oficiais para os quadros permanentes do exército. Em 1941 foi aprovado para a Escola de Estado-Maior, estagiou a partir de agosto de 1944 na *Laevenworth War School*, instituição americana renomada pela formação de oficiais expedicionários de diferentes nacionalidades. Após este estágio, Couto e Silva serviu na Itália como oficial de inteligência estratégica na Força Expedicionária Brasileira (FEB), até o fim da segunda guerra mundial. Integrou o Estado-Maior do Exército em maio de 1946; no mesmo ano foi alçado ao então Estado-Maior Geral, atual Estado Maior das Forças Armadas; em março de 1952 integrou o Departamento de Estudos da

Escola Superior de Guerra; ganhou evidência em 1954 ao redigir o “Manifesto dos Coronéis” que criticava a atuação de João Goulart como ministro do Trabalho de Getúlio Vargas; em novembro de 1955, foi preso por oito dias por participar do golpe frustrado que pretendia impedir a posse de Juscelino Kubitschek à presidência da república. Foi exonerado da ESG e transferido para Belo Horizonte, onde serviu no quartel-general da Infantaria Divisionária da 4º Região Militar, sendo promovido em março de 1956 à coronel e retornando assim ao Estado-Maior do Exército onde atuou na subseção de Doutrina da Seção de Operações, passando a ser chefe do Seção de Operações em setembro de 1960. Foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em fevereiro de 1961, solicitando em setembro daquele ano transferência para a reserva. Assumiu a direção do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) em 1962, aparelho privado de hegemonia, onde prosseguiu seu trabalho de doutrinação e propaganda, organizando ações que buscaram desestabilizar o Governo de João Goulart (SAVIANI, 2010).

Couto e Silva dedicou parte de sua carreira a elaboração de textos que deram forma à Doutrina de Segurança Nacional, conhecida também como Doutrina de Interdependência. Seus principais textos, o primeiro datado de 1952, foram reunidos no livro intitulado “Geopolítica do Brasil”, publicado em 1967 (GOLBERY, 1967). Saviani (2010) afirma que Couto e Silva baseou sua análise entendendo a geopolítica como a política feita em decorrência das condições geográficas, formulando assim um conceito de geopolítica que tinha como motivação a segurança nacional, que implicava no contexto do pós segunda guerra mundial em “uma estratégia total para uma guerra total” (SAVIANI 2010, p. 356), ampliando assim o conceito de guerra. A guerra restrita ao setor militar foi substituída pela guerra total, que envolvia economia, finanças, política, psicologia e ciência. A elaboração conceitual de guerra total evoluía para guerra global, uma guerra indivisível e permanente que servia de base para o conceito de guerra fria que ocupava o lugar da paz, tendo em vista que os limites de onde começava a guerra e terminava a paz, e de onde acabava a guerra e começava a paz haviam se tornado indefinidos. Saviani sintetiza a Doutrina de Segurança Nacional da seguinte forma:

1. O mundo está em guerra (guerra fria, mas com probabilidade de se transformar em quente a qualquer momento.
2. Essa guerra trava-se entre dois blocos: o bloco ocidental, democrático e cristão, e o bloco oriental, comunista e ateu.
3. O líder do bloco ocidental são os Estados Unidos. O líder do bloco oriental é a União soviética.
4. Como se trata de uma geopolítica, os países situados na área ocidental integram o bloco liderado pelos Estados Unidos; aqueles situados no bloco oriental situam-se sob a liderança da União Soviética.
5. Um corolário dessa premissa é que não há uma possibilidade de terceira posição: ou se está um lado, ou de outro. **Com efeito, se um país que**

se situa numa das duas áreas geográficas assume posição de neutralidade, ele estará enfraquecendo o seu bloco e, conseqüentemente, fortalecendo o bloco antagonista. (grifo nosso). 6. Quanto mais forte o líder, mas forte o bloco como um todo. (SAVIANI, 2010, p. 359).

Para sintetizar o conceito de interdependência, Saviani destaca duas frases do General Juracy Magalhães, que foi, durante o Governo Castelo Branco, embaixador do Brasil nos EUA, e ministro da Justiça de janeiro de 1966 à março de 1967 e, posteriormente, ministro da Relações Exteriores. A primeira “não existe independência; o que existe é interdependência”, e a segunda, “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. As duas frases se alinhavam à lógica da Doutrina de Interdependência, mas foram recebidas, em especial a segunda, como sinais de subserviência e “entreguismo” por setores da população brasileira. Golbery Couto e Silva sintetizou sua avaliação a respeito do papel do Brasil na conjuntura ocidental afirmando que o ocidente precisava do Brasil, já que o país integrava o bloco geograficamente, além de outros motivos ligados a história, cultura, religião, economia e política e, devido a isso, deveria contribuir na defesa do bloco contra o comunismo e o expansionismo sino-russo. Dentro desta estratégia de defesa do bloco, os EUA não poderiam dispensar as Américas Central e do Sul, fazendo com que o Brasil ocupasse uma posição de destaque no bloco por sua relevância geográfica na América do Sul. O fato tornava necessária a estruturação de um sistema de segurança continental capaz de defender a região em caso de guerra, fazendo o Brasil, devido ao tamanho de sua população, componente vital em caso de uma guerra prolongada com o enfrentamento das massas Russas e Chinesas. A contrapartida da lógica da Doutrina da Interdependência era que o Brasil precisava do ocidente para se desenvolver econômica, técnica e culturalmente. Precisava especialmente que os Estados Unidos, líder do bloco, alavancasse o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos para bloquear a ameaça comunista. A doutrina da interdependência fornecia um argumento ideológico que justificava de maneira eficiente a adoção de um modelo econômico capitalista de mercado associado dependente.

É pertinente salientar que durante a produção dos textos que deram corpo à Doutrina de Interdependência no Brasil, ocorreu em território das Américas, a Revolução Cubana que Destituiu Fulgêncio Batista, cujo governo se alinhava aos interesses estadunidenses, levando ao poder Fidel Castro, que implantou um Regime Comunista no Caribe. O fato gerou o acirramento de tensões nas Américas, levando a realização, em agosto de 1961, de uma conferência em Punta Del Leste, no Uruguai, local que foi berço do programa Aliança para o Progresso, que daria origem, em setembro do mesmo ano, na forma da *Public Law 87-195*

americana, a *United States Agency for International Development* (USAID), agência que afetaria, de maneira significativa, a educação brasileira durante a ditadura empresarial militar.

A Doutrina de interdependência é uma questão superestrutural fundamental do período, tendo em vista que ela é a ideologia que vai aglutinar o esforço de diversos atores sociais na suposta luta contra a ameaça comunista, mas que na verdade, atua como uma ideologia que defende e busca legitimar a atuação do capitalismo internacional e associado, principalmente o estadunidense, em território nacional, ainda que este interesse da burguesia internacional venha a ferir questões tidas como de soberania nacional e de bem estar da classe trabalhadora.

O movimento político de oposição enfrentada no segundo mandato de Getúlio Vargas e nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart tem como base a doutrina de interdependência, também conhecida como doutrina de segurança nacional. Outra questão relevante imposta por essa ideologia é a legitimação da perseguição aos seus opositores, pelo argumento de defesa da segurança nacional frente ao comunismo, sendo que em termos práticos a doutrina de segurança nacional faz uma classificação de comunismo para além do programa descrito no manifesto comunista, estendendo essa classificação a qualquer iniciativa que ferisse o liberalismo econômico. Desta forma é possível compreender porque demandas sociais como a questão dos direitos trabalhistas e iniciativas do estado em estatizar empresas, construir estatais e regular de qualquer forma a economia e o fluxo de capitais foi visto como uma iniciativa comunista.

Nesse sentido é possível afirmar que a doutrina de segurança nacional é uma questão superestrutural que teve como o objetivo estabelecer o liberalismo em território brasileiro, em favorecimento ao capital internacional e associado, atacando qualquer esforço que buscasse atenuar ou frear essa questão, sob o pretexto de se estar atacando o comunismo e prevenindo uma possível revolução. O golpe sustentado por essa ideologia não foi um ataque ao comunismo, tendo em vista que ele nunca se estabeleceu em volume e força política na proporção alardeada pelos adeptos da doutrina de interdependência, de fato, o golpe foi um ataque a qualquer possibilidade de estabelecimento de um estado de bem estar social no Brasil, em busca de viabilizar um capitalismo liberal, sem amarras à concentração de capitais, que pode ser sintetizado em um conceito bastante famoso propagandeado pela ditadura m que “o bolo”, a riqueza do país, precisava crescer antes de ser dividido, um argumento bem claro a respeito de que a prioridade era acumulação e não a distribuição de renda.

CAPÍTULO III

O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo destina-se a apresentar de forma histórica e política a ditadura militar que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985, tendo em vista que se trata de um regime de caráter ditatorial, porém, sem uma figura central, tal como foi o Estado Novo de Getúlio Vargas.

O argumento mais esclarecedor a respeito da legitimidade em chamar a Ditadura empresarial-militar de ditadura está contido na abertura do Ato Institucional número 1, onde os golpistas definem o movimento de 1964 como uma revolução e que devido a isso tem direito de exercer o Poder Constituinte pelo fato do movimento se legitima em si mesmo e tem poder de editar normas jurídicas sem ser limitada pela normatividade anterior a sua vitória, o seja, sem precisar respeitar a constituição anterior, e declara que o Ato Institucional só poderia ser editado pela “revolução vitoriosa, representada pelo comandos em chefe das três armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários (...) fica assim bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso.” (BRASIL, 1964). O AI-1 é bastante ilustrativo em destacar que a ditadura de 1964 nasce sobre a liderança de um colegiado militar, sendo este colegiado capaz de ditar as regras que serão estabelecidas no Brasil a partir daquele momento, atuando acima da constituição e do congresso nacional, deixando claro o caráter ditatorial.

Para contribuir com a compreensão do processo, e pertinente citar uma passagem de Germano:

O qualificativo autoritário – devido a sua generalidade – é insuficiente para caracterizar o Estado no Brasil pós 1964. Neste sentido, ele se revestiu de caráter ditatorial. Evidentemente não estamos nos referindo à ditadura no sentido abrangente da dominação de uma classe sobre outra, porém como uma forma pela qual essa dominação ocorre na esfera da sociedade política – ou Estado em sentido estrito – ou seja, a ditadura como forma de governo ou regime político contraposto a democracia. (GERMANO, 1990, p. 12).

No texto apresentado acima, Germano (1990) descreve que a denominação de ditadura militar se justifica devido ao fato da liderança do governo ditatorial ter sido exercida pelos militares. Porém, conforme já apontado anteriormente, vimos que vários empresários brasileiros também exerciam essa liderança, que, portanto, não ficava restrita aos militares. Por esse motivo optamos por mencioná-la como ditadura empresarial-militar.

Fernandes (1979) descreve da seguinte forma a organização do estado no período pós 1964:

O poder político é ultra concentrado a nível estatal e vemos o aparecimento de uma espécie de estado neoabsolutista (...). Não só por possuir meios absolutos de poder; mais ainda porque o poder é manipulado por um grupo reduzido de pessoas ou grupos de pessoas, civis e militares, que ocupam posições estratégicas de mando, tomam decisões sem recorrer ao consentimento expresso de maiorias ou que dependem do consentimento tácito de pequenos setores dominantes. Portanto, o governo possui uma quantidade ampla de poder 'absoluto' e 'arbitrário'(FERNANDES, 1979, P. 42-43)

Fernandes (1979) ainda complementa o argumento do poder ultraconcentrado alegando que o poder exercido na época não era difuso e distribuído pelos três poderes na forma do Executivo, Legislativo e Judiciário, mas estava concentrado no executivo, nas mãos de poucos.

3.1 Contextualização Histórica

Para entender melhor o golpe empresarial-militar que deu origem à ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, é necessário contextualizá-lo historicamente e politicamente no período anterior, mais precisamente na eleição presidencial de 1960. Segundo Saviani (2010) o processo de industrialização do Brasil seguia seu curso impulsionado pelo Governo Kubitschek, que gerava uma relativa calma política, graças ao equilíbrio baseado em uma contradição, uma vez que, “ao mesmo tempo em que estimulava a ideologia nacionalista, dava sequência ao projeto de industrialização do país, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia” (SAVIANI, 2010, p. 361-362). O autor afirma que mesmo essas duas tendências sendo incompatíveis, o Governo Kubitschek conseguiu agregar, devido a interesses comuns referentes à industrialização, grupos com pensamentos distintos, divergentes e até mesmo antagônicos, conforme expresso na citação a seguir:

Efetivamente se os empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as razões que os moveram na mesma direção eram divergentes. Enquanto para burguesia e as classes médias a industrialização era um fim em si mesmo, para o operariado e as forças de esquerda, tratava-se apenas de uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia buscava consolidar o poder as forças de esquerda levantaram nova bandeira:

nacionalização das empresas estrangeiras, controle da remessa de lucros, *royalties* e dividendos e as reformas de base (SAVIANI, 2010, p. 362).

Em meio a este contexto marcado por tensões entre a burguesia, o operariado e as forças de esquerda, Jânio Quadros foi eleito pela União Democrática Nacional, tendo como vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro. Jânio Quadros acabou isolado no governo, em consequência do seu descompromisso com partidos políticos e, ainda, por tentar fazer no país um ajuste ideológico, identificado com o modelo econômico burguês, fruto do processo industrial consolidado até então. Jânio Quadros renunciou após exercer o mandato de presidente entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, deixando a presidência da república para João Goulart, cuja ascensão política ele devia, em grande parte, a compromissos firmados com as massas operárias. Jango governou em meio ao turbulento momento político que tomava o país devido às tensões políticas entre grupos divergentes até que “em março de 1964 (...) ele dava mostras de que havia superado as hesitações, apelando diretamente às massas, seu destino já estava traçado.” (SAVIANI, 2010, p. 364).

Segundo Dreifuss (1981), o golpe que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica, utilizando-se de aparelhos privados de hegemonia tais como o IPES, ISEB e a ESG. Tal campanha culminou, em abril de 1964, com a ação militar que se fez necessária para derrubar o executivo e conter daí em diante a participação das massas. As táticas da elite orgânica compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e políticas militares, até atividades defensivas que tinham como objetivo ganhar tempo para que a ação estratégica, política e militar, tivessem o resultado desejado.

De acordo com Almeida (2007), o plano estratégico das elites, aliadas aos militares, foi impregnar a nação de um medo apocalíptico: o comunismo dominaria o Brasil. Com recursos do alto empresariado e de empresas estrangeiras, o elitismo-militarista levou às ruas de São Paulo, no mês de março de 1964, uma multidão de quase um milhão de pessoas, em uma população de sete milhões, bradando passionadamente “Deus, Pátria e Família” em busca de salvar o país do bolchevismo internacional e ateu, movimento que ficou conhecido como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimento articulado sob a benção do Cardeal da igreja católica Dom Jaime Câmara.

Sob pressão, o governo Goulart perdia o rumo. Impotente para deter a força do conservadorismo, um medo fantasmagórico unia todos os segmentos retrógrados do país: das

igrejas aos quartéis, do latifundiário do interior do país ao banqueiro da metrópole paulistana, sob o argumento de que, sem a união, o comunismo dominaria o país. Isso gerou o medo na sociedade brasileira, que foi bem destacado na seguinte passagem:

O medo do comunismo forja a paixão de cada um: do empresário, do militar, do profissional liberal, do padre, do proprietário rural. O medo é a espreita usada constantemente ante o perigo. O general estruge no seu Estado-Maior: “O comunismo está avançando no país”. O proprietário rural, temeroso, se agita e proclama: “As ligas camponesas querem tomar nossas terras”. Proprietário de duas casas esbraveja: “O comunismo vai tomar minhas casas”. E o banqueiro de bilhões brada: “Comunismo nunca! Nunca...!” (ALMEIDA, 2007, p. 313)

Ainda segundo o autor, o pânico instalado em cada indivíduo criava uma desvairada inquietação que ultrapassava uma sã análise. Aterrorizadas pelo medo, as individualidades foram se alinhando, se unindo e quando o pânico explodiu, buscaram o anticristo, o inimigo. Toda mídia das mais poderosas redes de rádio, TV e jornais se engajaram na campanha de levar à opinião pública o pânico, induzindo nas mais vastas camadas sociais de que o Governo João Goulart estava controlado pelo comunismo, “Tudo falácia; nenhum ministro, presidente ou diretor de empresa estatal, ou comando militar, pertencia aos partidos comunistas ou professava essa ideologia, ” então, “o pânico se fez triunfar sobre a coletividade aterrorizada” (ALMEIDA, 2007, p314).

De acordo com Otranto (2010), o golpe militar de 1º de abril de 1964, divulgado como “Revolução de 31 de março” para evitar associação ao “dia da mentira”, que teve como base um movimento civil-militar contrário ao comunismo, à corrupção e ao governo de João Goulart, levou os militares ao poder sem a experiência e recursos humanos próprios para governar o país, além de carecer de uma base ideológica sólida. O primeiro presidente militar pós golpe, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi membro da Escola Superior de Guerra, cuja ideologia se caracteriza por ser contrária a qualquer mudança que possa afetar os interesses hegemônicos, nacionais ou estrangeiros, que ponham em risco investimentos e lucros. Castelo Branco representava os interesses das classes dirigentes e o Golpe empresarial-militar havia aprofundado o divórcio entre as classes que tradicionalmente detém o poder e a riqueza e as classes trabalhadoras. Como consequência, o golpe empresarial-militar implantou no país “uma oligarquia que fez a classe média assalariada sua primeira vítima” (OTRANTO, 2010, p. 38).

Neste ponto é pertinente transcrever um trecho da obra de Gramsci que destaca como as classes dirigentes do Estado se articulam em momentos de crise:

A Crise cria situações imediatas perigosas, já que diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se organizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõem-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder (...). A unificação de tropas de muitos partidos sobre a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda uma classe, é um fenômeno orgânico normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal (GRAMSCI, 2014, p. 61)

Vale notar que os acontecimentos que precedem o golpe de 1964 são coerentes com o trecho destacado da obra de Gramsci, sendo possível afirmar que o golpe foi uma recomposição do estado burguês, a fim de manter as relações de acumulação do capital no modelo associado e dependente presente no país. Em uma análise mais acurada, é possível perceber a atuação dos aparelhos privados de hegemonia na construção de uma conjuntura política favorável à uma mudança de regime, a fim de atender aos interesses do capital nacional e internacional, caracterizando de maneira mais evidente o caráter empresarial-militar do golpe.

No campo educacional, estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 4024, aprovada em 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961). Segundo Assis (2012) a LDB de 1961 começou a ser formulada em novembro de 1948, quando foi encaminhado o anteprojeto da lei à Câmara Federal por uma comissão presidida por Lourenço Filho, fato que iniciou um amplo debate permeado de revezes que resultaria na lei 4024 votada em dezembro de 1961. Romanelli (1986) afirma que o resultado do projeto final, obtido com a promulgação da lei, foi negativo para a evolução do sistema nacional brasileiro. Um destes impactos negativos foi a forma como a lei tratou da questão da obrigatoriedade escolar do ensino primário, como salienta Assis na seguinte citação:

Embora o artigo 27 preveja a obrigatoriedade deste nível de ensino, o parágrafo único do artigo 30 praticamente anula isso, ao conjeturar que podem ser isentos dessa obrigatoriedade: “a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) insuficiência de escolas; c) matrícula encerrada; d) doença ou anomalia grave da criança” (ASSIS, 2012, p. 326)

Na prática, os itens presentes no artigo 30 da LDB de 1961 isentavam o poder público de prover condições para que a obrigatoriedade da lei, expressa no artigo 27, fosse cumprida.

Assis (2010) ressalta que na época, a maioria da população adulta ativa da nação vivia sem remuneração suficiente, que aliada aos altos índices de desemprego geravam um estado de pobreza crônico. Em vez de tentar minimizar os problemas sociais através da extensão da educação a um número cada vez maior de crianças, a LDB desobrigava as famílias empobrecidas de matricular seus filhos no sistema escolar. Outro dado importante na época é o fato de “que segundo dados do censo escolar de 1964, 33,7% da população entre 7 a 14 anos não frequentavam escolas, em sua maioria por falta destas” (ASSIS, 2012, p. 326).

O mesmo autor ainda descreve que, em 12 de fevereiro de 1962, foi instalado o Conselho Federal de Educação (CFE) e em setembro daquele ano foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 1962 a 1970. O plano previa, segundo Romanelli (1986), a escolarização de: 100% da população de faixa etária de 7 a 14 anos, no primário e nas duas primeiras séries ginasiais; 50% da população de 13 a 15 anos, nas duas últimas séries do ginásio; e 30% da população entre 15 e 18 anos nas séries colegiais. Estes três percentuais almejados não foram alcançados indicando que a produtividade interna do sistema havia falhado já que significativa parcela da população, que deveria estar no ensino médio, permanecia, ainda, no ensino primário. Em suma, a LDB de 1961 e o PNE não foram eficientes em indicar um caminho para resolver o problema da democratização de ensino.

3.2 O Golpe Empresarial-Militar e a Educação

O Golpe empresarial-militar, ou civil-militar conforme é denominado por alguns autores, foi desencadeado no dia 31 de março e se estabeleceu no dia 1 de abril de 1964. Segundo Saviani (2010), a ruptura política foi ocasionada para a manutenção da ordem socioeconômica vigente e essa continuidade se estendeu também à educação. “Eis por que não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961), exatamente os títulos que enunciavam as diretrizes a serem seguidas”. (SAVIANI, 2010, p. 364).

Segundo Germano (1990) consumado o golpe civil-militar, um civil, o deputado Ranieri Mazzilli, assumiu formalmente a presidência da república devido ao fato de ser presidente da Câmara dos Deputados. Porém, o poder realmente se concentrava nas mãos de uma junta militar das três forças armadas, composta pelo General Arthur da Costa e Silva, o Almirante Augusto

Rademaker e o Brigadeiro Correia de Mello. A junta militar prometia restaurar a legalidade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas e restabelecer a composição federativa da nação, rompendo o poder excessivamente concentrado do governo federal. Afirmava que devolveria o poder aos estados e, sobretudo, prometia eliminar o perigo da subversão e do comunismo, além de punir os que haviam enriquecido pela corrupção.

Porém, o que foi praticado foi exatamente o oposto do que foi proclamado e, no dia 09 de abril de 1964 foi assinado o Ato Institucional N° 1 (AI-1), pelo autointitulado supremo comando revolucionário, “através do qual avocou a si poderes constituintes, enfraquecendo, portanto, o legislativo, controlando o judiciário e fortalecendo o executivo” (GERMANO, 1990, p.64). Condição de concentração que foi acentuada com o Ato Institucional N° 2 de 27 de outubro de 1965 que extinguiu os partidos políticos transformou em indiretas as eleições presidenciais, medida em resposta ao desempenho de políticos de oposição no pleito para governador

O General Castello Branco assumiu a presidência da república em abril de 1964 com a intenção de cumprir um mandato tampão de dez meses. Contudo, persistia uma distância abissal entre a intenção e o gesto, tendo em vista que durante o governo de Castello Branco “houve 3.747 atos punitivos, representando mais do que 3 atos punitivos por dia” (VIEIRA apud GERMANO, 1990, p. 59). O Golpe havia sido desferido em nome da democracia, mas o que na realidade acontecia era a implantação gradual de uma ditadura militar, que se embasava na ideologia da Segurança Nacional.

Segundo Germano (1990) o que se observou no período entre 1964 e 1969 foi um progressivo endurecimento do regime, que pode ser encarado como uma reação às mobilizações sociais, à ofensiva do movimento estudantil, a tropeços eleitorais em 1968, a eventuais conflitos entre o Executivo e o legislativo e pelo surgimento de grupos armados de oposição ao regime. Porém, Germano salienta que, em sua opinião, a escalada autoritária foi uma consequência da mudança na correlação interna das forças, das autodenominadas “correntes revolucionárias, como descreve a seguir:

Com a derrota dos “sorbonistas/castelistas” que eram partidários de uma intervenção transitória no Estado e com a ascensão ao poder da “linha dura militar”, cujos membros eram favoráveis ao “processo revolucionário permanente”. Tanto é assim que no preâmbulo no AI-2, está escrito que: “não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará” (GERMANO, 1990, p. 68)

Em 1967 foi promulgada uma nova Constituição Nacional que, se mostrou bastante restritiva com relação ao trabalho. Assim a regulamentação dos salários e do mercado do trabalho ficou afeta ao executivo já que foram proibidas greves nos serviços públicos e atividades essenciais. Acabou com a estabilidade no emprego, ao incorporar o mecanismo do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e, ao reduzir a idade mínima de trabalho para 12 anos, estimulou o trabalho infantil. Estas e outras medidas tiveram como consequências o achatamento salarial para os trabalhadores de maneira geral e a redução da infância para as crianças trabalhadoras, impondo a estas mais dificuldades, até mesmo a impossibilidade, de frequentar a escola. (GERMANO, 1990)

Desta forma, a Constituição de 1967 foi marcada pelo descompromisso da hegemonia burguesa em relação ao financiamento da educação pública e pelo incentivo à privatização do ensino. Ela extinguiu os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal e Estados. Apenas manteve a obrigatoriedade financeira dos municípios, no montante de 20% da receita tributária municipal por ano, a serem investidas no ensino primário. De acordo com a referida Constituição, a União deveria prestar assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, sem referenciar os percentuais mínimos a serem despendidos. O que este documento assegurou, foi o ensino livre à iniciativa privada, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo, deixando evidente o estímulo a privatização.

Cury (2000) nos revela um fato curioso. A Constituição de 1967 assegurou a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino de oito anos fato que influenciou na urgência de promover uma reforma da educação no ensino de 1º e 2º graus (que só veio a ser promulgada em 1971), mas ao mesmo tempo em que se aumentou o tempo de escolaridade, foi retirada a vinculação constitucional de recursos com a justificativa de maior flexibilidade orçamentária. O corpo docente acabou por pagar a conta desta flexibilização com o rebaixamento dos seus salários e a duplicação ou triplicação da jornada de trabalho.

Para Germano (1990) o ciclo de maior repressão da ditadura empresarial-militar tem início com o Ato Institucional Nº 5, instituído em dezembro de 1968, que se estendeu por todo o governo Médici (1969-74). Trata-se de um contexto em que a hegemonia burguesa tentou, através da força, sufocar a Sociedade Civil ligada às classes trabalhadoras, mais precisamente aos segmentos que lhe faziam oposição: estudantes, intelectuais orgânicos, e os próprios trabalhadores. O ano de 1968 foi agitado, com a intensificação das mobilizações estudantis, a realização de greves operárias em Osasco e Contagem e o surgimento de grupos armados que

visavam à derrubada do regime. As classes dirigentes acabaram vencendo o confronto e silenciando as classes trabalhadoras através do terror, viabilizado pela montagem de um aparelho repressor descomunal. É neste contexto que o Estado propõe e institucionaliza a reforma da educação brasileira.

A primeira legislação educacional importante na época foi a Lei nº 5540 de 1968, a chamada Reforma Universitária. De acordo com Saviani (2010), o aprofundamento das relações capitalistas decorrente da escolha do governo brasileiro pelo modelo associativo-dependente trouxe consigo o entendimento de que a educação desempenhava um papel importante no desenvolvimento e na consolidação dessas relações. Segundo o autor “o pano de fundo desta tendência está constituído pela teoria do capital humano, que, a partir das formulações iniciais de Theodore Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação”. (SAVIANI, 2010, p. 365). Ainda segundo o autor, essa teoria ganhou força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade tendo como foco o máximo resultado com o mínimo de dispêndio e não duplicação de meios para fins idênticos. O autor define como o marco de abertura desta nova etapa o Decreto 464, de 11 de fevereiro de 1968, que estabelece a reforma universitária, instituída pela Lei 5540, em 28 de novembro de 1968.

Segundo Romanelli (1986), após o ano de 1964, a atuação do Governo em relação a universidade passou por duas fases, a primeira foi de defender os interesses dos estratos conservadores manipuladores da cátedra contra a ofensiva de professores e estudantes que defendiam a reforma. Em um segundo momento mudou de tática, ao perceber que a extinção do antigo padrão de escola superior não ameaçava o *status quo*. Desta forma, a modernização da universidade ocorreu mais pela descoberta que a inovação poderia ser manipulada sem ameaças à estrutura de poder, do que por pressão da rebelião estudantil, modificando a estrutura universitária de forma a ajudá-la a se adequar a um certo padrão de desenvolvimento econômico. De acordo com a mesma autora, o Governo assumiu a responsabilidade da inovação, e este fato deu sentido ao expurgo dos aspectos políticos-ideológicos que compunham as propostas de reforma universitária, reforma esta que tinha origem na própria Universidade. Romanelli (1968) ainda destaca que, ao fazer essa opção, o Governo assumiu a posição dos dirigentes da *Agency of International Development* (AID), instituição que tinha a tendência de focar a educação como um fenômeno isolado do contexto social e político. Assim, a racionalização, a eficiência e a produtividade tornaram-se valores absolutos e essa mudança foi avaliada pela autora da seguinte forma:

A racionalidade técnica procura sobrepor-se a qualquer opção de ordem política e a neutralizar o processo de inovação de qualquer ingerência de caráter ideológico. (...) A pretensa neutralidade técnica é uma farsa que busca camuflar, com racionalidade das decisões técnicas, o fortalecimento de uma determinada estrutura de poder que procura, sob várias formas, substituir a participação social pela decisão de poucos. (ROMANELLI, 1986, p. 231)

A reforma universitária surgida às vésperas do AI-5 de 1968 e a reforma do ensino de 1º e 2º grau em 1971, sofreram forte influência dos Acordos de Cooperação entre Brasil e Estados Unidos, os Chamados Acordos MEC-USAID.

3.3 Os acordos MEC – USAID.

Os acordos MEC-USAID foram firmados entre 1964 e 1968 pelo governo brasileiro, na figura do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency of International Development*, agência estadunidense, criada em 1961, pelo, então, presidente John F. Kennedy e destinada a prestar assistência internacional, focando sua atuação em países de capitalismo periférico, o então “terceiro mundo”. Os acordos MEC-USAID tinham como finalidade declarada auxiliar o desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro. Romanelli (1986) considera que as forças produtivas e as relações de produção capitalistas somente se concretizam em um universo de valores, ideias, noções e doutrinas apropriado, ou seja, a burguesia necessita estabelecer uma ideologia que justifique o conteúdo de sua ação, ideologia que foi concebida pelos grupos dirigentes do Estado. Desta forma, quando um Estado constrói uma relação de dependência a outro Estado, assume uma ideologia alimentada pelos grupos dirigentes do Estado dirigente, ou, pelo menos, um reflexo desta.

Desta forma, Romanelli (1986) complementa, afirmando que é imprescindível, para a compreensão do caráter assumido pelos programas de cooperação para o desenvolvimento da educação brasileira, expor e analisar o pensamento alimentado pelos dirigentes dos respectivos programas. Para alcançar este propósito ela buscou analisar as formulações de John Hilliard, diretor do *Office of Education and Human Resources da Agency of International Development* (AID), entre 1966 e 1973, e de Rudolph Atcon, membro da AID que orientou os programas durante a assinatura dos primeiros acordos MEC-USAID e propôs as linhas gerais de reformulação da universidade brasileira através de uma publicação do MEC de 1966. A partir de suas análises, Romanelli (1986) conclui que a forma como a AID atuou no Brasil, através de seus programas, incluía assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais a fim de auxiliar a formulação e estratégias para alcançar os

objetivos pretendidos. A estratégia da AID, mesmo não explicitando uma ação direta no planejamento e na organização, incluía uma ação, mesmo não explicitada, que implicava doutrinação e treinamento de órgãos e pessoas intermediárias brasileiras, criando uma categoria de intelectuais, para influenciar e intervir na formulação de estratégias que a própria *Agency of International Development* pretendia que fossem adotadas pelos dirigentes, órgãos e instituições educacionais. Ou seja, formar novos intelectuais orgânicos para atuar no Brasil de acordo com seus interesses.

Arapiraca (1979) nos alerta, na introdução de sua dissertação, que toda ajuda proporcionada ao segmento educativo brasileiro pela USAID, buscava se integrar ao projeto político-econômico implantado no Brasil a partir de 1964, que era explicitamente comprometido com o capitalismo internacional em sua forma periférica. Nesse sentido, a educação foi utilizada para legitimar a dimensão ideológica do capital, proporcionando-lhe meios para sua acumulação, privilegiando o ensino profissionalizante para atendimento das necessidades de mão de obra especializada. Arapiraca (1979) complementa, afirmando que a legitimação deste modelo se estabeleceu através dos mecanismos ideológicos (capital humano) pelos quais o trabalhador se anulava enquanto classe, motivado pela promessa de um dia se transformar em um capitalista, bastando, para isso, que se especializasse utilizando a escola como fórum de ascensão social vertical. Isso significava que, se ele não conseguisse crescer profissionalmente, a culpa seria direcionada exclusivamente para ele, que não teria se esforçado suficientemente, afastando, assim toda a responsabilidade do Estado.

Arapiraca (1979) ainda contribui ao constatar que a relação entre o projeto de cooperação da USAID com o sistema educacional do Brasil se consolidou por ter atuado de forma a utilizar a educação brasileira para atingir aos objetivos econômicos do capitalismo internacional. Sua afirmação se fortalece a partir da identificação da realidade diplomática desenvolvimentista da *aliança para o progresso* na América Latina estabelecida pelos EUA. Para o autor, essa chamada *aliança* é vista como uma tentativa de utilização dos aparelhos superestruturais da sociedade latino-americana, em geral, e da brasileira, em particular, para a *conquista pacífica* de novos parceiros periféricos. A tentativa se tornou realidade a partir da exigência dos convênios de ajuda da USAID que exigia uma modernização do aparelho educativo para que fosse efetivada. Dessa forma, ao mesmo tempo em que dissimulava o objetivo maior da modernização que era o fornecimento da mão de obra necessária à implementação do novo modelo econômico, desencadeou toda uma reordenação da formação escolar média, profissionalizando obrigatoriamente toda a população desse nível de ensino.

Com a cooperação estreita de especialistas e instituições norte americanas, nosso sistema de ensino foi remodelado de acordo com os fundamentos, os valores e a ética do capitalismo. Para implementar esse modelo, foi formada o que o Arapiraca (1979, V) denominou de “massa crítica pedagógica”, em instituições norte americanas, mais especificamente na Universidade do Estado da Califórnia, a partir de uma programação curricular específica. A partir disso, uma Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), foi constituída paritariamente entre brasileiros e norte-americanos, em conformidade com os convênios de cooperação assinados, com o objetivo de planejar uma nova ordem educacional no país. Dos estudos da EPEM surgiu, entre vários programas e projetos, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN).

O PREMEN foi o programa responsável pela implantação da chamada Escola Polivalente, com proposta de servir como modelo para a transformação de todo o ensino médio, abrangendo, no início da experiência, quatro estados sendo estes Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, a um custo oficial de setenta e três milhões de dólares, sendo trinta e dois milhões via empréstimos junto à USAID e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Cabe, aqui, destacar a formulação de Christian Baudelot e Roger Establet, autores que estudaram o sistema escolar francês e concluíram que a contribuição do aparelho escolar capitalista para a reprodução das relações sociais de produção é feita através da divisão material dos indivíduos em duas massas desiguais, conforme a divisão social do trabalho, configurada pela distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, e pela inculcação da ideologia burguesa a essas duas massas. A divisão dos grupos de indivíduos se dá ainda na escola primária, divisão que coincide com suas classes sociais de origem. Um grupo de crianças que obtinha desempenho normal ou superior era destinado ao que eles denominaram, em conformidade com o modelo escolar francês, em rede secundário-superior (SS), onde passariam para uma formação mais sofisticada destinada ao trabalho intelectual. Já as crianças que mostravam desempenho insuficiente, abaixo do normal, retardando-se, abandonavam a escola logo após a conclusão do curso primário ou eram encaminhadas para cursos profissionais para aprender ofícios qualificados, sendo que em ambas as possibilidades, o destino dessas crianças não era a formação intelectual pela promoção escolar, mas para integrarem a força de trabalho, sendo escolarizadas pela rede do Primário Profissional (PP).

Através da contribuição de Cunha (1980) foi possível traçar um paralelo entre a realidade francesa e a brasileira, a fim de identificar que a proposta dos relatórios elaborados pelos grupos brasileiros era a ampliação da rede PP em um movimento planejado. Tinham por objetivo dividir as escolas e os alunos que deveriam ingressar em cada uma delas, ou seja, em clássica e profissional. Gramsci (2001, p. 33) define bem esse processo quando afirma que “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”. Ele dá sequência à sua formulação afirmando que a tendência era a redução das escolas de primeiro grupo, sendo estas destinadas à uma pequena elite em contraposição à disseminação de escolas do segundo grupo. Apresenta como solução para essa dualidade – escola formativa versus escola profissional – a criação de uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que pudesse equilibrar de modo justo o desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual, ou seja, uma escola única para todos, que pudesse aliar a teoria à prática – a escola unitária (GRAMSCI, 2001).

No entanto, de acordo com Arapiraca (1979), o modelo da Escola Única era um modelo de ensino apropriado para um tipo de sociedade solidária e com modo de produção não competitivo, diferente em essência do modo de produção capitalista. Mas, este aspecto contraditório era proposital, já que o que se procurava era dissimular os objetivos concretos da utilização do sistema de educação para fins puramente econômicos. Essa prática de dissimulação foi construída pautada em uma mística de neutralidade para negar a luta de classes, ressaltando o individualismo, onde a fórmula do capital humano aparece como única maneira de promoção social do indivíduo.

3.4 O Conselho Federal de Educação.

Segundo Cunha (2009) o regime militar favoreceu enormemente à iniciativa privada no campo educacional tendo em vista que os agentes colaboradores do golpe de estado de 1964 fizeram parte, ou tinham afinidade ideológica, com os grupos que defenderam um projeto de lei de orientação privatista que deu origem à Lei 4024/61. De acordo com Cunha (2009) a LDB de 1961 favorecia os interesses privatistas, por transferir para os conselhos de educação (federal e estaduais) importantes competências antes concentradas nos detentores dos cargos do

executivo. Os membros destes Conselhos eram nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados. Esta era uma característica que possibilitava as pressões e articulações privadas, trazendo como consequência o preenchimento das vagas nos Conselhos por pessoas escolhidas pelos donos das grandes redes privadas de educação do país, que passaram a atuar segundo seus próprios interesses e não pautados pelos interesses da sociedade.

A respeito desta característica da LDB, é pertinente citar um trecho de Anísio Teixeira (1960) no qual criticava, ainda no projeto de lei, a forma de composição dos Conselhos, afirmando que ela estava

[...] promovendo a oficialização dos colégios particulares e o reconhecimento do seu direito de participar dos órgãos de direção do ensino. À primeira vista, parece que a tendência é do particular se fazer público. Mas se aprofundarmos a análise, vemos que o particular não é convocado a agir como público, mas, muito pelo contrário, é convocado a participar dos órgãos públicos, no caráter de privado e para representar, dentro do público, o privado. Ora, isto é, exatamente, dar ao privado as regalias do público. (TEIXEIRA, 1960)

A participação dos proprietários dos colégios particulares nos órgãos de direção de ensino foi ratificada com representantes do setor privado assumindo vagas nos Conselhos de Educação, favorecendo a implantação de políticas que visavam atender aos seus interesses. As características privatistas da LDB de 1961 foram mantidas, senão aprofundadas, nas reformas da educação ocorridas durante a ditadura militar e o CFE atuou de maneira fundamental neste continuísmo. Pelos motivos acima expostos, torna-se importante conhecer os membros do CFE a fim de compreender os interesses que vinham sendo defendidos naquele órgão colegiado.

É importante salientar que os atos institucionais decretados pelo regime empresarial militar enfraqueceram significativamente o legislativo federal em favorecimento do executivo, desta forma o MEC e o CFE ampliam de maneira significativa seu poder de formulação das leis ligadas a educação. Outro ponto importante para se ater é o fato de que o Ato Institucional número 2 de 1965 extinguiu as legendas partidárias, mas se esse fenômeno for analisado sobre a perspectiva do partido político em Gramsci, é possível avaliar que ainda que as legendas tenham sido extintas, o partido burguês, organizado sob a doutrina da interdependência, se manteve intacto. O fato pode ser percebido através de análise dos currículos dos membros do CFE, onde se constata que boa parte dos Conselheiros pertence à União Democrática Nacional (UDN) ou aos partidos nascidos deste, como o Partido Republicano.

De acordo com Lira (2010, p. 231) o Conselho Federal de Educação (CFE) se constituía como uma câmara corporativa dos donos de estabelecimentos de ensino. Segundo o autor, a composição do Conselho Federal, já marcadamente privatista na época de sua criação foi dominada pelos empresários, tanto na época da formulação da reforma universitária, de 1968 (Lei 5540), quanto na promulgação da lei 5692, em 1971, que reformou o ensino de primeiro e segundo graus. Desta forma, podemos afirmar que o CFE adquiriu protagonismo na construção da política educacional da ditadura, principalmente após a instauração do AI-5 de 1968, que modificou a configuração do CFE, tornando mais alinhado aos interesses empresariais-militares.

Este levantamento de intelectuais teve como base o periódico “Documenta” (BRASIL, 1968, 1969, 1970 e 1971) emitido pelo Ministério da Educação e Cultura, que tinha como objetivo reunir pareceres do Conselho Federal de Educação em um período determinado. Dentro do recorte histórico estudado, foram encontradas listagens dos conselheiros na folha de rosto das publicações até o ano de 1971. Para construir a biografia dos intelectuais descritos nesta seção, consultamos o “dicionário histórico-biográfico brasileiros pós-1930” produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas organizado por Abreu (2001), entre outras fontes de informação, tais como a Academia Brasileira de Letras (2016), a Academia Nacional de Medicina, Arquidiocese de Aracajú, Bomeny (2001), Callado (2006), Fávero (2010), Franco (2002), Freitas (2015), Hauer (2017), Netto (2013), Pinto (2010), Trigueiro (1983), a Universidade de Santa Maria e a Universidade de São Paulo.

Quadro - Intelectuais participantes do Conselho Federal de Educação no Ano de 1968.

Nome do Conselheiro	Instituições Vinculadas e Postos ocupados	Observações
Deolindo Augusto de Nunes Couto	Presidente da Academia Brasileira de neurologia, Instituto de Cultura Hispânica, Academia Nacional de Medicina, Reitor da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro	Presidente em 1968
José Barreto Filho	Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça Miguel Seabra Fagundes (governo Café Filho), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (membro fundador), Ordem dos Advogados do Brasil, Membro da Comissão Geral de Investigações (instalada em abril de 1964 para apurar denúncias de corrupção e subversão). Exerceu dois mandatos no CFE (1962-1964 e 1966-1968)	Vice-Presidente em 1968
Júlia Azevedo Acioli	Secretária Geral do Ministério da Educação e Cultura, fato que a fez assumir o secretariado de diversos órgãos ligados ao MEC como o Conselho Federal de Educação e a Câmara de Planejamento	Escreveu o Livro <i>Educação Cívica como prática educativa</i>
Alberto Deonato Maia Barreto	Deputado Federal por Minas Gerais pela União Democrática Nacional (UDN), sendo ele um dos principais líderes do partido. Presidente do Rotary Club de Belo Horizonte no período de 1942-1943.	
Alceu Amoroso Lima	Principal expoente do Centro Don Vital, uma associação de leigos católicos fundada no Rio de Janeiro em 1922. Nomeado por Vargas para a Direção da Universidade do Distrito Federal afim de tocar um desmonte em favor do projeto da Universidade do Brasil	Intelectual católico conservador, ferrenho opositor às ideias da Escola Nova.
Anísio Teixeira	Inspetor Geral de Ensino na Bahia em 1924. Secretário de Instrução Pública no Rio de Janeiro em 1931. Criou a Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro em 1935. Atuou no CFE de 1962 a 1968	Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Foi voz dissonante no conselho e, após a instauração do Ato Institucional nº 5, se engajou em franca oposição a Ditadura, falecido em 1971

<p>Antônio Ferreira de Almeida Júnior</p>	<p>Professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito de São Paulo, Chefe do Serviço médico Escolar do Estado de São Paulo (iniciado em 1933). Diretor de Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 1938. Professor catedrático da Universidade de São Paulo a partir de 1941. Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo no período 1945-1946. Foi nomeado para o Conselho Nacional de Educação em 1949, órgão base do que viria a ser o CFE em 1962. Permaneceu no CFE até sua morte em 1971.</p>	<p>Membro do grupo dos Pioneiros da Escola Nova, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Falecido em 1971 (Como Anísio Teixeira)</p>
<p>Antônio Martins Filho</p>	<p>Fundador e reitor da Universidade Federal do Ceará. Proprietário da Editora Fortaleza e do Colégio Padre Champagnat. Membro do Rotary Club de Fortaleza, da Associação Cearense de Imprensa, do Instituto Histórico do Ceará, da Academia Cearense de Letras.</p>	<p>Interino em 1968</p>
<p>Carlos Pasquale</p>	<p>Colégio Paulistano (fundador), Editora do Brasil (fundador); No Estado de São Paulo foi membro do Conselho Técnico Administrativo da Secretaria de Estado da Educação, diretor geral do Departamento de Educação, diretor executivo do Fundo Estadual de Construções Escolares, Secretário de Educação, presidente do Conselho Estadual de Educação; foi Diretor do Departamento Nacional de Educação, diretor da Diretoria de Ensino Industrial; diretor do Instituto Nacional de Pedagogia, diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de São Paulo (SENAI-SP)</p>	<p>Criador do salário- educação</p>
<p>Celso Cunha</p>	<p>Secretário Geral de Educação e Cultura do Governo Provisório do Estado da Guanabara em 1960 (ano de transição da capital federal para Brasília). Membro do CFE no período de 1962-1970</p>	
<p>Celso Kelly</p>	<p>Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino do ministério da Educação.</p>	

Clóvis Salgado	Ex Governador de Minas Gerais, membro do Partido Republicando Mineiro e mediador entre o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional durante o Governo de Juscelino Kubitschek ¹ . Membro do CFE entre 1964 e 1968	Apoiou o golpe empresarial-militar de 1964
Don Hélder Câmara	Chefe do setor de educação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Diretor do Departamento de Educação do Ceará em 1935. Assistente-geral da Ação Católica Brasileira (ACB). Um dos idealizadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).	Declarou, posteriormente, que seu envolvimento com a ação integralista foi um erro. Foi opositor à ditadura empresarial-militar e acusado de proteger perseguidos políticos do regime. Denunciou internacionalmente, em diversas oportunidades, as arbitrariedades praticadas pela Ditadura, sendo acusado pelos apoiadores da mesma, de comunista. Estava licenciado do CFE em 1968.
Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes	Diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba em 1952, Secretário de Educação e Cultura do Estado em 1954, Inspetor de Ensino do MEC em 1954. Organizador da Universidade do Estado da Paraíba, instituição ao qual foi o primeiro reitor. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1958. Integrou o Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1960. Diretor de Ensino Superior do MEC no período de 1961-1964. Coordenador da Comissão INEP / UNESCO em 1966, designado perito da UNESCO em 1968. Membro do CFE no período de 1964-1968.	Durmeval Trigueiro foi afastado compulsoriamente em 1969 de todos seus cargos na administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios por consequência do AI-5

<p>Edson Raymundo Souza Franco</p>	<p>Secretário de Educação do Pará (1964-66), secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura (1966-69), diretor da Divisão de Educação da Editora Abril (1969-1974). Fundador, Reitor e Mantenedor da Universidade da Amazônia, participo de diversas entidades ligadas ao ensino superior privado entre elas a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Membro do CFE no período de 1966-1972</p>	
<p>Flavio Suplicy de Lacerda</p>	<p>Reitor da Universidade Federal do Paraná, ministro da Educação durante o Governo Castelo Branco por indicação do General Geisel¹. Mandato no CFE no período de 1964-1968</p>	<p>Elaborou a Lei nº 4.464, de 6 de novembro de 1964, que se tornaria conhecida como Lei Suplicy, proibindo as atividades políticas desenvolvidas pelas organizações estudantis e regulamentando a própria formação dessas organizações</p>
<p>Henrique de Toledo Dodsworth</p>	<p>Membro do Partido Social Democrático, Criador do Banco da Prefeitura do Distrito Federal (que deu origem ao Banco do Estado do Rio de Janeiro), membro da diretoria do conselho superior das Caixas Econômicas Federais (1947-1956, presidente em 1950-1951), presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1954-1956). mandato no CFE no período de 1964-1968.</p>	<p>Foi professor catedrático do Colégio Pedro II</p>
<p>João Peregrino Fagundes Júnior</p>	<p>Professor durante toda a trajetória Faculdade Nacional de Medicina, que posteriormente foi incorporada a Universidade do Brasil que depois veio a se tornar a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente da Academia Brasileira de Letras. Professor e diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil. Membro do Conselho Nacional de Desporto.</p>	<p>Membro Interino em 1968</p>

José Borges dos Santos Júnior	Reverendo da Igreja Presbiteriana Brasileira, presidente do Supremo Concílio (1954-1958), ligado a administração da Universidade Mackenzie de São Paulo	
Padre José Vieira de Vasconcelos	Padre da Igreja Católica Apostólica Romana. Exerceu liderança na Associação de Educação Católica (AEC) no período da ditadura empresarial-militar. Atuou em defesa dos interesses confessionais no ensino e na universalização da profissionalização no segundo grau, foi decisivo na formulação da lei 5692/71	
Newton Sucupira	Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro da Academia Brasileira de Educação	Participou do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária em 1965. Participou da articulação política que resultou nos acordos MEC-USAID
Péricles Madureira de Pinhão	Político Baiano. Ministro Da Educação no Governo Getúlio Vargas entre maio e junho de 1953	
Raymundo Moniz de Aragão	Reitor da Universidade do Brasil, Ministro da Educação e Cultura, Diretor do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas. Vice-presidente da Fundação José Bonifácio, uma empresa privada ligada a UFRJ. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (instituição privada de pesquisa) a partir de 1970. Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura, sendo esta a comissão da <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (UNESCO) no Brasil	

<p>Roberto Figueira Santos</p>	<p>Professor na Universidade Federal da Bahia, se tornando Reitor da mesma entre 1967 e 1971. Pós-graduado nas universidades estadunidenses de Cornell, Michigan e Harvard. Membro do CFE a partir de 1964 (presidente entre 1971 e 1974). Presidente da Associação Brasileira de Escolas Médicas no período 1968-1972. Membro do Conselho de Ensino Superior das Repúblicas Americanas, órgão com sede em Nova Iorque, no período de 1968-1975. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1974.</p>	<p>Seu pai foi Ministro da Educação e Reitor da Universidade da Bahia, cargo no qual prestava suporte político ao general Juraci Magalhães, líder da UDN no estado</p>
<p>Rubens Mário Garcia Maciel</p>	<p>Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi diretor do programa universitário da CAPES. Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia.</p>	<p>Foi um dos signatários do Documento Sucupira</p>
<p>Valmir Chagas</p>	<p>Professor de História da Educação da Universidade de Brasília, membro do Conselho Federal de Educação no período de 1962-1976 onde participou ativamente dos grupos de trabalho que resultaram na Lei nº 5.540/68 e na Lei nº 5.692/71.</p>	<p>Segundo Lira (2010), Chagas Foi um dos principais ideólogos da área de educação durante a ditadura</p>
<p>Vandick Londres de Nóbrega</p>	<p>Inspetor Federal de Ensino no período de 1939-1942. Professor de Latim no Colégio Pedro II. Foi nomeado diretor do internado do Colégio Pedro II em duas ocasiões, 1948-1958 pelo Presidente Dutra e em 1964-1967, diretamente nomeado pelo Presidente Castello Branco. Foi presidente da Comissão Geral de Inquérito, constituída para apurar atos que o governo chamava de “subversão e de corrupção”. Participou também, em 1964, da comissão delegada para apurar esses tipos de atos na Universidade de Brasília.</p>	<p>Perseguiu e reprimiu o movimento estudantil no Colégio Pedro II</p>

Fontes: Brasil (1968), Abreu (2001)

Os nomes de conselheiros destacados no quadro em negrito são referentes aos membros do CFE que não permanecem no ano de 1969. Dentre estes, vale destacar Dom Hélder Câmara, opositor declarado à Ditadura Empresarial-Militar, De acordo com Lira (2010) , restavam apenas Almeida Júnior e Anísio Teixeira, membros do grupo dos pioneiros da Escola Nova, Os três era vozes dissonantes dentro do Conselho Federal de Educação, que foi progressivamente

sendo dominado por intelectuais favoráveis à ditadura militar ligados às instituições de ensino, ao capital industrial e os interesses confessionais, ou seja, intelectuais orgânicos da sociedade civil, que atuavam diretamente na gestão de atribuições do Estado, caracterizando a apropriação do público por interesses privados. Vale destacar que a lista de nomes da composição do CFE de 1969 foi retirada do livro Documenta 101 (BRASIL, 1969), publicações que, até o referido ano, trazia em suas páginas iniciais a lista dos conselheiros do CFE e de suas respectivas atribuições, listagem que não foi encontrada por essa pesquisa nos livros de 1970 em diante. Segue então uma breve descrição biográfica dos conselheiros do CFE de 1969.

Neste ponto é pertinente observar que Don Hélder Câmara, Antônio Ferreira de Almeida Júnior e Anísio Teixeira, e três intelectuais que exerciam oposição ferrenha ao regime, inclusive em sua atuação dentro do CFE, foram desligados do Conselho em 1968, ano marcado pelo AI-5, que viria a ocorrer em dezembro. Vale destacar que Don Helder Câmara, um dos precursores da teologia da libertação, corrente de atuação religiosa em defesa dos interesses da população pobre, sofreu diversas sanções em sua atuação durante o regime ditatorial, sendo transferido do Rio de Janeiro para Recife, em 1965 e foi licenciado de sua atuação no Conselho de Educação, no ano 1968.

Outro ponto interessante que a pesquisa revelou foi a presença da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation* (UNESCO) no Conselho, representada por Raymundo Moniz de Aragão e Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes, sendo o primeiro o principal representante da organização no Brasil. A UNSECO é uma entidade que faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU), órgão que publicou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Teve vários de seus intelectuais colaborando com uma ditadura que feriu as diretrizes do documento citado e que, após a instauração do AI-5, perseguiu figuras de oposição ao regime. Raymundo Moniz de Aragão, que era um dos seus principais representantes, foi elevado ao cargo de vice-presidente em 1969.

O processo que vinha gradualmente nomeando membros do CFE os representantes dos interesses do capital internacional e associados, alinhados à doutrina da interdependência se consolidou, de forma mais efetiva, no Conselho em 1969, ano imediatamente após a promulgação do AI-5, como pode ser percebido a partir da descrição mais aprofundada da biografia dos seus membros. Passamos a apresentar, agora, os membros do Conselho Federal de Educação do ano de 1969.

José Barreto Filho, presidente do Conselho Federal de Educação em 1969, nasceu em Aracaju em 27 de janeiro de 1908, filho do Escritor José Barreto dos Santos e de Otília Cardoso

Barreto. Concluiu o curso de humanidades no Ateneu Sergipense e mudou para o Rio de Janeiro em 1922. Foi Diplomando pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1926, posteriormente se tornando secretário particular de Coriolano Góis, chefe de polícia do Distrito Federal no governo de Washington Luís. Segundo Abreu (2001), em 1927 aproximou-se do grupo de intelectuais que se reunia em torno do pensador Jackson de Figueiredo, intelectual conservador católico fundador do Centro Dom Vital e da revista “A Ordem”, cuja obra introduziu o pensamento reacionário no Brasil. Barreto Filho começou a advogar na década de 1930 e, em 1934, se candidatou a deputado federal obtendo o cargo de suplente. Lecionou psicologia educacional na Universidade do Brasil entre 1939 e 1941. Foi um dos signatários do manifesto de lançamento do movimento Resistência Democrática, publicado em 1945 na revista católica conservadora “A Ordem” se opondo a manutenção de Vargas no poder. Em 1954, após a morte de Vargas, Barreto Filho chefiou o gabinete do Ministro da Justiça. Ingressou no Conselho Federal de Educação entre 1962-1964. Participou da Comissão Geral de Investigações em 1964, comissão instalada sob a presidência do general Taurino de Resende logo após o golpe de 1964 e disposto a apurar denúncias de corrupção e subversão, voltou a participar do Conselho de Educação em 1966. Barreto Filho também foi fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Raimundo Augusto de Castro Muniz de Aragão, vice-presidente do CFE em 1969, nasceu no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1912. Filho do Tenente-coronel médico do exército João Muniz Barreto de Aragão e de Maria Augusta de Castro Muniz de Aragão. Irmão de Augusto César de Castro Muniz de Aragão, que foi comandante do Comando Militar da Amazônia entre 1962-1963, golpista em 1964, e Comandante do III Exército, Comando Militar do Sul, em 1969. Aragão cursou o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro no período de 1923-1929. Formou-se em medicina pela Universidade do Rio de Janeiro (Universidade do Brasil) em 1935, se pós graduou na Faculdade de Medicina de São Paulo, no Instituto Butantã, e na Universidade do Rio de Janeiro. Tornou-se diretor do laboratório de saúde pública da Paraíba, em 1937, reorganizou o laboratório de saúde pública do Rio Grande do Norte, em 1938, e se tornou diretor da divisão de medicina veterinária e do departamento de abastecimento da prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1939. Em 1940 fundou e foi diretor do departamento de alimentação da prefeitura do Distrito Federal; em 1941 passou a ocupar o cargo de diretor técnico dos laboratórios Paulo Leite; em 1944 diplomou-se como livre-docente pela Escola Nacional de Química. Aragão se filiou à União Democrática Nacional (UDN) em 1945, ano de fundação do partido e, no mesmo ano, se doutorou em química pela Universidade

do Brasil (UB), tornando-se professor catedrático dessa instituição. Em 1950 se elegeu com suplente de vereador no Distrito Federal pela UDN, foi eleito membro do Conselho Universitário da UB em 1952, se tornando membro vitalício do mesmo em 1967. Em 1954 foi eleito segundo-vice-presidente da seção carioca da UDN, assumindo a presidência da mesma após a renúncia de presidente e primeiro-vice. Concorreu nas prévias da UDN pela chance de concorrer à presidência da república em 1955. Em 1956 passou a integrar diversas comissões do Ministério da Saúde. Atuou em 1959 como perito da Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 1960 passou a chefiar o departamento de bioquímica da UB. Em 1962 cursou a Escola Superior de Guerra (ESG).

De acordo com Abreu (2001), Aragão participou ativamente das articulações que resultaram no golpe de 1964. Após a tomada do poder por parte dos militares, foi cogitado para a pasta da saúde, que foi ocupada por Vasco Leitão da Cunha. A partir de abril de 1964, passou a ser assessor do ministro da Educação e Cultura, Flavio Suplicy e Lacerda, presidindo a comissão especial para a redação do Estatuto do magistério Superior, que no ano seguinte deu início ao processo que culminou com a reforma universitária. No mesmo ano se tornou diretor de ensino superior do MEC e vice-presidente do CNPq. Em 1965 foi interinamente ministro da Educação e Cultura e presidiu o Conselho deliberativo da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Em 1966 foi oficialmente nomeado ministro da Educação e Cultura e sua gestão foi marcada por um aumento nas crises e manifestações estudantis. Foi em sua gestão que o governo regulamentou o Estatuto do Magistério Superior, primeiro passo da reforma universitária. Segundo Abreu (2001) foi Muniz de Aragão que solicitou ao Conselho Federal de Educação que elaborasse o projeto de reestruturação das universidades, Sob a gestão de Muniz de Aragão, em 1967 seria editado o Decreto lei nº 228 que reformularia a organização da representação estudantil. Em 1966, Aragão chefiou a delegação brasileira enviada à XX Reunião Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ainda neste ano criou o Conselho Federal de Cultura, do qual foi membro. Foi também nomeado reitor da UB, em março de 1967. Deixou o ministério e, após a transição da Universidade do Brasil para Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi primeiro reitor da nova instituição, cargo que manteve até 1969.

Muniz de Aragão foi escolhido, em 1970, presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (ABIF); foi presidente do CFE no período de 1971, ano da implantação da reforma do ensino de primeiro e segundo grau, a 1972 e Presidente do Conselho Federal de

Cultura de 1972 a 1978. Em 1976, integrou o conselho fiscal da Concremat Engenharia e Tecnologia, empreiteira que participou das obras da construção de Brasília e foi ligada a diversas obras realizadas pela Petrobras nas décadas de 1960 e 1970, tais como: a Refinaria Duque de Caxias; o Edifício sede da empresa no Rio de Janeiro; além da construção de portos. Em novembro de 1976, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão ligado a UNESCO.

Júlia de Azevedo Acioli foi Secretária Geral do CFE a partir de 1969. De acordo com Lira (2010), atuou como professora e técnica em educação e foi autora do Livro *Educação Cívica como prática educativa*. Acioli foi durante muitos anos secretária geral do Conselho Federal de Educação, mas esta pesquisa não encontrou nenhum levantamento bibliográfico sobre ela. Apenas documentos atestando sua participação como secretária CFE e a citação de seu nome em publicações do MEC.

Alberto Deodato Maia Barreto nasceu no dia 27 de dezembro de 1896 em Maroim, Sergipe. Filho de José Caetano Barreto e de Inês Maia Barreto, sobrinho de Deodato da Silva Maia, deputado federal eleito por Sergipe e primo do senador sergipano Leandro Maynard Maciel. Fez curso secundário no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, formou-se bacharel pela Faculdade de Ciência Jurídica e Sociais do Rio de Janeiro em 1919, iniciou a carreira como promotor público adjunto na comarca de Capela, Sergipe. Mudou-se para Belo Horizonte, Minas Gerais, onde ocupou o cargo de oficial de gabinete do secretário de Agricultura Daniel Carvalho, durante o governo de Raul Soares de Moura (1922-1924), em Minas Gerais. Foi diretor do Correio Mineiro, da Folha da Noite e da Folha do Dia, todos periódicos de Belo Horizonte.

Maia Barreto filiou-se ao Partido Progressista (PP) de Minas Gerais e foi eleito vereador de Belo Horizonte em 1936, teve o mandato interrompido pela implantação do Estado Novo que decretou a extinção dos órgãos legislativos de todo o país. Foi signatário do Manifesto dos Mineiros em 1943, que defendia o fim do Estado Novo. Segundo Lira (2010), Maia Barreto era um tradicional membro do Rotary Club, ocupando a presidência do Rotary de Belo Horizonte no período de 1942-1943. Em 1947 foi eleito suplente de deputado na Assembleia Constituinte mineira pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950 foi eleito deputado federal de Minas Gerais pela UDN e se tornou presidente da UDN mineira em 1951. De acordo com Abreu (2001), Maia Barreto participou da conspiração político-militar que tinha a finalidade de depor o presidente Getúlio Vargas e que culminou com o suicídio deste em 1954. Em 1964 participou, juntamente com o então governador mineiro José de Magalhães Pinto, do golpe que depôs o

presidente João Goulart. Após o golpe Maia Barreto foi declarado interventor nas emissoras de rádio e televisão de Minas Gerais.

Carlos Pasquale nasceu em Piracicaba, São Paulo, no dia 09 de outubro de 1906, filho de Luiz Pasquale e Adelaide Zanotta Pasquale. Formou-se no nível elementar e secundário no Grupo Escolar da Consolação e no Ginásio do Estado, ambos na cidade de São Paulo, concluindo essa etapa acadêmica em 1925. Em 1931, formou-se médico da Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo. Foi professor nos ginásios Oswaldo Cruz no período de 1929-1931, São Bento em 1929, no Ginásio do Estado em 1938. No Colégio Paulistano foi professor entre 1931-1942, escola em que foi fundador e proprietário dirigindo a instituição no período de 1931-1944. No período entre 1960-1961 Organizou e dirigiu o Fundo Estadual de Construções Escolares de São Paulo, foi, interinamente, secretário de Educação do Estado de São Paulo no período de 1959-1960 e no ano de 1962. Foi presidente do Sindicato do Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado de São Paulo, instituição que defendia os interesses das instituições privadas de ensino. Dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) no período de 1964-1966. Em São Paulo Foi membro do Conselho Estadual de Educação entre 1963 e 1970, sendo presidente no período de 1969-1970. Foi membro do CFE no período de 1967-1970. Foi também um dos proprietários da Editora do Brasil, especializada na produção de livros didáticos. Segundo Netto (2013), Carlos Pasquale foi responsável pela criação do Código de Educação do Estado de São Paulo, do Censo Escolar em 1964 e do Salário-Educação também em 1964. Faleceu no ano de 1970 quando era o diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de São Paulo.

Celso Ferreira da Cunha nasceu em Teófilo Otoni, Minas Gerais, em 10 de maio de 1917, filho de uma tradicional família de políticos do estado de Minas Gerais. Filho de Tristão da Cunha e Júlia Versiani. Celso Cunha foi irmão do ex deputado Aécio Cunha, pai do senador mineiro Aécio Neves. Seu pai, Tristão Cunha, foi membro do Partido Republicano Mineiro. Tristão Cunha foi deputado mineiro em 1934, signatário do Manifesto dos Mineiros em 1943, em 1947 foi eleito deputado federal por Minas Gerais, foi reeleito em 1950 e em 1958 quando exercia a vice-presidência do PR mineiro, ocupando no ano seguinte a vice-presidência da Comissão de Educação da Câmara do Deputados. Em 1964, após o golpe, Tristão Cunha foi nomeado por Castelo Branco para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do qual foi presidente de 1964 até 1974, ano de seu falecimento.

Celso Ferreira da Cunha iniciou sua formação acadêmica no Colégio Anglo Brasileiro, iniciou sua carreira docente no Colégio Pedro II em 1935, se graduou como bacharel em direito

em 1938 e licenciatura em letras em 1940, ambas pela Universidade do Distrito Federal. Em 1947 tornou-se doutor em letras e livre-docente em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi professor e diretor da Faculdade de Humanidades Pedro II, durante quatro anos foi diretor da Biblioteca Nacional. Em 1960 foi Secretário Geral de Educação e Cultura do Governo Provisório do Estado da Guanabara e em 1966 foi professor da Universidade de Colônia. Foi autor de diversas gramáticas da língua portuguesa, se tornando membro da Academia Brasileira de Letras em 1987.

Celso Otávio do Prado Kelly, nasceu em Niterói (RJ) em 06 de junho de 1906. Filho de Otávio Kelly, juiz e ministro do Superior Tribunal Federal no período de 1934-1942, durante o Estado Novo, e de Angelina do Prado Kelly. Seu irmão, José Eduardo do Prado Kelly foi membro fundador da União Democrática Nacional, partido nascido no Rio de Janeiro numa solenidade oficial na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia 7 de abril de 1945. Teve longa carreira política, foi diversas vezes deputado federal, foi ministro da justiça em 1955. Em 1959 foi representante do Brasil na Conferência Interamericana pela Manutenção da Paz e Segurança no Continente. Foi empossado ministro do Supremo Tribunal Federal em 12 de novembro de 1964 e permaneceu no cargo até se aposentar em janeiro de 1968.

Celso Kelly, de acordo com Callado (2006), e se mudou para a cidade do Rio de Janeiro aos nove anos de idade, estudou no Colégio em Pedro II, após essa formação, cursou a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Direito. Em 1932, aos 26 anos, foi diretor de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a fundação da Universidade do Distrito Federal, em 1934, foi diretor do Instituto de Artes da instituição. Foi professor do Instituto de Educação, localizado no Rio de Janeiro, foi presidente da Associação Brasileira de Educação, foi diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Celso Kelly foi presidente do PEN Club do Brasil no período de 1956-1961 e um dos organizadores do CFE em 1962. Foi também, após 1964, diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Celso Kelly era filho de Otávio Kelly e Irmão de Prado Kelly, um dos membros fundadores da UDN e eleito presidente da legenda em agosto de 1948, ministro da Justiça em 1955 durante o governo de Café Filho. Assumindo o posto de ministro do Superior Tribunal Federal em abril de 1964, após o golpe de estado. neste momento cabe uma pequena digressão a fim de demonstrar a ramificação política que surgiu a partir da UDN, encontrado no estudo da biográfica de Prado Kelly em Abreu (2001). A partir de agosto de 1945, o grupo heterogêneo que fundara a UDN começou a ter problemas internos, fato que motivou o desligamento de alguns setores para a formação de pequenos partidos, assim a facção mineira vinculada a Artur Bernardes constituiu o Partido Republicano (PR), o grupo do Rio

Grande do Sul liderado por Raul Pilla formou o Partido Libertador (PL), e Ademar de Barros organizou em São Paulo o Partido Republicano Progressista (PRP), que viria a se chamar posteriormente de Partido Social Progressista (PSP). Esses dados são importantes para entender o quanto a UDN e os interesses que a legenda defendia, se projetaram no interior do Estado empresarial-militar tendo em vista que os partidos derivados da UDN apesar de divergências, defendiam interesses semelhantes, ocupavam o mesmo espectro político.

Clovis Salgado da Gama nasceu em Leopoldina (MG) em 20 de janeiro de 1906, filho de Virgínia da Gama Salgado e Luiz Salgado Lima. cursou o primário em sua cidade natal, mas completou o ensino secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Graduou-se bacharel em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929. Iniciou sua carreira política como partidário da Aliança Liberal lançada em 1929 e participou ativamente da revolução de 1930, com o posto de capitão-médico nas tropas mineiras participantes do movimento. Clovis Salgado foi também filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Clovis Salgado passou a se dedicar ao magistério e após o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, foi professor da Faculdade Nacional de Medicina e na Universidade de Minas Gerais. Em 1939 começou a atuar no Hospital São Vicente e foi também um dos organizadores da Cruz Vermelha em Minas Gerais.

Clovis Salgado participou, em 1945, da reorganização e nacionalização do PRM, sendo um dos membros fundadores do Partido Republicano (PR). Em 1950 se elegeu vice-governador do estado de Minas Gerais em chapa com Juscelino Kubitschek, em uma coligação entre PR e o Partido Social Democrático (PSD) de Kubitschek. Foi governador de Minas Gerais em 1955, nos 10 meses finais do mandato de Kubitschek, quando este teve que deixar o cargo para se candidatar à presidência da república. Em 1956 se tornou ministro da Educação e Cultura, de acordo com Abreu (2001), durante sua gestão como ministro do MEC, Clovis Salgado dedicou atenção especial ao ensino técnico-profissional por considerar essa formação vital em face as necessidades do país, foi ministro da Educação durante todo o governo Kubitschek e durante sua gestão foi um mediador entre a UDN e o PSD, atuação que favoreceu a estabilidade política do período. Em 1960 Clovis Salgado voltou a se eleger vice-governador de Minas Gerais pelo PR. Em 1964, foi um apoiador ao golpe empresarial- militar, no mesmo ano se tornou membro do CFE e após a extinção dos partidos políticos promovido pelo Ato Institucional nº 2, se filiou a Aliança Renovadora Nacional (Arena) partido base do governo militar.

Durmeval Bartolomeu Trigueiro Mendes, de acordo com Fávero (2010), nasceu em Cuiabá (MT) na data de 9 de fevereiro de 1927, mas no mesmo ano sua família se mudou para

João Pessoa (PB). Graduado em filosofia pelo Seminário Arquidiocesano de João Pessoa em 1946, se formou como bacharel em letras Clássicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, em Recife, no ano de 1949. Foi diplomado em Licenciatura Pedagógica pela Universidade Católica de Pernambuco em 1950. Formou-se em bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1954.

Trigueiro iniciou sua vida pública em 1951 trabalhou como secretário de educação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, atuou como diretor do departamento de educação do Estado da Paraíba. Foi professor na Faculdade de Filosofia da Paraíba e em 1954 assumiu como professor no Instituto de Educação de João Pessoa e, via concurso público, se tornou inspetor de ensino secundário do MEC e no mesmo ano foi nomeado como secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, função na qual foi incumbido de organizar a Universidade da Paraíba, fundada em dezembro de 1955, sendo eleito primeiro reitor da mesma em 1956. Em 1958, a pedido de Anísio Teixeira, assumiu o cargo de supervisor da campanha de educação complementar, um programa do MEC, fato que o fez mudar para o Rio de Janeiro, ainda em 1958, assumiu como professor da PUC-Rio. Em 1961 foi nomeado Diretor de Ensino Superior do MEC. Em 1963 foi designado para o Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes). Ingressou em março de 1964 no CFE, onde relata que foi diversas vezes voto vencido nas resoluções do órgão. Em 1965 se tornou professor de História do pensamento econômico na Universidade do Estado da Guanabara. Em 1966 foi designado Coordenador da Comissão Inep/Unesco para promover os Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas Educacionais (Ceose). Em 1966 se tornou membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE). Em 1968 foi designado perito da Unesco e foi enviado como representante da América Latina a Europa para participar de reunião em Moscou promovida pela Unesco, para debater sobre a equivalência internacional de certificados de estudos secundários e dos diplomas universitários, no mesmo ano integrou o grupo de trabalho encarregado da elaboração de um Plano de Reestruturação da Universidade do Estado da Guanabara. Em setembro de 1969 foi aposentado compulsoriamente de todas as funções públicas por decorrência do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Fávero (2010) afirma que se acredita que esta sanção é decorrente do posicionamento de Trigueiro no CFE, onde foi contrário à inserção da disciplina de moral e cívica no currículo escolar dos três graus de ensino. Sobre essa questão é interessante ler o posicionamento do próprio:

Um aviso do Ministro da Guerra, Costa e Silva, para o Ministro da Educação, propunha que essa disciplina fosse incluída no currículo, e o Ministro enviou

ofício ao CFE. Os conselheiros consideravam essenciais a moral e o civismo, obviamente, mas a maioria recusava a inclusão no currículo, como disciplina, já que moral e civismo estão permeados por diferentes disciplinas, com teor crítico, vinculadas com âmbito cultural, à família, à escola, às instituições etc. E, nesse momento, ponderei que tal disciplina seria reificada. O CFE não aprovou essa iniciativa do Governo. Depois, outro Ministro do Exército reiterou a mesma proposta: novamente o CFE fixou, com clareza, os mesmos argumentos. Finalmente, em 1969, aconteceu melancolicamente, o desfecho do problema. O CFE capitulou frente ao poder, materializado pela presença intimidadora de militares fardados assistindo à sessão plenária do Conselho. O Presidente procedeu à votação e todos os conselheiros votaram favoravelmente à inserção, no currículo, da disciplina educação moral e cívica. Todos, menos eu (Trigueiro Mendes, 1983, p. 32).

Após sua aposentadoria compulsória, Trigueiro atuou do departamento de educação da PUC-Rio. Em 1971 atuou na Fundação Getúlio Vargas (FGV) na comissão indicada para criar o Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae), que deu origem ao mestrado em educação da FGV.

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, professor e advogado, foi secretário de Educação do Pará no período de 1964-1966 e secretário-geral do MEC em 1966-1969, iniciando sua participação no CFE em 1966. Em 1969 mudou-se para São Paulo para assumir o cargo de diretor da Divisão de Educação da Editora Abril, posto que ocupou até 1974. Após esse período retornou a Belém, local onde se dedicou ao ensino superior. Participou de diversas associações de instituições privadas, entre elas a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Foi membro fundador, reitor e mantenedor da Universidade da Amazônia, instituição católica de ensino superior localizada em Belém (PA)

Flavio Suplicy de Lacerda nasceu no dia 04 de outubro de 1903 em Lapa (PR), filho de Manuel José Correia de Lacerda e de Alice Maria Suplicy de Lacerda. cursou o Colégio Militar de Barbacena (MG) e se formou em engenharia civil em 1928 pela Escola Politécnica de São Paulo. Iniciou sua carreira profissional como engenheiro na prefeitura de Curitiba, participou da revolução de 1930 como oficial de equipagem de pontes do 5º Batalhão de Engenharia, ano em que se tornou professor na Escola de Engenharia do Paraná, foi diretor da rede de viação Paraná-Santa Catarina, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) em Curitiba (PR), foi secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná em 1946. Em 1950 assumiu como reitor da Universidade do Paraná, que se federalizou sobre sua influência. Após o Golpe de 1964, foi convidado por Castelo Branco a assumir o MEC em 15 de abril daquele ano. Sua gestão no MEC sofreu forte oposição dos estudantes devido a implementação de medidas impostas em nome da disciplina, tendo destaque para a Lei 4464 de 6 de novembro de

1964, apelidada de lei Suplicy, que proibia as atividades políticas desenvolvidas por organizações estudantis e regulamentava a formação dessas entidades,

Henrique de Toledo Dodsworth Filho nasceu no Rio de Janeiro na data de 17 de setembro de 1895. Filho de Henrique de Toledo Dodsworth e de Maria Luíza Franco Dodsworth. Neto de Jorge João Dodsworth, segundo Barão de Javari, que foi conselheiro de Don Pedro II. Henrique Dodsworth fez parte de seus estudos primários na França, completando seu secundário no Colégio Alfredo Gomes. Diplomou-se em Direito no ano de 1915 e em Medicina do ano de 1916. Foi inspetor de ensino secundário no período de 1917-1921, enquanto era professor de física do Colégio Pedro II e oficial-de-gabinete do prefeito do Distrito Federal, André Gustavo Paulo de Frontin, que era seu tio. Foi designado para estudar o panorama do ensino secundário da Europa em 1921, em seu retorno ao Brasil, lecionou no Liceu de Artes e Ofícios e na Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, além de ser catedrático do Colégio Pedro II. Foi eleito deputado federal em 1924, reeleito em 1927, permanecendo no cargo até a revolução de 1930. Apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932 no ano que assumiu a direção do Externato Pedro II e foi deputado constituinte em 1933. No ano de 1934 foi eleito deputado federal e em 1935 fez parte da Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira que ficou encarregada de apresentar ao poder executivo um projeto de reorganização da economia nacional. Em 1937 ocupou o cargo de interventor do Distrito Federal e com a instauração do Estado Novo, se tornou prefeito da capital durante todo o regime, período de 1937-1945.

Henrique Dodsworth criou o Banco da Prefeitura do Distrito Federal, instituição que originou o Banco do Estado do Rio de Janeiro, inaugurou a Universidade do Distrito Federal. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) em 1945, em 1946 foi nomeado embaixador brasileiro em Portugal, permanecendo no cargo até outubro do mesmo ano. Foi membro da diretoria do conselho superior das caixas econômicas federais no período de 1947-1956, sendo presidente do órgão em 1950-1951. Foi Diretor-presidente do Banco da Prefeitura do Distrito Federal em 1951-1953. Durante o período de 1954-1956 foi presidente da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e durante 1957-1958 foi diretor da instituição. Iniciou sua participação no CFE em 1964.

João Paulo dos Reis Velloso nasceu no dia 12 de julho de 1931, em Parnaíba (PI), filho de Francisco Augusto de Castro Velloso, funcionário dos correios e telégrafos, e Maria Antonieta Torres Velloso, costureira. Coursou primário em sua cidade natal, secundário no

Colégio São Luís Gonzaga e curso técnico de comércio na Escola Técnica de Comércio da União de Caixeiral.

Velloso trabalhou na empresa Moraes no período de 1947-1949. Em 1950 passou a exercer o magistério, mesmo ano que participou da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN à presidência da República, este derrotado por Vargas. Em 1951, se transferiu para o Rio de Janeiro para se tornar secretário do deputado federal Jorge Lacerda, UDN de Santa Catarina, e, 1952 foi admitido para exercer os cargos de escriturário e oficial de administração no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), instituição em que também ocupou cargo de confiança como secretário da presidência. Em 1955 ingressou, por concurso, no Banco do Brasil, lotado em São Paulo. No ano de 1957, iniciou o curso de economia na Fundação Álvares Penteado. Em 1958 foi transferido para o Rio de Janeiro como assessor da presidência do Banco do Brasil (BB), continuando seus estudos em economia na Universidade do Estado da Guanabara, onde se graduou em 1960, neste ano foi transferido para Brasília, ano da inauguração da nova capital federal por demanda do cargo que ocupava no BB. Em 1961 assumiu cargo no gabinete de Válder Moreira Sales, então ministro da Fazenda. Se pós graduou em 1961, no Conselho Nacional de Economia, em 1962 na Fundação Getúlio Vargas. No período de 1962-1964, fez mestrado na Universidade de Yale, em New Haven (EUA). Retornou ao Brasil após o Golpe de 1964, sendo incumbido por Roberto Campos, então ministro do Planejamento, de organizar o Escritório de Pesquisa Econômica e Social Aplicada (EPEA), instituição que posteriormente se tornaria o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), foi chefe nesta instituição até 1968. Em 1969 integrou o CFE, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e viria a s tornar ministro do Planejamento, cargo que ocupou até 1979.

José Borges dos Santos Junior, de acordo com Lira (2010), foi Reverendo da Igreja Presbiteriana Brasileira, e um dos primeiros presidentes do Supremo Concílio desta agremiação religiosa (1954-1958), também foi ligado a administração da Universidade Mackenzie de São Paulo.

José Mariano da Rocha Filho nasceu em 12 de fevereiro de 1915, foi o oitavo filho do médico José Mariano da Rocha e de Maria Clara Marques Mariano da Rocha. Em 1937 se graduou médico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em 1938 iniciou sua atividade no magistério como professor na Faculdade de Farmácia de Santa Maria, fundada e dirigida por Francisco Mariano da Rocha, seu tio. Em 1939 foi eleito presidente da Sociedade de Medicina

de Santa Maria, posto para o qual foi reeleito em 1941. Foi eleito diretor da Faculdade de Farmácia de Santa Maria em 1945 e iniciou esforços para anexar essa instituição à Universidade de Porto Alegre, esforço concluído em 1948 dando origem a Universidade do Rio Grande do Sul. Em 1951 participou da fundação da Associação Médica do Rio Grande do Sul, sendo seu primeiro vice-presidente. No ano de 1952, Mariano da Rocha lançou a pedra fundamental da primeira construção da Universidade Federal de Santa Maria, inaugurada em 1961, sendo seu primeiro reitor. Em 1963 fundou o Fórum de Reitores das Universidades Brasileiras. Em 1966 participou como delegado do Brasil no Seminário sobre Educação Superior nas Américas, realizado no Peru. Em 1968 representou o Brasil na 5ª conferência do Conselho Interamericano de Cultura organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1971 foi eleito presidente do Grupo Universitário Latino-americano de Estudo para Reforma e Aperfeiçoamento da Educação. Em 1972 participou do Seminário sobre Educação Superior realizado na Universidade de Houston, Texas (EUA). Filiado a ARENA, partido pelo qual concorreu ao senado federal em 1978.

José Vieira do Vasconcellos, de acordo com Lira (2010), foi Padre da Igreja Católica Apostólica Romana e liderança na Associação de Educação Católica (AEC) no período da ditadura empresarial-militar, atuou em defesa dos interesses confessionais no ensino e na universalização da profissionalização no segundo grau. Foi decisivo na formulação da lei 5692/71, tendo participado ativamente dos Grupos de Trabalho destinados a discutir a reforma da educação de primeiro e segundo grau.

Dom Luciano Cabral Duarte nasceu em 1925. Foi professor, posteriormente diretor, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe desde sua fundação em 1951, membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe em 1963, Presidente da Câmara de Ensino Médio e Superior e da Comissão de Trabalho que foi estabelecida para viabilizar a criação da Universidade Federal de Sergipe. Foi diretor do jornal católico “A Cruzada” no período de 1949-1954, periódico da cidade de Aracaju. Ingressou no CFE em 1968. Participou em agosto de 1972 de Congresso de Educação de Adultos, promovido pela UNESCO em Tóquio. Foi Arcebispo Metropolitano de Aracaju no período de 1971-1998.

Newton Sucupira, segundo Lira (2010), foi membro do Conselho Federal de Educação desde sua fundação em 1962. Foi vice-presidente da Academia Brasileira de Educação e participou das articulações políticas que resultaram nos Acordos MEC-USAID Em 1965

participou do GT da reforma Universitária e foi o relator do parecer que deu início a implantação e desenvolvimento da pós-graduação das universidades brasileiras.

Péricles Madureira de Pinho, de acordo com Lira (2010) foi um político oriundo do estado da Bahia, que foi ministro da educação do governo Getúlio Vargas no período de 26 de maio a 24 de junho de 1953.

Roberto Figueira Santos nasceu no dia 15 de setembro de 1926, filho de Edgar Rego dos Santos e Carmem Figueira Santos. Seu pai foi ministro da Educação e reitor da Universidade da Bahia que, de acordo com Abreu (2001), usava o cargo para dar suporte político ao general Juraci Magalhães, líder da UDN baiana. Edgar Regos dos Santos indicou Antônio Carlos Magalhães para deputado federal pela UDN em 1954, em função da amizade com o pai de ACM.

Roberto Santos se graduou com médico em 1949, pela faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. No mesmo ano começou a lecionar nesta universidade, sendo nomeado professor titular em 1950. cursou pós-graduação nas universidades estadunidenses de Cornell, Michigan e Harvard no período de 1950-1953 e no ano seguinte foi a Cambridge cursar medicina experimental, concluindo o curso em 1955. Em 1964 foi ingressou no CFE, sendo presidente deste conselho no período de 1971-1974. Em 1967 foi secretário de Saúde do Estado da Bahia, ano em que assumiu a reitoria da UFBA, ocupando o cargo até o ano de 1971. Foi também presidente da Associação Brasileira de Escolas Médicas no período de 1968-1972 e membro do Conselho de Ensino Superior das Repúblicas Americanas, sediado em Nova Iorque, no período de 1968-1975. Filiou-se a Aliança Renovadora Nacional em 1974.

Rubens Mário Garcia Maciel nasceu em Santana do Livramento na data de 04 de agosto de 1913. Filho de Érico Maciel e Ida Garcia Maciel. Foi graduado em medicina no ano de 1937 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre e atuou como docente no nível superior na área de medicina do ano de 1938 até sua aposentadoria em 1983. Na década de 1950, foi chefe do programa universitário da Capes, sendo um dos signatários do Documento Sucupira que criou e regulamentou, em 1965, a pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. Foi reitor da Universidade Pan-Americana de Saúde e presidente da Federação Pan-americana das Faculdades e Escolas de Medicina.

Tharcísio Damy de Souza Santos nasceu em Campinas (SP) na data de 10 de dezembro de 1912. cursou seus estudos secundários no Ginásio do Estado, o mais antigo estabelecimento de ensino secundário do Governo do Estado de São Paulo. Formou-se em 1930 bacharel em Ciências e Letras. Em 1931 ingressou na Escola Politécnica de São Paulo se graduando em

1936 como Engenheiro Civil. Como aluno da Escola Politécnica, participou voluntariamente da Revolução Constitucionalista de 1932, atuando no Batalhão “Fernão Dias” pertencente aos serviços de guerra da Escola Politécnica, subordinado à Força Pública do Estado, destinado a fabricação de material bélico. Em 1954 obteve o título de livre Docente da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foi diretor do departamento de Engenharia e Metalurgia da Escola politécnica no período de 1962-1968.

Valmir Chagas nasceu em Morada Nova (CE), em 21 de junho de 1921, Filho de Manoel Chagas Filho, funcionário da rede ferroviária e Egídia Cavalcante Chagas, professora do primário. Valmir Chagas completou o curso secundário no Liceu do Ceará, colégio público do estado. Em 1944, graduou-se em direito pela Faculdade de Direito do Ceará, no mesmo ano foi admitido, via concurso, ao magistério (civil) do ensino superior do Exército, sendo lotado na Escola Preparatória de Fortaleza, cargo no qual se aposentou em 1974. Organizou, instalou e dirigiu o Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no período de 1948-1953. Foi coordenador do ensino comercial do setor Nordeste Oriental no período de 1955-1958, designado pelo MEC como membro do Conselho Regional do Senac-Ceará no período de 1957-1961. Dirigiu o Instituto Brasil-Estados Unidos, do Ceará no período de 1959-1961. Atuou no Conselho Estadual de Educação do Ceará no período 1956-1962. Dirigiu o Departamento de Educação e Cultura da Universidade Federal do Ceará de 1958 a 1962. cursou pós-graduação em 1959 nas universidades estadunidenses de Michigan e Columbia. Foi membro do CFE de 1962 a 1976.

Vandick Londres da Nóbrega nasceu na cidade de João Pessoa, na Paraíba no ano de 1918. cursou os estudos secundários no Liceu Paraibano e no Colégio Diocesano Pio X, também em seu estado natal. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife. Foi Inspetor Federal de Ensino nas cidades de Recife, Santos e São Paulo no período de 1939-1942. Começou sua carreira no Colégio Pedro II como professor de Latim. Foi nomeado diretor do Internato do Colégio Pedro II em 1948. Em abril de 1964, foi nomeado, diretamente pelo Presidente Castello Branco, para exercer o cargo de diretor do Internato e, também, exer., criada com o intuito de apurar atos definidos pelo governo como de “subversão e de corrupção”. Ainda em 1964, participou de comissão semelhante na Universidade de Brasília.

Após a apresentação da biografia dos membros do Conselho Federal de Educação, integrantes do grupo de intelectuais orgânicos da educação brasileira, cabem, aqui, algumas reflexões. A primeira é referente à quantidade de conselheiros ligados em algum grau à União

Democrática Nacional (UDN). Este foi um dado considerado importante por dois motivos principais. O primeiro tem relação com o fato de que as legendas políticas foram extintas pelo Ato Institucional número 2, em 1965, mas, apesar disso, encontrar tantos antigos partidários da UDN dentro do Conselho Federal confirma a afinidade ideológica entre o Governo militar e o ideário defendido pela legenda ao longo de sua história. Vale lembrar que a base ideológica da UDN estava amparada na doutrina da interdependência, a mesma que norteava muitos atos do regime ditatorial. Compreender esse fato torna mais fácil o entendimento da migração de vários antigos quadros da UDN para um novo partido criado após a ditadura: a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A legenda (UDN) deixou de existir, mas suas lideranças permearam o executivo e tiveram um papel relevante na implementação das políticas educacionais brasileiras.

É importante ressaltar que, após o Ato Institucional nº 5 (AI 5), emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, ficou bem caracterizado que o Conselho Federal de Educação foi tomado majoritariamente, senão por completo, por membros apoiadores do governo. A compreensão desse fato se torna mais fácil, quando sabemos que o AI 5 resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado. O alinhamento dos membros do CFE ao governo garantia, sem dúvida, alguns privilégios e grande proteção aos seus membros. Garantia, também ao governo o apoio indispensável às reformas educacionais pretendidas.

Nesse sentido, é seguro afirmar que a atuação do CFE na formulação das reformas educacionais implantadas na época, que envolveram tanto a Lei nº 5540/68 (BRASIL, 1968), conhecida como Lei da Reforma Universitária, como a Lei nº 5692/71 (BRASIL, 1971), Lei da Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, se deu de acordo com os interesses defendidos pela ditadura empresarial militar. É significativo para este estudo destacar a presença de um banqueiro com larga experiência na administração de instituições bancárias, expresso na figura de Henrique Dodsworth, participando na formulação da Lei 5692/71, que resultou em sucateamento da escola pública e em benefício da aplicação de recursos públicos em escolas privadas. A legislação supracitada apresentava um franco alinhamento à lógica que já vinha implícita na Constituição de 1967, quando desvinculou o percentual do orçamento da União destinado a financiar a educação pública.

Outro dado relevante para este estudo foi a constatação da manutenção de intelectuais ligados a UNESCO na configuração do Conselho pós AI-5. Como a UNESCO é um braço da ONU, deixa ainda mais evidente a existência de colaboração entre a Ditadura e a Organização das Nações Unidas, ainda que a ditadura tenha violado de diversas maneiras a Convenção dos Direitos Humanos, estabelecida em 1948. Essa pesquisa não se aprofundou no estudo da relação entre USAID, UNESCO e MEC, mas é importante destacar a existência dessa relação, que já foi evidenciada em muitos estudos e pesquisas dos campos educacional e político.

Vale ressaltar aqui, também, a figura de José Mariano da Rocha Filho, que serviu de interlocutor entre o governo ditatorial e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Rocha Filho foi representante do Brasil na 5ª Conferência do Conselho Interamericano de Cultura organizado pela OEA em 1968, tendo sido eleito, em 1971, presidente do Grupo Universitário Latino-americano de Estudo para Reforma e Aperfeiçoamento da Educação. Esse é mais um dos muitos indícios do alinhamento político existente entre as reformas implementadas na educação brasileira e um movimento internacional sobre a supervisão dos Estados Unidos da América, em conformidade com a doutrina de interdependência.

Outro dado relevante que merece ser destacado é a presença de representantes de entidades religiosas no Conselho Federal de Educação da época, destacando a importância destas na manutenção do Regime. Esses representantes foram decisivos na construção e implantação da disciplina de Educação Moral e Cívica, que permeou todo o sistema de ensino após as reformas implementadas pela ditadura empresarial-militar.

3.5 As reformas do ensino durante a ditadura militar

De acordo com Saviani (2010), o regime militar transformou o “Ordem e Progresso” lema positivista da bandeira brasileira em “segurança e desenvolvimento”, desta forma o grande objetivo perseguido pelo governo militar era o desenvolvimento econômico com segurança. De acordo com o conhecimento construído por nossa pesquisa é possível compreender que um dos principais objetivos da ditadura empresarial militar era garantir o funcionamento dos processos de acumulação capitalistas do modelo associado dependente adotado pelo regime em solo nacional, buscando sim, garantir desenvolvimento e segurança a este processo, porém, esta busca por desenvolvimento e segurança não necessariamente se estendia a todo coletivo da população. Desta forma, com a entrada de empresas multinacionais, principalmente as de

origem estadunidense, também foi importado seu modelo organizacional, que foi estendido para o sistema educacional, devido à função deste na preparação dos trabalhadores. Assim, foram difundidas ideias relacionadas à organização racional do trabalho derivadas do taylorismo e fordismo, e ao controle do comportamento, ligada ao behaviorismo, que no campo educacional foram sintetizadas no que Saviani chama de “pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2010, p. 369).

Como as reformas educacionais do período ditatorial tiveram a inspiração da pedagogia tecnicista, vamos explicitá-la melhor, para facilitar a compreensão das mudanças ocorridas na educação.

Segundo Saviani (2010), a pedagogia tecnicista tem como base o pressuposto da neutralidade científica e é inspirada nos princípios de racionalidade, produtividade e eficiência. Defende a reordenação do processo educativo com o objetivo de torná-lo objetivo e operacional, pretendendo assim a objetivação do trabalho pedagógico de modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril. Nesse sentido, busca planejar a educação de forma que ela adote uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que possam pôr em risco sua eficiência.

A pedagogia tecnicista é centrada na organização racional dos meios, relegando o professor e o aluno a uma posição secundária de executores de um processo cuja concepção, planejamento, controle e coordenação ficam a cargo de especialistas, supostamente neutros ideologicamente, que deveriam ser habilitados, objetivos e imparciais. A organização do processo se converte na garantia de eficiência, buscando compensar e corrigir as deficiências do professor, para assim maximizar os efeitos da intervenção. No tecnicismo, cabe ao processo definir o que professores e alunos devem fazer, como e quando fazer, tendo como objetivo que o estudante aprenda a fazer. A pedagogia tecnicista entende a educação como um subsistema do sistema social, cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio da sociedade de que faz parte, daí a necessidade da reformulação deste sistema. A base de sustentação teórica da pedagogia tecnicista é a psicologia behaviorista, a ergonomia e a engenharia comportamental, que inspiraram a filosofia neopositivista e o método funcionalista.

Com base nessas teorias, as escolas foram reorganizadas e progressivamente burocratizadas, levando em consideração a premissa de que o processo se racionalizava à medida que se agisse de forma planificava. Para viabilizar o processo era preciso estabelecer instruções minuciosas sobre como proceder para que os diferentes agentes cumprissem, cada qual, as tarefas específicas determinadas a cada um no amplo espectro que se fragmentou o fazer pedagógico, sendo este controle exercido a partir do preenchimento de formulários. O fato

que fez com que o magistério passasse por um pesado e sufocante ritual que acarretou resultados visivelmente negativos.

Na tentativa de transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, a pedagogia tecnicista negligenciou as especificidades da educação, ignorando o fato da articulação entre escola e processo produtivo ser de modo indireto, através de mediações complexas. “Nestas condições, a pedagogia tecnicista acabou por contribuir para aumentar o caos no campo educativo, gerando tal nível de descontinuidade, de heterogeneidade e de fragmentação que praticamente inviabilizou o trabalho pedagógico”. (SAVIANI, 2010, p. 383-384)

A incorporação das ideias pedagógicas tecnicistas ao sistema de ensino foi feita inicialmente nas reformas empreendidas no ensino superior, a partir de estudos desenvolvidos pelo CFE, tendo como figura central do processo de formulação o conselheiro Valmir Chagas, que desenvolveu o parecer intitulado “Reestruturação das universidades brasileiras”. Este documento serviu como base de diversos decretos implementados pela ditadura além de integrar o Grupo de Trabalho para a elaboração da reforma universitária, “tendo importante atuação no aspecto doutrinário do projeto que veio a converter-se na Lei 5540, promulgada em 28 de novembro de 1968” (SAVIANI, 2010, p 373).

De acordo com Germano (2000) os acordos MEC-USAID enviaram diversos assessores norte americanos para atuar junto ao MEC, entre eles estava Rudolph Atcon que se envolveu na formulação da reforma universitária, tendo este desenvolvido um relatório em 1966 que assinalava a necessidade de “disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade” (GERMANO, 2000, p.117). O relatório enfatizava também a necessidade de racionalizar a universidade, organizando-a em um modelo empresarial que desta forma privilegiava a privatização do ensino. Germano salienta que não é prudente pensar que a reforma universitária de 1968 tenha sido uma aplicação direta das recomendações de Atcon e em uma imposição da USAID através de seus assessores que colaboravam com o MEC, o autor adverte que é preciso relativizar a influência desses assessores tendo em vista que havia um movimento interno em favor de uma concepção de universidade semelhante ao modelo americano existente desde a década de 1940 e quando os agente da USAID chegaram ao Brasil, já encontraram uma conjuntura propícia para semear suas ideias. Exemplo deste anseio foi a própria União Nacional dos Estudantes (UNE) que sempre se posicionou em favor da reforma universitária. A pressa pela reforma se intensificou quando foi incluída entre as reformas de base reivindicadas pelos setores progressistas da sociedade brasileira.

Para os estudantes o passo fundamental da reforma seria a conquista da autonomia universitária transformando as universidades em autarquias ou fundações de modo que pudessem ter a capacidade de alterar os estatutos dentro de princípios gerais fixados pelo governo; ter liberdade de elaborar os orçamentos recebendo recursos sem destinação específica; poder eleger suas direções internamente acionando o governo apenas para nomeações; ter a liberdade de modificar currículos e programas; criar e suprimir matérias. Ou seja, defendiam uma reforma universitária bem diferente daquela que foi implantada.

Porém, deve-se relativizar a atuação da USAID nas reformas do ensino implementadas na ditadura. Germano (2010) afirma que não se pode classificar a política educacional do regime empresarial-militar como decorrente de determinações externas, isso omite a dinâmica interna da sociedade brasileira, tendo em vista que, segundo o autor, a política educacional é:

um resultado do desenvolvimento histórico da formação social brasileira: da forma como tem ocorrido, entre nós, a dominação de classe, com uma 'elite' despótica e senhorial, que tem sempre gerido o Estado em seu proveito, com a conseqüente exclusão das classes subalternas do acesso a conquistas sociais básicas – como a educação escolar – inerente ao próprio capitalismo. (GERMANO, 2000, p.126)

Segundo Saviani (2010), o projeto da reforma universitária precisava atender a duas demandas contraditórias: estudantes universitários, os jovens que buscavam acessar à universidade, e parte dos professores formavam um grupo que buscavam a abolição da cátedra, a ampliação de vagas nas universidades, mais verbas para o desenvolvimento de pesquisas e a autonomia universitária. Em oposição a este grupo estavam os interesses de grupos ligados à ditadura, que buscavam vincular de maneira mais aguda o ensino superior aos mecanismos de mercado em um projeto em consonância com os interesses do capitalismo internacional. Saviani (2010) afirma que o Grupo de Trabalho da reforma procurou atender a demanda do primeiro grupo abolindo a cátedra, instituindo a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, instituindo o regime universitário como o preferencial na organização do ensino superior e instituindo a autonomia universitária com características específicas. Em contrapartida, atendeu ao segundo grupo instituindo o regime de créditos, matrícula por disciplina, cursos de curta duração e a racionalização da estrutura e funcionamento das universidades. Após ser aprovada pelo congresso, a lei da reforma universitária teve vetada seus dispositivos ligados às demandas que não se alinhavam aos interesses da ditadura empresarial-militar e, posteriormente, surgiu o

Decreto-Lei 464/69 a fim de ajustar ainda mais a implantação da reforma aos desígnios do regime.

Germano (2000) acrescenta que a reforma universitária promovida pela lei 5540/68 assimilou a experiência acumulada no âmbito de instituições do próprio Estado e demandas estudantis, mas liquidou o projeto anterior. De acordo com o autor, a reforma incorporou a estrutura anterior, mas buscou a todo custo inviabilizar o projeto de uma universidade crítica e democrática, reprimindo e despolitizando o espaço acadêmico aliando o funcionamento das instituições a um modo de operação alinhado ao Estado de Segurança Nacional, orientado pela doutrina de interdependência.

Saviani (2010) complementa afirmando que, entre a implantação da lei 5540/68 e o decreto-lei 464/69, ocorreu o AI que escancarou o caráter ditatorial do regime. De acordo com Germano (2010), a reforma universitária não se estendia somente os limites da Lei 5540/68 e o Decreto-Lei 464/69, mas também abrangia o conjunto de discursos e práticas adotados pelo Estado para redirecionar o sistema educacional, se revestindo de legalidade, e possibilitando o aniquilamento dos movimentos social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. O reestabelecimento da ordem foi feito através da centralização das decisões pelo Executivo, tornando ficção a autonomia universitária, além de empregar extensamente a repressão político-ideológica conforme explicitado a seguir:

A institucionalização da triagem ideológica, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o ensino (GERMANO, 2000, p.133)

A reforma promovida pela lei 5692/71 foi estabelecida no auge da repressão do regime militar, porém, este também era seu momento de maior êxito econômico, fato que fez o governo alcançar seu maior grau de consenso e legitimação social. A aceleração do crescimento econômico foi divulgada pela ditadura empresarial-militar de “milagre econômico” criando um clima de euforia favorecido pela vitória da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 1970. Foi neste clima de triunfo do regime que se deu a elaboração e a aprovação da lei 5692/71 instituindo as diretrizes e bases do ensino de primeiro e segundo graus em reforma ao antigo

ensino primário e médio. Reforma esta que contou com Valnir Chagas como personagem principal tendo sido o formulador da doutrina da lei como relator do projeto.

Germano (2000) afirma que as eleições parlamentares de 1970 atestam a popularidade do regime na ocasião devido a ampla vitória da Arena sobre o MDB, que venceu apenas no Estado da Guanabara. Era um momento em que a economia crescia a taxas superiores a 10% ao ano, incentivando a ideia do “Brasil-potência”, que ao mesmo tempo em que havia a disseminação de um sentimento medo, devido a repressão do estado, ganhava força a euforia, pelo crescimento econômico, na população.

Nessa conjuntura, a Lei 5692/71 foi recebida com entusiasmo por grande parte dos educadores. O anteprojeto de Lei elaborado por uma comissão de intelectuais orgânicos alinhados ao regime, que contava com a presença do Padre José de Vasconcelos como presidente e Valnir Chagas como relator, acrescido do substitutivo que reforçava a proposta oficial no que tangia a profissionalização do ensino de 2º grau elaborado pelo senador Aderbal Jurema, que era o relator da comissão mista do congresso, foi recebido com entusiasmo pelo Congresso Nacional, sendo a proposta aprovada por unanimidade e sancionada sem vetos pelo Presidente da República.

Baseada em análises dos acordos MEC-USAID e dos Relatórios Meira Matos e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, Romanelli (1986) afirma que a redefinição da política educacional brasileira incluía, desde o início, uma preocupação pela reformulação do modelo empregado na educação primária e média. Porém, havia uma diferença no enfoque dado à questão, diferenciando os acordos MEC-USAID dos relatórios redigidos pelos grupos brasileiros. A perspectiva da AID se focava em uma maior integração entre escolas primárias e médias, a partir uma reformulação que estendesse a escolaridade e eliminasse a compartimentação da escola elementar e da escola média, propondo uma integração em que o primeiro ciclo da escola média, o antigo ginásio, ficasse mais ligado à escola primária ou fundido a ela. Ficava então, bem evidente, que um dos principais objetivos da reforma para os técnicos americanos era a reorganização da escola fundamental. Já a proposta dos grupos brasileiros estava voltada para a reformulação do ensino médio, a fim de atender a demandas de alguns setores ligados às universidades. Não buscavam a integração entre os níveis, mas sim a reformulação dos objetivos do ensino médio de segundo ciclo (atual ensino médio) com o propósito de criar um desvio de demanda social de escola superior, tendo em vista que o aspecto mais evidente da crise universitária era a pressão por mais vagas. Os educadores brasileiros que

integravam o grupo de trabalho entendiam que isso só seria possível se o segundo grau fosse capaz de proporcionar uma formação profissional.

As análises de Romanelli (1986) apresentam outros argumentos para comprovar que a proposta da USAID e dos relatórios dos grupos brasileiros revelavam objetivos bem diferentes, identificados pelo setor externo representado pela USAID e setor interno representado pelo poder político. Com relação às pretensões do setor externo, o que ficava evidente era uma maior importância com relação a reformulação do primeiro grau por atender melhor aos interesses da retomada da expansão econômica iminente do Brasil. Um país de capitalismo periférico, exigia um aumento do nível geral de escolaridade do trabalhador, mas esse aumento deveria ser compatível com o nível de industrialização local, que exigia uma base de educação fundamental e algum treinamento, suficiente para que o indivíduo fosse produtivo, sem ter qualquer controle sobre o processo, nem qualquer possibilidade de exigência salarial que um nível mais elevado de escolarização e qualificação acabaria por exigir. “Era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão-de-obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e, ao mesmo tempo, barata” (ROMANELLI, 1986, p. 234).

Em contrapartida, as comissões que estavam redefinindo o modelo de universidade, embora seguindo as linhas gerais dos Acordos MEC-USAID, focavam sua atenção no ensino médio. O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foi bem claro com relação a essa questão, constatando ser a escola secundária de então a grande via para a Universidade. O grupo partia do pressuposto de que a universidade continuava sendo importante fator de mobilidade social e encarava a crescente demanda por vagas, como consequência da impossibilidade dos estudantes se profissionalizarem mais cedo. A profissionalização do nível médio era uma exigência que “teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos” (ROMANELLI, 1986, p 235).

Germano (1990) afirma que a Lei nº 5.692, de 1971, apresentou dois pontos fundamentais: 1) a ampliação da escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos, abrangendo todo o denominado ensino de 1º grau (junção do primário com o ginásio), ou seja, abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos; e 2) a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

A ampliação da obrigatoriedade escolar para 8 anos, apesar de ser considerado um ponto positivo da Lei uma vez que ampliou o tempo de permanência nas escolas, trouxe sérias implicações. No entender de Romanelli (1986), coube ao Estado um acréscimo de seus

compromissos com relação à educação da população, e impôs uma mudança estrutural profunda na educação elementar, já que a expansão do ensino acarretaria naturalmente um grau maior de elasticidade e capacidade de adaptação à realidade existente nos tradicionais cursos do primário e ginásial. A modificação ocorrida com a junção dos cursos primário e ginásial eliminou um dos pontos de estrangulamento do antigo sistema, que era o teste de admissão obrigatório na passagem do primário para o ginásio, o que implicou em abolir um instrumento de marginalização de parte da população que apenas concluía o curso primário.

Com relação à faixa etária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 instituiu a obrigatoriedade do ensino primário a partir dos sete anos de idade, ensino que era ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais. Em complemento ao ensino primário, mas em caráter não obrigatório, existia o ensino médio que era dividido em dois ciclos: ginásial (4 anos) e colegial (3 anos). O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio, o primeiro ano do ginásial, dependia de aprovação em exame de admissão além de uma idade mínima de onze anos, completos ou que fossem completados durante o ano letivo. A lei 5692/71 ampliou essa obrigatoriedade para 8 anos de escolaridade, o que foi considerado um avanço de uma lei que era alvo de muitas críticas. O fato de não haver mais a barreira do exame de admissão ao ginásio, produziu uma ampliação no número de matrículas.

Para Germano (1990), apesar do aumento das matrículas, os problemas da educação fundamental permaneceram, muitos até se agravaram, durante o período entre 1964 e 1985. A ampliação da oferta de vagas na educação pública se revestiu de um caráter meramente qualitativo através da diminuição da jornada escolar e o aumento dos turnos que comprometeu a qualidade do ensino. Aliado a isso os gastos do estado com a educação foram insuficientes. Deste modo o próprio MEC revelou em 1985 que apenas 27% dos prédios escolares possuíam condições satisfatórias de uso. Os salários e as condições de trabalho dos professores sofreram um agudo processo de deterioração e as escolas se degradaram. Esse quadro revela que muito embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, a esse contingente, foi oferecida uma educação de segunda categoria, de baixa qualidade.

Neste ponto é interessante apontar como a própria Lei 5692/71 possibilitou a falta de recursos para a educação pública. Antes de abordarmos os artigos localizados especificamente no capítulo VI, que versa sobre o financiamento dos sistemas de educação, é pertinente expor o texto do artigo 2º, contido no capítulo I, pois ele ajuda a elucidar os demais artigos que serão expostos nessa seção:

“O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a **plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos e equivalentes.** [grifo meu]

Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo conselho educação. (BRASIL, 1971)

Através da leitura do artigo 2º é possível perceber que existe uma preocupação referente à não duplicação de esforços para o mesmo fim, preocupação que é observada em vários trechos da lei e que se mostrará relevante para caracterizar como o financiamento foi destinado às instituições públicas, definidas na lei como “instituições oficiais”, e as consequências deste modelo.

O capítulo referente ao financiamento educacional se inicia com o artigo 41 onde afirma que: “a educação constitui dever da União, dos estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la” (BRASIL, 1971) É importante destacar que não estabelece as atribuições de cada um deles, nem quais seriam as fontes de recurso do sistema de educação

O artigo 42 configura que o ensino nos diferentes graus seria ministrado pelos poderes públicos e, caso respeitasse as leis que regulavam o ensino, seria livre à iniciativa particular, configurando assim duas possibilidades para o mesmo fim, no caso a educação.

As escolas públicas, responsáveis pelo o ensino oficial, recebem financiamento orientado pelo artigo 43, onde “os recursos públicos destinados à educação serão aplicados **preferencialmente** [grifo meu] na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial” (BRASIL, 1971). O uso do termo “preferencialmente” já indica que o financiamento às instituições oficiais estaria de alguma maneira condicionado a determinadas situações e fatores. Já o artigo 45 explicita a possibilidade de o recurso público ser destinado ao setor privado como descrito a seguir:

As instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular merecerão amparo técnico e financeiro do poder público, quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização, e a suplementação de seus recursos se revelar **mais econômica** [grifo meu] para o atendimento do objetivo.

Parágrafo único. O valor dos auxílios concedidos nos termos deste artigo será calculado com base no número de **matrículas gratuitas** [grifo meu] e na modalidade dos respectivos cursos, obedecidos padrões mínimos de eficiência escolar previamente estabelecidos (BRASIL, 1971)

É possível notar uma situação conflitante entre o que versa o artigo 43, quando estipula a preferência do investimento para as instituições oficiais e o artigo 45 que diz serem merecedoras de amparo técnico e financeiro as instituições particulares julgadas satisfatórias quando este investimento se revelasse mais econômico, se referenciando de maneira subjetiva às instituições de ensino oficial. Ao analisar estes dois artigos sobre a orientação descrita no artigo 2º que deve se evitar a duplicação de meios para fins idênticos, é possível interpretar que os estabelecimentos oficiais e as instituições de ensino mantidas pela iniciativa particular são meios com a mesma finalidade, a educação e, sendo assim, disputariam por recursos tendo como órgão mediador desta questão o respectivo Conselho de Educação ao qual as instituições estivessem vinculadas. Mediação esta que era caracterizada de maneira mais enfática pelo artigo 60:

É vedado ao Poder Público e aos respectivos órgãos da administração indireta criar ou auxiliar financeiramente estabelecimentos ou serviços de ensino que constituam duplicação desnecessária ou dispersão prejudicial de recursos humanos, a juízo do competente Conselho de Educação. (BRASIL, 1971)

Essa passagem caracteriza bem a importância que os Conselhos de Educação ganham dentro da legislação, já que, são os principais responsáveis por orientar a destinação do investimento do poder público no sistema de ensino podendo decidir até a respeito da criação de estabelecimentos ou serviços de responsabilidade do poder público, ou seja, os Conselhos de Educação tinham poder de impedir a construção de escolas públicas caso julgasse conveniente.

D acordo com Germano (1990) os principais prejudicados destas reformas, em especial a produzida pela Lei 5692/71, foram os mais pobres e, entre esses, os pretos e pardos (mulatos, índios, mamelucos e cafuzos). Em 1986, cerca de 43.4 milhões de pessoas no Brasil viviam em estado de pobreza, ou seja, tinham renda igual ou inferior a meio salário mínimo. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “em 1987, dos 31.417.366 analfabetos com mais de 5 anos de idade, cerca de 59% (18.827.929) são pretos e pardos” (GERMANO, 1990, p. 247).

CONCLUSÕES

A pesquisa teve por objetivo explicitar o funcionamento do Estado brasileiro, na perspectiva de estado ampliado de Gramsci. Partindo do conceito de bloco histórico, concluiu que o estado é composto por um campo estrutural, definido como as relações sociais de produção, e o campo superestrutural definido pelos costumes, ideias e comportamentos morais.

No campo superestrutural, a questão que mais se destacou foi a construção, pelos governos ditatoriais, da doutrina de interdependência, também conhecida como doutrina de segurança nacional, que tinha como um dos seus objetivos o alinhamento político do Estado brasileiro ao governo dos Estados Unidos da América. Fundamentava sua escolha na conjuntura política mundial, tomando como base a chamada Guerra Fria, que dividia o mundo em dois grupos opostos: os países alinhados aos interesses dos Estados Unidos e os países alinhados a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A doutrina pregava que o Brasil deveria se alinhar aos interesses dos EUA por proximidade geográfica e por questões de interesses afins, ou seja, a defesa do capitalismo, de acordo com o modelo de colaboração entre Brasil e EUA, visando o fortalecimento do segundo, para atuar como líder do bloco político. Segundo a Doutrina de Segurança Nacional o fortalecimento do líder fortaleceria o bloco como um todo e, por consequência do fortalecimento do bloco, o Brasil seria beneficiado. O maior benefício do Brasil seria, então afastar o perigo do comunismo.

Porém, na avaliação desta pesquisa, a doutrina de interdependência é, em termos práticos, um conjunto de argumentos em defesa dos interesses dos capitalistas atuantes no Brasil, em especial dos interesses do imperialismo norte americano, tendo em vista que serviu de base para a defesa da atuação do capital internacional e associado no Brasil em detrimento a qualquer política nacional que pudesse, de alguma forma, abalar as taxas de acumulação dos capitalistas. A defesa da manutenção das taxas de acumulação do capital se constituiu na principal motivação do golpe de estado sofrido por João Goulart.

O comunismo conceituado no manifesto comunista, foi “demonizado” pelo argumento da doutrina de interdependência e, esta pesquisa constatou que ele nunca se aproximou de ser praticado no Brasil. O conceito de comunismo foi ressignificado, de acordo com os interesses dos formuladores da doutrina, a fim de fomentar o medo na população, em busca de legitimar junto às classes subalternas a teoria da interdependência e as vantagens do capitalismo liberal associado como únicas soluções possíveis para resolver os problemas nacionais. Com isso, camuflavam que os interesses dos capitalistas sempre foram opostos aos das classes

trabalhadoras. A Doutrina de Interdependência foi fundamental para construir uma hegemonia em território brasileiro que teve como objetivo beneficiar os interesses do capital internacional, em especial o dos EUA.

Na questão estrutural ficou bem explícita a influência da sociedade civil na sociedade política, principalmente na questão que tange à administração do Estado, tendo em vista que em diversos momentos do período estudado a sociedade civil interveio na política do Estado muitas vezes de forma direta, como aconteceu no Conselho Federal de Educação, onde intelectuais representantes de interesses das classes dirigentes assumiram postos em um órgão do Executivo, a fim de dirigir a formulação das políticas da educação do país.

O que concluímos com essa pesquisa, que teve por objetivo investigar as principais relações de poder que permearam o Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, apontando suas implicações para a educação, é o fato de a Ditadura ser empresarial-militar já que o estado militar voltou sua administração a atender os interesses da burguesia nacional e internacional e associada, em detrimento dos interesses das classes subalternas. As classes populares foram muito prejudicadas em consequência da gestão do Estado, que serviu como uma espécie de motor burguês no que tange à educação, fortalecendo a política de destinar verbas públicas para as instituições particulares de ensino

Este trabalho constatou, em relação aos antecedentes e as consequências do golpe empresarial-militar na sociedade brasileira, que o mesmo foi fruto da recomposição da burguesia internacional em função do fim da segunda guerra mundial e o estabelecimento da guerra fria. Vale destacar que a criação da União Democrática Nacional, o partido que mais defendeu os interesses da burguesia internacional e associada, tem data em 1945 e que a Escola Superior de Guerra, principal órgão formulador da Doutrina de Interdependência tem sua origem no ano de 1949. Esses dois exemplos servem para demonstrar que o golpe de 1964 nasceu muito antes de 1964 e foi fruto de um processo de disseminação de um ideário em território nacional que favoreceu o processo de acumulação da burguesia, fazendo com que todo um conjunto de aparelhos privados de hegemonia construíssem, ao longo dos anos, uma doutrinação ideológica que favorecesse os interesses hegemônicos do capital. Essa doutrinação ideológica foi incorporada a um grupo que a defendeu de forma ferrenha, como a UDN, que exerceu franca oposição aos governos de Getúlio Vargas e o estabelecimento das leis trabalhistas, a Juscelino Kubitschek e a João Goulart. Após o Golpe houve um crescimento econômico fruto de investimentos americanos, via empréstimos que provocaram endividamento e ampliaram a dependência, através do Programa Aliança para o Progresso. O

Programa culminou com o chamado “milagre econômico” no governo de Emílio Garrastazu Médici. O declínio do regime ditatorial se dá em 1985, com uma economia em frangalhos com altíssimas taxas de desemprego e inflação, demonstrando o “milagre” era, na verdade, uma balela.

Também não se sustentou a afirmação de que o golpe empresarial militar se deu para livrar o Brasil do Comunismo. Neste estudo, distinguimos as diferenças básicas entre o comunismo, o populismo e o trabalhismo. O comunismo idealizado no manifesto comunista é um modelo de governo centrado na classe trabalhadora onde o estado funcionaria para atender as demandas desta classe, desapropriando a burguesia de suas posses, tendo em vista que essas posses são decorrentes da opressão da classe trabalhadora. O comunismo busca destruir os mecanismos de acumulação de capital que são a base da sociedade capitalista em busca de um modelo que dê acesso à classe trabalhadora às produções fruto de seu trabalho, o que a tornaria, através da luta, a classe dirigente da sociedade.

Populismo é caracterizado como um governo que busca promover uma conciliação de classes enquanto atende as demandas da burguesia, ao mesmo tempo em que estabelece algumas concessões à classe trabalhadora, concessões essas que podem vir a melhorar a condição de vida da classe subalterna, mas sem modificar, de maneira significativa, os mecanismos de acumulação do capitalismo. Ou seja, o populismo é um modelo que atenua algumas questões da relação entre a classe dirigente e a classe subalterna buscando enfraquecer a luta de classes, na tentativa de formar em alguma medida, um consenso entre as classes, sem abrir mão do modelo econômico capitalista, fazendo com que o consenso beneficie primordialmente a classe dirigente.

O Trabalhismo é semelhante ao populismo, porém, neste caso, as concessões estabelecidas que influenciam na melhoria das condições de vida das classes subalternas estão ligadas primordialmente a questões do mundo do trabalho, como no estabelecimento das leis trabalhistas no governo Vargas.

Fundamentados nessas análises, podemos afirmar que o comunismo nunca se estabeleceu, nem chegou próximo de se estabelecer, no Brasil. O fenômeno que ocorreu no Brasil foi um ataque promovido por setores da classe dominante, alinhados aos interesses internacionais e associados, em acusavam de comunistas qualquer governo que buscasse atenuar de alguma forma os mecanismos de acumulação de capital e/ou buscasse de alguma forma atenuar a pobreza das massas subalternas.

Este estudo também buscou registrar o papel dos intelectuais orgânicos que compuseram o Conselho Federal de Educação no período ditatorial. Entre os diversos interesses defendidos pelos intelectuais orgânicos no Conselho, os que ficaram mais evidentes nesta pesquisa foram: a intenção de viabilizar uma privatização silenciosa do ensino de primeiro e segundo graus via manejo de financiamento público; a defesa de um projeto de país organizado em função da doutrina de interdependência em defesa dos interesses do capital internacional e associado; vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado; a construção de um consenso social em torno do argumento de que a educação profissional era a resposta às necessidades de desenvolvimento da nação. Todas elas, em termos práticos, acentuaram as desigualdades sociais ao empobrecer as classes trabalhadoras

Com relação ao objetivo de evidenciar as principais consequências do golpe empresarial-militar para a educação brasileira, foi possível constatar que as reformas de ensino foram inspiradas pela pedagogia tecnicista e vieram no bojo dos Acordos MEC-USAID. Os norte-americanos enviaram assessores para atuar junto ao MEC, que contando com a colaboração de educadores brasileiros promoveram as reformas educacionais no período ditatorial. Foram implantadas duas grandes Reformas de Ensino: a da Educação Superior (Lei 5540/68) e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5692/71)

Em relação à educação superior, a Reforma buscou atender a dois grupos distintos que lutavam pela reforma universitária. Ao primeiro, formado prioritariamente por professores e alunos, atendeu, abolindo a cátedra, instituindo a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, estabelecendo o regime universitário como o preferencial na organização do ensino superior e instituindo a autonomia universitária com características específicas. Ao segundo grupo, formado prioritariamente por empresários do ensino, atendeu, instituindo o regime de créditos, matrícula por disciplina, cursos de curta duração e a racionalização da estrutura e funcionamento das universidades. Após ser aprovada pelo Congresso, a Lei da Reforma Universitária teve vetados seus dispositivos ligados às demandas que não se alinhavam aos interesses da ditadura empresarial-militar.

No que diz respeito ao ensino de 1º e 2º graus, os estudos desenvolvidos fortaleceram a ideia de que a generalização da educação profissional no então segundo grau teve a intenção, ainda que não declarada, de impedir a classe trabalhadora de ingressar na educação superior e, como consequência, impedir também a classe trabalhadora de formar seus próprios intelectuais orgânicos.

No momento em que a ditadura empresarial militar implementou a totalidade do ensino de segundo grau técnico, ela extinguiu, de maneira oficial, a rede secundária de ensino médio existente no Brasil acarretando consequências práticas bem evidentes. Uma delas foi esvaziamento do conteúdo escolar capaz de desenvolver o pensamento crítico nos estudantes, que foi substituído por ensino técnico, encampando o discurso de que se deveria empregar a técnica esvaziada de caráter ideológico, como se isso fosse possível. No entanto, servia ao regime como uma estratégia de gerar conformação nas classes subalternas, enquanto o governo visava estabelecer uma hegemonia burguesa liberal, em consonância com interesses internacionais.

Não podemos deixar de apontar que Lei nº 5692/71 teve mérito de ampliar a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos de idade, a partir da junção dos antigos cursos primário e ginásial, e o término do exame de admissão ao ginásio que excluía muitas crianças da escola. No entanto, a própria legislação formulada para servir de base para suposta modernização da escola, não garantiu os recursos necessários para a implementação da mesma, tornando precária a escola pública e, por consequência ocasionando uma queda acentuada em sua qualidade.

O objetivo proclamando pelo Governo de levar os jovens ao mercado de trabalho nunca foi um objetivo real, apenas encobriu o processo de privatização da educação de primeiro e segundo graus, na medida em que estimulou, de maneira acintosa, o desenvolvimento da rede particular de ensino, deixando como resultado deste processo, uma massa de pessoas com baixa escolarização, enquanto enriqueceu os capitalistas ligados à ao setor do ensino.

É importante destacar que o grupo político que se formou para elaborar as reformas educacionais se configurou como um bloco histórico, que segundo Gramsci, é um conceito histórico e político. Isso significa que não podemos avaliar suas ações a partir de simples conexões de causa e efeito, mas, sim, levando em consideração o conjunto das relações entre as partes envolvidas e suas reações recíprocas. Foi exatamente esse o caminho que procuramos trilhar ao longo deste estudo.

Estas foram as principais análises que conseguimos desenvolver com esta pesquisa a respeito do papel do Estado durante a ditadura empresarial militar. Esperamos que as reflexões aqui contidas possam servir para estimular e subsidiar novas pesquisas sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Celso Ferreira da Cunha. 2016. Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/celso-ferreira-da-cunha/biografia>> acessado em 03 set.2017.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. Rubens Mário Garcia Maciel (Cadeira No. 41). Disponível em <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=674&descricao=Rubens+M%C3%A1rio+Garcia+Maciel+>> Visitado em 20 dez. 2017.

ALMEIDA, Agassiz. **A Ditadura dos Generais**: Estado militar na América Latina: O calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ANTONELLI, Diego. Gazeta do Povo, **Conheça o coronel Ustra, homenageado por Bolsonaro e chefe do temido DOI-Codi**. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>. Acessado em 30/04/2017.

ARAPIRACA J. de O. **A USAID e a educação brasileira**; um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. Rio de Janeiro, 1979. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado em educação, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1979.

ARQUIDIOCESE DE ARACAJÚ. Don Luciano Cabral Duarte (1971-1998). Disponível em <<https://www.arquidiocesedearacaju.org/emeritos>> acessado em: 10 nov. 2017.

ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar**: a escolarização dos 7 aos 14 anos. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 8º ed. rev. e ampliada. São Paulo, editora UNESP 2010.

BOBBIO, Norberto. **Gramsci e la concezione del la società civile**. Milão: Feltrinelli, 1976.

BOMENY, Helena. Newton Sucupira e os rumos da educação superior. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de Abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 3193, 9 abr. 1964.

_____. Ato Institucional nº 2, de 27 de Outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 11017, - 27 out. 1965.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 10801, 13 dez. 1968,

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 11429, 27 dez. 1961.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá

outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 10.369, 29 nov. 1968.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 6377, 12 ago. 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Documenta 87**. Jun. 1968.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Documenta 101**. Mai. 1969.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Documenta 117**. Ago. 1970.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Documenta 122**. Jan. 1971.

CALLADO, Ana Arruda. **Danton Jobim e Celso Kelly: confluências e dissonâncias. Comunicação e Sociedade**, v. 27, n. 45, p. 157-165, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **Uma Leitura da Teoria da Escola Capitalista**. Rio de Janeiro: Achimé, 1980.

CUNHA. Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyhthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DREIFUSS, Renê Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Durmeval Trigueiro / Maria de Lourdes de A. Fávero, Osmar Fávero**. – Recife, Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

FELLET, João. BBC Brasil. **Um ano depois, qual o saldo dos protestos de junho de 2013?**2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140612_saldo_protestos_junho_jf_kb. Acessado em 30/04/2017.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo, SP. Editora Hucitec, 1979.

FRANCO, Édson Raymundo de Souza. Universidade da Amazônia. In: **TRAJETÓRIAS da Universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV / Organizadoras: Luciana Heymann&Verena Alberti**. Brasília, DF. CAPES; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2002, v.1. p. 35-77.

FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de. **Dom Luciano Cabral Duarte e sua Atuação no Campo Educacional**. Revista Do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 45, p. 36-40, 2015.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil: 1964/1985: Um estudo sobre a política educacional**. 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

GOLBERY, General. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 3.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cartas do Cárcere, volume 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Escritos Políticos.** v. 2. Org e trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HAUER, Licia Maciel. O Colégio Pedro II durante a ditadura militar: o silêncio como estratégia de subordinação. Disponível em <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n6/numero6-5_o_colegio_pedro_ii_durante_a_ditadura_militar.pdf>, acessado em 12 dez. 2017.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **Legislação de educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964 – 1985):** Um espaço de disputas. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

MELITO, Leandro. Portal EBC, **Conheça as origens do Movimento Passe Livre.** 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/conheca-as-origens-do-movimento-passe-livre>>. Acessado em 30/04/2017.

NETTO, Samuel Pfromm, 1932-2012. **Dicionário de Piracicabanos / Samuel Pfromm Netto.** — 1. ed. — São Paulo : PNA, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OTRANTO, Celia Regina. **Uma viagem no túnel do tempo: a Ditadura Militar vista de dentro da Universidade.** 1 ed. Seropédica, RJ: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

PINHO, Márcio. SANTIAGO, Tatiana. G1, **Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acessado em: 30/04/2017.

PINTO, Aloylson Gregório de Toledo. Valmir Chagas / Aloylson Gregório de Toledo Pinto. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

QUERO, Caio. BBC Brasil, **Organização de protestos pode indicar ‘novidade’ política no Brasil.** **2013.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130618_brasil_protestos_analise_pai_cq. Acessado em: 30/04/2013.

RODRIGUES, Samuel de Oliveira. **A lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1971:** o ensino médio no contexto autoritário da ditadura militar (1964-1985). Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL. Ed. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Educao/SAMUEL%20%20ORIENT%20ANGELA%20E%20ILEIZI.pdf>>. Acesso em: 20 Agosto de 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação do Brasil.** 8 ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 1986.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

_____. O Choque Teórico da Politecnia, **Trabalho, Educação e Saúde.** EPSJV, FIOCRUZ. N.41, p. 131-152, 2003

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias.**2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

TEIXEIRA, Anísio. **A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional.** Comentário. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar. 1960. p.16-20.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. Depoimento concedido à Revista Ande, São Paulo, n. 6, p. 29-35,1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Mariano da Rocha, o reitor-fundador. Revista digital do Conexão UFSM, Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revista/numero01/cronologia.html>>, acessado em 15 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prof. Dr. Tharcisio Damy de Souza Santos - 1962-1968. Disponível em <<http://www.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/galeria-de-diretores/204-prof-dr-tharcisio-damy-de-souza-santos.html>>, acessado em 15 dez. 2017.